

Maria Beatriz Lopes Pernes Samarro

**Perceção do Impacto da Violência Doméstica na
Gravidez e/ou Pós-parto: Estudo de Caso**

Orientadora: Professora Doutora Jacqueline Marques

**Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa
Instituto de Serviço Social**

Lisboa

2023

Maria Beatriz Lopes Pernes Samarro

**Perceção do Impacto da Violência Doméstica na
Gravidez e/ou Pós-parto: Estudo de Caso**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Riscos e Violência(s) nas Sociedades Atuais: Análise e Intervenção Social, conferido pela Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, no dia 02 de junho de 2023, perante o júri nomeado pelo Despacho Reitoral N.º 236/2023, de 26 de abril de 2023, com a seguinte composição:

Presidente: Professora Doutora Fátima Gameiro

Arguente: Professora Doutora Cristiana Almeida

Orientadora: Professora Doutora Jacqueline Marques

**Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa
Instituto de Serviço Social**

Lisboa

2023

*A violência não é força, mas fraqueza,
nem nunca poderá ser criadora de coisa alguma,
apenas destruidora.*

Benedetto Croce

DEDICATÓRIA

Para ti, António Pernes avô do meu coração que cuidaste toda a vida de mim e te vi partir a meio deste meu percurso tão importante...

Para ti Beatriz Pernes avó do meu coração que tens vivido as dores e as alegrias deste meu percurso sem nunca me falhares...

Para ti, Maria José Samarro minha Mãe, minha proteção, minha força, meu apoio...sem ti nada disto era possível, obrigada não chega por tudo o que tens feito por mim, estes dois anos não foram fáceis para ambas, peço-te desculpa por um dia que me ias levar ao comboio precisamente para uma reunião sobre esta dissertação, teres tido um acidente que mudou as nossas vidas...obrigada por tudo, juntas choramos, rimos, perdemos o sono, mas no fim tudo valeu apena.

Para ti, José Carlos Samarro, meu pai que sempre me apoiaste neste percurso e nunca me falhaste...

Para ti Jorge Ruivo, meu namorado que viveste comigo este percurso, ouviste as minhas angústias, as minhas dúvidas, os meus medos e sempre tiveste lá para mim a dar-me essa tua força e garra que te define...sem ti estes anos de mestrado não teriam sido os mesmos, desde o dia da minha colocação até ao dia da entrega deste documento que fizeste tudo para que eu conseguisse ter sucesso. Obrigado por seres quem és, sabes bem o quanto lutamos juntos para conseguir entregar esta dissertação...obrigada!

Para vocês, restante família e amigos que sabem quem são e que contribuíram para este meu sucesso académico, obrigada pelo vosso apoio!

Para vocês quatro, que sabem quem são um obrigado do fundo do coração por terem aceite fazer parte desta minha investigação e terem exposto a vossa vida e terem de relembrar todo o sofrimento que passaram...

Para vocês, Nosso Senhor Jesus Cristo e Nossa Senhora de Fátima que cuidaram de mim e ouviram as minhas orações.

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes dois anos de mestrado, ganhei muitos conhecimentos e experiência, tive o prazer de conhecer pessoas que em tão pouco tempo conquistaram o meu coração.

Agradeço em especial à minha Orientadora, Professora Doutora Jacqueline Marques, por toda a disponibilidade, atenção, carinho, partilha de conhecimentos, simpatia, ajuda, confiança e dedicação para comigo.

Agradeço à Professora Doutora Fátima Gameiro, por toda a simpatia, carinho, atenção, disponibilidade, partilha de conhecimentos que teve comigo desde o primeiro dia de aulas. A todos os meus outros Professores, uma muito obrigada pela sabedoria e atenção.

Agradeço a todos os meus colegas de mestrado pela simpatia e espírito de interajuda. Agradeço em especial a duas colegas e amigas que me acompanham desde a licenciatura, pela amizade, disponibilidade, atenção, ajuda e carinho que tiveram para comigo.

Agradeço às mulheres que participaram neste estudo, por terem exposto as suas vidas e terem lembrado todo o sofrimento que passaram, agradeço a simpatia, disponibilidade e atenção para comigo.

Agradeço, por fim aos meus pais, avós e namorado pelo apoio e amor incondicional, pelas palavras reconfortantes e pela disponibilidade que me deram quando mais precisei.

Um muito obrigado a todos vocês por terem contribuído para o meu sucesso e para o meu crescimento pessoal, académico e profissional.

O sucesso é o reflexo da determinação de cada um de nós!

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

A presente dissertação analisa e reflete sobre a temática da Violência Doméstica, onde se pretende entender o percurso de vida das mulheres vítimas de violência doméstica e compreender a perceção das mulheres sobre a Violência Doméstica e suas consequências, antes e durante a gravidez e no pós-parto. Este é um estudo exploratório, tratando-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando a metodologia do estudo de caso. Para a recolha da informação utilizou-se a Entrevista Biográfica e a Entrevista Semiestruturada. A partir da entrevista biográfica construímos a história de vida das mulheres e posteriormente o biograma de cada uma delas. Numa segunda fase, a entrevista e a sua posterior análise de conteúdo permitiram concretizar os restantes objetivos. Foram criadas cinco dimensões que pretendiam responder aos objetivos. As participantes são mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade com filhos. Os principais resultados: no percurso de vida das vítimas de violência doméstica constatou-se que com a violência doméstica as mulheres experienciaram acontecimentos negativos sucessivos e sentimentos negativos associados aos mesmos, após o fim da relação foi possível verificar que as mesmas identificavam acontecimentos e sentimentos positivos na sua vida; durante a gravidez foi possível verificar o aumento das situações de violência; durante a gravidez e depois de serem mães a perceção sobre a violência doméstica foi alterada, verificando que o principal fator para esta mudança foi a maternidade devido à preocupação constante em proteger os filhos para que estes futuramente não tenham sequelas da violência; referente às consequências da violência doméstica, foram a perda da autoestima, confiança, autonomia, dificuldades em fazerem novos amigos, dependência económica e financeira; as crianças ficam com problemas psicológicos, mau comportamento, carentes, inseguras, desconfiadas, maus resultados escolares e a perda da relação entre pais/filhos.

Palavras-chave: Violência; Violência Doméstica; Violência Doméstica na Gravidez e/ou Pós-parto; Gravidez; Pós-parto.

ABSTRACT

This dissertation analyzes and reflects on the theme of Domestic Violence, where it is intended to understand the life path of women victims of domestic violence and to understand the perception of women about Domestic Violence and its consequences, before and during pregnancy and in the postpartum. This is an exploratory study, being a qualitative research, using the case study methodology. For the collection of information, the Biographical Interview and the Semi-structured Interview were used. From the biographical interview, we built the life history of the women and later the biogram of each one of them. In a second phase, the interview and its subsequent content analysis made it possible to achieve the remaining objectives. Five dimensions were created that intended to respond to the objectives. The participants are women victims of violence in intimate relationships with children. The main results: in the life course of victims of domestic violence it was found that with domestic violence women experienced successive negative events and negative feelings associated with them, after the end of the relationship it was possible to verify that they identified positive events and feelings in your life; during pregnancy it was possible to observe an increase in situations of violence; during pregnancy and after becoming mothers, the perception of domestic violence changed, verifying that the main factor for this change was motherhood due to the constant concern to protect the children so that they do not have sequelae of violence in the future; referring to the consequences of domestic violence, were the loss of self-esteem, confidence, autonomy, difficulties in making new friends, economic and financial dependence; children are left with psychological problems, bad behavior, needy, insecure, distrustful, poor school results and the loss of the parent/child relationship.

Keywords: Violence; Domestic violence; Domestic Violence in Pregnancy and/or Postpartum; Pregnancy; Postpartum

LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Art.	Artigo
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
EMAV	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Vítima
Ñs/ñr	Não sabe/não responde
OMS	Organização Mundial de Saúde
VD	Violência Doméstica
VVD	Vítimas de Violência Doméstica

Índice

Introdução	10
PARTE I. REVISÃO TEÓRICA	13
CAPÍTULO 1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	13
1.1. Conceitos e Tipologias de Violências	13
1.2. O ciclo da violência doméstica	19
1.3. Enquadramento legal	23
1.4. Dados Estatísticos sobre Violência Doméstica	30
CAPÍTULO 2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA GRAVIDEZ	33
2.1. O Processo Gravídico	33
2.1.1 Gravidez e Pós-Parto	33
2.2. Violência Doméstica na Gravidez	34
2.2.1. Conceito	34
2.2.2 Consequências na Mulher e no Recém-Nascido	37
PARTE II. ESTUDO EMPIRICO	39
CAPÍTULO 3. OBJETIVOS	39
3.1. Pertinência da investigação/ identificação da problemática de investigação	39
3.2. Objetivos da Investigação	40
3.2.1. Modelo de Análise	42
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA	43
4.1. Desenho da Investigação	43
4.2. Recolha e análise dos dados	44
4.3. Participantes	48
4.4. Procedimento	48
4.5. Questões Éticas referentes à investigação	49
CAPÍTULO 5. RESULTADOS	51
CAPÍTULO 6. DISCUSSÃO	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
Apêndices	I
Apêndice I – Guião da Entrevista Semiestruturada às mulheres vítimas de violência doméstica. I	
Apêndice II – Registo de dissertação	IV
Apêndice III- Pedido de colaboração para a Investigação	V
Apêndice IV- Pedido de autorização da investigação da mestranda para a APAV	VI
Apêndice V – Pedido de colaboração da APAV em estudo científico	VII

Apêndice VI – Declaração de Confidencialidade do Conselho Científico para a APAV VIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Roda do Poder e do Controlo, Modelo de Duluth

Figura 2 – Roda da Igualdade, Modelo de Duluth

Figura 3 – Biograma da Inês

Figura 4 – Biograma da Matilde

Figura 5 – Biograma da Rita

Figura 6 – Biograma da Sofia

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Modelo de análise

Introdução

A presente dissertação enquadra-se no âmbito do Mestrado de Riscos e Violências nas Sociedades Atuais: Análise e Intervenção Social do Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Lisboa, cujo título é a Perceção do Impacto da Violência Doméstica na Gravidez e/ou Pós-parto: Estudo de Caso.

A problemática da presente investigação é a Violência Doméstica, onde se pretende entender o percurso de vida das mulheres vítimas de violência doméstica e compreender a perceção das mulheres sobre a Violência Doméstica antes e durante a gravidez e no pós-parto. A violência doméstica foi encarada como:

uma séria questão de direitos humanos e de saúde pública com consequências sociais, económicas e biomédicas, que afeta a saúde e o bem-estar de muitas mulheres em todo o mundo, independentemente do seu contexto social, idade, religião, etnia, escolaridade ou personalidade. (Almeida, (2014, p. 1).

De acordo com Almeida (2014) são variadas as consequências da violência doméstica, desde problemas psicológicos à morte. A violência doméstica durante a gravidez é uma das formas mais graves de violência. A VD durante este período tem efeitos a curto e longo prazo. Alguns problemas são perceptíveis no imediato na mulher e no bebé e outras prejudicam o desenvolvimento da gravidez e/ou o desenvolvimento da criança (Almeida, 2014, p. 2). Esta violência pode afetar psicologicamente a vítima como também afetar a relação de mãe e filho na gestação; afeta a sua autoestima e têm mais tendência à depressão mais do que grávidas não violentadas; afeta os bebés ao nível do desenvolvimento mental, como o estado socio emocional (Almeida, 2014, p. 229–231). Num sentido semelhante, Audi, et al., (2008, p. 878), consideram que a violência durante o período gestacional pode trazer consequências graves para a saúde da mulher, como hemorragias e interrupção da gravidez. No que concerne à saúde da criança, verifica-se um grande aumento do risco de morte perinatal e de nascidos com baixo peso e prematuridade.

Segundo Araújo et al, (2020), a violência contra mulheres grávidas é um tema difícil de discutir, contudo é preciso debater, dando-lhe visibilidade, dado que a violência tem a capacidade de destruir a vida das mulheres e dos seus filhos, destruindo-lhes os sonhos e dignidade. Por isso, a sociedade tem o dever de mobilização de maneira a acabar com este crime.

A questão de investigação que guiou este estudo foi: Qual o percurso de vida das mulheres vítimas de violência doméstica e a sua perceção sobre a violência doméstica e suas consequências antes, durante e após a gravidez?

Para isso determinou-se como objetivos da investigação, a análise do percurso de vida das vítimas de violência doméstica elaborando um biograma com as mesmas; a compreensão da perceção das mulheres sobre a violência doméstica e a relação que estabelecem com o agressor antes e durante a gravidez e no pós-parto e; a análise da perceção das mulheres sobre as consequências da violência doméstica antes, durante e após a gravidez.

A partir dos objetivos gerais enunciados e com base no enquadramento teórico apresentado criou-se um conjunto de 5 dimensões, nas quais integramos os objetivos específicos. Assim, a 1ª dimensão integra o primeiro objetivo geral e pretendeu, analisar o percurso de vida das mulheres de forma a compreender o contexto em que ocorreu a violência e o ciclo da violência. Aqui incluiu-se como objetivos específicos: Compreender os momentos mais marcantes em termos positivos e negativos da vida das vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez; compreender o impacto que a violência doméstica teve na linha da vida (biograma) destas mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez. A 2ª dimensão de análise refere-se à perceção sobre a violência doméstica. Aqui pretendemos entender a perceção das mulheres sobre a violência ao longo do seu percurso de vida e se existiu um aumento da mesma e do seu entendimento durante a gravidez. Inclui-se os seguintes objetivos específicos: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica relativamente à Violência Doméstica antes, durante e após a gravidez; compreender se existiu uma alteração na perceção da violência doméstica como consequência da maternidade. A 3ª dimensão refere-se à perceção da relação com o agressor. Esta dimensão pretendeu perceber a possível alteração na relação com o agressor decorrente da maternidade, a qual inclui os seguintes objetivos específicos: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica relativamente à relação com o agressor, antes, durante e após a gravidez; compreender se existiu uma alteração na perceção da relação com o agressor como consequência da maternidade. A 4ª dimensão refere-se as consequências da violência doméstica na vida da vítima, como sejam laborais, económicos, habitacionais, na relação com familiares e amigos, na autoimagem/autoestima. Assim incluímos aqui os seguintes objetivos específicos: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez sobre as consequências na sua vida profissional, situação económica e situação

habitacional; Entender a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez sobre as consequências na sua relação com familiares e amigos; Compreender a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez sobre as consequências na sua autoimagem/autoestima. A 5ª dimensão refere-se à consequência da violência para a criança. Aqui incluímos como objetivos específicos: Aprender a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez, sobre as consequências da violência doméstica na criança (relação, comportamento e desenvolvimento); perceber a perceção que a mulher vítima de Violência Doméstica tem sobre as consequências do impacto da violência doméstica na relação entre o pai e o filho/a;

Tratou-se de um estudo exploratório que visa prover ao investigador um maior conhecimento sobre o tema ou problemática, tratando-se de uma pesquisa qualitativa. Para a recolha da informação utilizou-se a Entrevista Biográfica e a entrevista semidirigida. A recolha de dados foi dividida em dois momentos que ocorreram na altura da elaboração da entrevista. Num primeiro, através da entrevista biográfica, escutamos as mulheres sobre a sua história de vida e simultaneamente, construiu-se o biograma com as mesmas, respondendo ao primeiro objetivo geral e 1ª dimensão. A análise destas entrevistas permitiu criar a história de vida de cada uma das mulheres entrevistadas e, posteriormente, o biograma. Note-se que a observação foi utilizada no decorrer da entrevista, efetuada num ambiente informal. Numa segunda fase, de modo a responder aos restantes objetivos gerais e dimensões, utilizamos uma entrevista com um conjunto de questões previamente definidas, de modo a entender a perceção que tinham da violência doméstica e das suas consequências. Ainda nesta fase utilizou-se a análise de conteúdo, sendo uma análise categorial simples.

O presente trabalho encontra-se planificado em duas partes, a parte I que contempla a revisão teórica e a parte II que é o estudo empírico. A parte I, está dividida em capítulo 1 e capítulo 2. Assim sendo, o capítulo I é dedicado à violência doméstica, apresentando os conceitos e tipologias da violência, o ciclo da violência doméstica, o enquadramento legal e os dados estatísticos. O capítulo II é sobre a violência doméstica na gravidez, onde irá analisar todo o processo gravídico, desde a gravidez ao pós-parto, o conceito de violência doméstica na gravidez, bem como as consequências na mulher e no recém-nascido. Seguidamente, surge a parte II, que está dividida em capítulo 3, 4, 5 e 6. Portanto, o capítulo 3, começa com a pertinência da investigação e a identificação da problemática de investigação, os objetivos de investigação com as dimensões e o modelo de análise. O capítulo 4, é a metodologia

contemplando o desenho da investigação, a recolha e análise dos dados, participantes, procedimento e as questões éticas relacionadas com a investigação. O capítulo 5 são os resultados, e o capítulo 6 a discussão.

PARTE I. REVISÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

1.1. Conceitos e Tipologias de Violências

A Organização Mundial da Saúde (1996, as cited in Krug et al., 2002 define violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (p.5).

De acordo com a OMS, trata-se de um problema de saúde pública de graves dimensões com impacto em todos os países do mundo (1996, as cited in Menezes et al., 2003, p.309).

Para Manita, et al. (2009), violência é “qualquer forma de uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiro ou toda a forma de ação intencional que, de algum modo, lese a integridade, os direitos e necessidades dessa pessoa” (p.10).

Segundo a OMS (1996, as cited in Krug et al., 2002) pode-se dividir a violência em três categorias, de acordo com as características de quem comete o ato de violência: i) violência destinada a si mesmo (auto-infligida), como a forma de violência que uma pessoa aplica a si próprio, que é subdividida em comportamento suicida e auto-abuso; ii) violência interpessoal, como forma de violência infligida por outra pessoa ou por um pequeno grupo de pessoas. Aqui encontra-se a violência da família e de parceiro(a) íntimo(a) e violência comunitária. A primeira inclui formas de violência, tais como abuso infantil, violência praticada por parceiro íntimo e abuso contra os idosos. A segunda inclui violência juvenil, atos aleatórios de violência, ataque sexual por estranhos, bem como a violência em grupos institucionais, tais como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos. e; iii) violência coletiva, alusiva a violência infligida por grupos maiores como, Estados, grupos políticos organizados, grupos de exército e organizações terroristas. Esta pode ser subdividida em violência social, política e económica (p. 6).

De acordo com Almeida (2007), existem distintas expressões de violência que possuem um sentido equivalente, nomeadamente violência contra a mulher, violência

doméstica, violência intrafamiliar e violência de género. Num sentido semelhante, Manita (2009), no guia de boas práticas para profissionais de saúde que coordenou, salienta a existência de um conjunto de conceitos com sentido semelhantes, nomeadamente, violência sobre as mulheres, violência doméstica, violência conjugal e violência nas relações de intimidade.

Para Almeida (2007), a violência contra a mulher focaliza o alvo contra o qual a violência é destinada, não possuindo um sujeito, mas sim um objeto. Esta “acentua o lugar da vítima, além de sugerir a unilateralidade do ato. Não se inscreve, portanto, em um contexto relacional” e, desse modo, “é a única a ressaltar de forma inequívoca a vítima preferencial de determinada modalidade de violência” (p.23-24). Esta focalização no objeto da violência também é salienta por Manita et al., (2009) que considera este tipo de violência como:

Todo o ato de violência que tenha ou possa ter como resultado o dano ou sofrimento (físico, sexual ou psicológico) da mulher, ou a sua morte, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação de liberdade, realizado na esfera pública ou privada, violência que é exercida sobre a vítima por ser mulher. Assume diversas formas, incluindo a violência física, emocional e psicológica, social e económica, sexual, intra e extra-familiar; o tráfico de mulheres e raparigas; a prostituição forçada; a violência em situações de conflito armado; os homicídios por motivos de honra; o infanticídio feminino; a mutilação genital feminina e outras práticas e tradições prejudiciais para as mulheres, que configuram situações de abuso ou maus-tratos (p.10).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993, integra o conceito de violência contra a mulher com a violência de género:

Qualquer ato de violência de género que resulte, ou tenha probabilidade de resultar, dano físico, sexual ou psicológico, ou ainda sofrimento para as mulheres, incluindo também a ameaça de praticar tais atos, a coerção e a privação da liberdade, ocorrendo tanto em público como na vida privada (citado em Menezes et al., 2003, p.309–310).

Outros autores consideram que a violência doméstica e de género devem ser diferenciadas. Segundo Almeida (2007), “a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente. Portanto, o seu espaço de produção é societal e o seu carácter é relacional” (p.24). Para Almeida (2007) a violência intrafamiliar refere-se “mais do que o espaço, a produção e a reprodução endógenas da violência” (ibidem).

De acordo, com o Ministério da Saúde (2002, p.15) a violência intrafamiliar, é todo o ato ou omissão que perturbe a integridade psicológica e física, a liberdade, o bem-estar e o direito ao total desenvolvimento de outro elemento familiar. Esta violência pode acontecer fora ou dentro da habitação por alguém da família, abrangendo indivíduos que assumam função

parental, mesmo sem ligação de consanguinidade. Portanto, a definição desta violência, não é só referente ao espaço físico onde esta acontece, mas também as relações em que se efetua e constrói.

A violência doméstica diferencia-se da intrafamiliar por englobar outros indivíduos sem função parental, que vivem no ambiente doméstico, como empregadas domésticas. Assim, segundo Almeida (2007), na violência doméstica e intrafamiliar existe a chance de desmistificar o facto de que as famílias são intocáveis no que diz respeito ao espaço privado de cada uma, pelo que a “família pode ser uma instituição violenta, apesar dos laços de afeto que, frequentemente, alicerçam-na e que a esfera privada não é isenta de regulação pelo poder público” (p.25). Não existe, uma divisão entre o privado e o público, o que é uma mais-valia para se garantirem direitos.

O presente trabalho centra-se no conceito de violência doméstica nas relações de intimidade e conjugalidade com mulheres vítimas da mesma antes, durante e após a gravidez, pelos seus maridos/ex-maridos, companheiros/ex-companheiros e pais dos seus filhos.

A violência doméstica pode ser considerada, segundo Almeida (2007), como “especializada, em que designa o que é próprio à esfera privada. Dimensão da vida social que vem sendo historicamente contraposta ao público, ao político. Enfatiza, uma esfera da vida, independentemente do sujeito, do objeto ou do vetor da ação” (p.23). Na violência doméstica, de acordo com Almeida (2007, p.24), o sujeito (agressor) e o objeto (vítima) da ação não são definidos na estrutura de poder familiar e o vetor da ação é desfeito. Para Manita et al., (2009) a violência doméstica refere-se a “um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar” (p.10-11). A violência conjugal, integra uma das dimensões da violência doméstica. Esta remete-se a formas de comportamento violento e de maus-tratos, praticadas por um dos cônjuges/ companheiro/a ou ex-cônjuge/ex-companheiro/a contra o/a outro/a. Ou seja, o conceito de Violência Doméstica é mais amplo do que o da Violência Conjugal (ibidem). Já a violência nas relações de intimidade (Manita et al, 2009):

Resulta da necessidade de alargar a noção de Violência Doméstica e em particular, a de Violência Conjugal de modo a abranger a violência exercida entre companheiros envolvidos em diferentes tipos de relacionamentos íntimos e não apenas na conjugalidade strictus sense. Para além da noção de Violência nas relações de intimidade, fala-se em “violência nas relações amorosas”, “violência entre parceiros”, entre outras com equiparável significado (p.11).

A violência doméstica pode ser praticada em contexto familiar, entre pessoas com ligações de parentesco, integrando de acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima ([APAV], 2010, p. 11), um ou mais crimes no âmbito de uma relação de adoção, parentesco, afinidade ou intimidade. Trata-se de uma violência que não se limita aos indivíduos que moram ou moraram em situação conjugal, casados ou não, englobando todas as relações como pais/filhos, avós/netos. Como refere, Manita et al., (2009, p. 10-11), a violência doméstica é quando existe comportamentos agressivos constantes ou um controlo abusivo, direto ou indireto a qualquer indivíduo que more na mesma habitação, como pais, avós, filhos, cônjuges, companheiros e também aos indivíduos que não habitam, como ex-parceiros ou familiares. Para a APAV (2010) a violência doméstica refere-se a:

Qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja, ou tivesse estado, em situação semelhante; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade. Esta definição implica a referência a vários crimes, sejam de natureza pública, semi-pública ou particular, nomeadamente: o de maus-tratos físicos e/ou psíquicos; o de ameaça; o de coação; o de difamação; o de injúria; o de subtração de menor; o de violação de obrigação de alimentos; o de violação; o de abuso sexual; o de homicídio (p.11).

Estes comportamentos violentos sucessivos originam num futuro próximo danos a diversos níveis como psicológicos, emocionais, físicos, sexuais e isolamento social, o agressor domina a vítima em diversos aspetos até na privação económica, sendo que as vítimas se sentem incompetentes, amedrontadas e desvalorizadas.

Uma das particularidades da violência doméstica é acontecer em contexto de relações íntimas, em que os agressores têm maior facilidade, pela informação e conhecimento que possui e pela grande proximidade afetiva, de controlar a vítima. As relações de intimidade e de conjugalidade são complicadas e difíceis, uma vez, que as interações entre os parceiros estão implicadas por uma grande componente sexual e emocional, também de estes terem de partilhar as responsabilidades das suas vidas e dos seus filhos e terem projetos de vida em comum. Consequentemente, este tipo de violência provoca elevados custos na esfera pessoal, social e económica, para além de situações de suicídio e homicídio (Manita, et al., 2009, p.11-12).

A APAV (2010) diferencia entre a violência doméstica em sentido estrito e sentido lato. A primeira refere-se a atos criminais enquadráveis no art.º 152º do Código Penal, nomeadamente maus-tratos psíquicos, físicos, coação, difamação, crimes sexuais, ameaça e injúrias. A segunda diz respeito aos outros crimes no âmbito doméstico, como a violação de

domicílio ou perturbação da vida privada, devassa da vida, violência sexual, dano, furto, roubo, subtração de menor, violação da obrigação de alimentos e homicídio (p.11-12). Do ponto de vista legal e de acordo com o código penal, com a entrada em vigor da Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, “a violência doméstica constitui um crime público (tipificado no artigo 152º), sempre que o Ministério Público tenha conhecimento da sua ocorrência, tem obrigatoriamente de determinar o início de um inquérito e proceder à investigação dos factos”.

Considerando Duarte et al. (2019, p.16-17), podem existir seis tipos de atos violentos como: a violência física, violência psicológica, violência sexual, violência económica, isolamento e intimidação. Também, Manita, et al., (2009, p.16-19), considera que a violência doméstica e/ou conjugal poder ser realizada de diversas maneiras tendo tendência a aumentar de gravidade, intensidade e regularidade dos atos praticados, como, a violência psicológica e emocional, física e sexual, isolamento social, abuso económico, coação e ameaça e também intimidação. Portanto, os acontecimentos de violência doméstica abrangem mais do que uma forma de violência.

Assim sendo, segundo Manita, et al. (2009, p.16-19) e Duarte et al. (2019, p.16-17) a Violência física, em esta corresponde à utilização de força física com a intenção de magoar e provocar sequelas e danos físicos e/ou orgânicos, podendo ou não deixar mazelas e/ou marcas visíveis. Como exemplos deste tipo de violência podemos considerar um puxar de cabelos, murros, pontapés, estalos, cabeçadas, empurrões, apertar algumas zonas do corpo como no pescoço e braços com bastante força, magoar os genitais, mandar objetos, tentativa de atropelamento ou mesmo atropelamento, fazer queimaduras e cicatrizes com a intenção de desfigurar a vítima para não ser atraente. Todos estes comportamentos violentos podem ir de menos graves a mais graves em que alguns podem mesmo levar até à morte das vítimas. A Violência emocional e psicológica, é realizada através de palavras e/ou comportamentos em que estes correspondem em humilhar, criticar, insultar, desprezar, rebaixar e inferiorizar as vítimas, seja em privado ou público. Existem diversos exemplos como, gritar, desfazer objetos com valor sentimental, censurar/criticar todas as ações, características de personalidade ou atributos físicos negativamente, perseguição, acusações sem fundamento para infidelidade, tratar mal os seus familiares e/ou amigos, não deixar a vítima dormir, bater com objetos, insultos frequentes, desprezar insultar e humilhar. Contudo, no que concerne à Violência sexual, esta é a imposição de todas as formas e maneiras de práticas sexuais contra a vontade das vítimas, através da coação e ameaça e utilização de força física. A nível de exemplos, podem-se

considerar a violação, práticas sexuais não consentidas, prostituição forçada, obrigação de visualizar filmes com conteúdo pornográfico e agir como os mesmos, queimar os seus órgãos sexuais, prender e amordaçar. A Violência económica, associa-se muitas vezes ao isolamento social, sendo uma maneira de controlar, em que o próprio agressor recusa à vítima o acesso aos bens materiais e dinheiro, incluindo bens de necessidade básica (água, alimentos, aquecimento, frigorífico...) para a vítima e seus filhos. Mesmo que a vítima esteja empregada esta não pode gerir o seu ordenado, tendo o agressor a posse total do dinheiro em questão, obriga a vítima a demitir-se, controla da higiene e alimentação, só aquece a zona da casa onde o agressor está e bloquear os telemóveis. No que diz respeito à Intimidação, coação e ameaça, estas estão relacionadas com a violência psicológica, em que têm como objetivo manter sempre a vítima com medo do que o agressor poderá fazer contra ela própria ou seus familiares, amigos, animais ou bens materiais. O agressor utiliza palavras, olhares, gestos e até pode pegar em objetos perigosos, como carregar um revólver, dormir com uma arma na cabeceira da cama e afiar facas. O agressor ameaça matar a vítima ou seus familiares ou ameaça que se suicida se esta o abandonar. Em certos casos as vítimas são coagidas pelos agressores para praticarem crimes como furtos e ainda perseguição. Por fim, o isolamento, em que o agressor afasta as vítimas da sua rede familiar e social, podendo assim, ser mais facilmente manipulada, uma vez, que está isolada e não tem opinião de mais ninguém sem ser do agressor. O agressor proíbe que a vítima se ausente de casa sozinha ou sem o seu consentimento, não a deixar trabalhar fora de casa, proibir convívio com a família e amigos e também pode acontecer quando a vítima é de uma nacionalidade diferente, o agressor impedir que a esta aprenda a língua do país onde está.

Em todas as sociedades, sempre existiu mulheres vítimas de violência, seja ela a nível físico, psicológico ou sexual, em menor ou maior grau, independentemente do seu estatuto social, económico, cultural ou religioso. Podendo-se constatar que, de acordo com Manita et al. (2009, p. 23), a violência doméstica é um crime transversal aos dispares padrões económicos, religiosos, profissionais e culturais, tanto os agressores como as vítimas podem ser oriundos de qualquer estatuto socioeconómico.

Nos casos de violência doméstica, as vítimas são maioritariamente mulheres e os agressores homens, contudo existem outras situações que levaram a que a noção de violência doméstica esteja “cada vez mais afastada de uma época em que este crime era sinónimo de violência cometida por homens, maridos ou companheiros, contra as mulheres, suas esposas ou companheiras” (APAV, 2010, p. 11). Atualmente, a violência doméstica é considerada “uma

questão eminentemente humana, pelo que os investigadores e técnicos utilizam uma linguagem neutra quanto ao género, da vítima e do agressor, mas as taxas mais elevadas de vitimação deste crime são da violência exercida contra o género feminino” (APAV, 2010, p. 13). De facto, a violência contra a mulher assume especial relevância, “estimando-se que pelo menos um quinto da população feminina mundial tenha sofrido violência física ou sexual em algum momento de suas vidas” (Menezes et al., 2003, p. 309). Verificando assim que, no ano de 2021, a APAV registou um total de 16 932 mulheres vítimas de Violência Doméstica (APAV, 2022) e 724 homens vítimas da mesma (APAV, 2022), o que vai ao encontro dos autores referenciados acima, em que existe violência doméstica tanto em homens como em mulheres, contudo existe um maior número de vítimas do género feminino.

Pode-se, portanto, constatar que a violência doméstica é um atentado aos direitos humanos e um problema de saúde pública que afeta gravemente a saúde das mulheres, seja ela mental, física, sexual e também reprodutiva e consequentemente amplia o perigo de contrair doenças sexualmente transmissíveis, como o Vírus da Imunodeficiência Humana (OMS, 2021b).

1.2. O ciclo da violência doméstica

A violência doméstica evolui num processo circular. Para Manita et al., (2009, p, 26), o ciclo da violência é um processo em que os atos da violência têm tendência, com o decorrer do tempo, a aumentar na sua regularidade/frequência, intensidade e perigo. Assim sendo, o ciclo da violência, ajuda a perceber como estas mulheres ficam vítimas, como têm comportamentos de apatia e porque não são capazes de sair da violência. É portanto, um modelo explicativo com um sistema circular, onde as dinâmicas da relação de casal se exprimem sistematicamente passando por três fases que podem mudar conforme o tempo e intensidade para o casal e entre diferentes casais.

As três fases deste ciclo são o aumento de tensão, o ataque violento e a lua-de-mel (APAV, 2010, p. 27–28). Segundo Manita et al. (2009, p. 27) a fase de aumento de tensão caracteriza-se pela crescente tensão sentida através de discussões que passam para os atos violentos. Nas relações íntimas existem acontecimentos de tensão, discórdia e conflito entre os casais, contudo nas relações sem violência quando existe o tal aumento de tensão, este é suspenso recorrendo a métodos e estratégias de negociação ou resolvem as discórdias sem violência. Já nas relações violentas o agressor não quer ou não sabe recorrer a estes métodos, devido à sua necessidade de exhibir o seu poder de controlo e domínio sobre a vítima, utilizando

todos os acontecimentos do dia a dia para criar tensão à vítima, originando assim um ambiente perigoso para a mesma. Qualquer pretexto serve para o agressor ser agressivo para vítima na sua vida diária, desde os programas de televisão, refeições, limpezas, gestão económica da habitação e até mesmo a vítima ter chegado a casa depois da hora prevista, fazendo acusações que tem um amante ou outro motivo qualquer. O facto de o parceiro agressivo, consumir drogas ou álcool, pode agravar esta tensão.

A fase do ataque violento é normalmente, iniciado com violência verbal e passa rapidamente para violência física e para outros tipos de violência. A maioria das vítimas não tem reação, uma vez que devido a vivências antigas, entendem que a violência pode piorar se reagirem. Por essa razão, ficam sem resposta aos ataques agressivos com a expectativa de que a sua imobilidade leve o agressor a acabar com os atos de violência (Manita et al., 2009, p.27-28). Nesta fase, segundo Manita et al (2009):

O agressor tende a invocar razões, atenuantes ou desculpas para a sua ação e a atribuir frequentemente a culpa à vítima ou a fatores “externos” (“não fui eu, foi o álcool”, “foi um dia mau”, “não sei o que me passou pela cabeça”, “não estava em mim”), atribuições que ajudam a racionalizar comportamentos que, de outra forma, sentiria como inaceitáveis (p.28).

Por vezes, quando as agressões são tão graves que as vítimas têm de pedir auxílio médico o agressor acompanha a vítima ao hospital para se assegurar que ela não o denuncia. Mas outros agressores rejeitam o auxílio médico da vítima e só em caso de perigo de vida é que permitem essa ajuda. A fase de lua-de-mel, é quando acaba os atos violentos e o agressor mostra arrependimento jurando que não voltará a ser agressivo, pedindo desculpas, vitimizandose, desculpando-se com o álcool. O agressor faz “juras” que não irá repetir os atos de violência e que tudo vai melhorar no futuro, tratando a vítima com mais atenção e mais afeto. Assim sendo, a vítima tenta se reerguer o mais depressa possível, tentando esquecer o que aconteceu e retomar a sua vida normal. É uma fase em que o agressor dá mais atenção à vítima e a elogia tentando reconquistar, podendo se considerar que:

Esta oscilação comportamental do agressor e consequente ressonância e impacto cognitivo-afetivo na vítima constitui um dos fatores que mais dificultam a rutura por parte desta, fazendo-a acreditar, ora que existe amor na relação, ora que existe a efetiva possibilidade de mudança do comportamento do agressor. A esperança na mudança é reforçada pela vontade que esta tem de ver o seu “projeto de vida a dois” ser bem-sucedido e pela identificação de aspetos positivos no companheiro e muito frequentemente, pela ideia de que ainda existe amor (Manita, et al., 2009, p.29).

Normalmente, no início de uma relação violenta, a vítima ainda tem esperanças de que vai conseguir evitar a violência ou acalmar o agressor, pensando que pode ser um ato isolado e

que não vai voltar a acontecer, existindo, por vezes até um sentimento de culpa por parte da vítima. Com o avançar do tempo, a violência continua a aumentar e vítima confirma que afinal não consegue controlar. A primeira fase é a que tem maior durabilidade no tempo e a última menor, podendo até desaparecer com o tempo. Este ciclo é vivido pelas mulheres vítimas num misto de esperanças, amor e medo (Manita et al, 2009, p. 29 e 30).

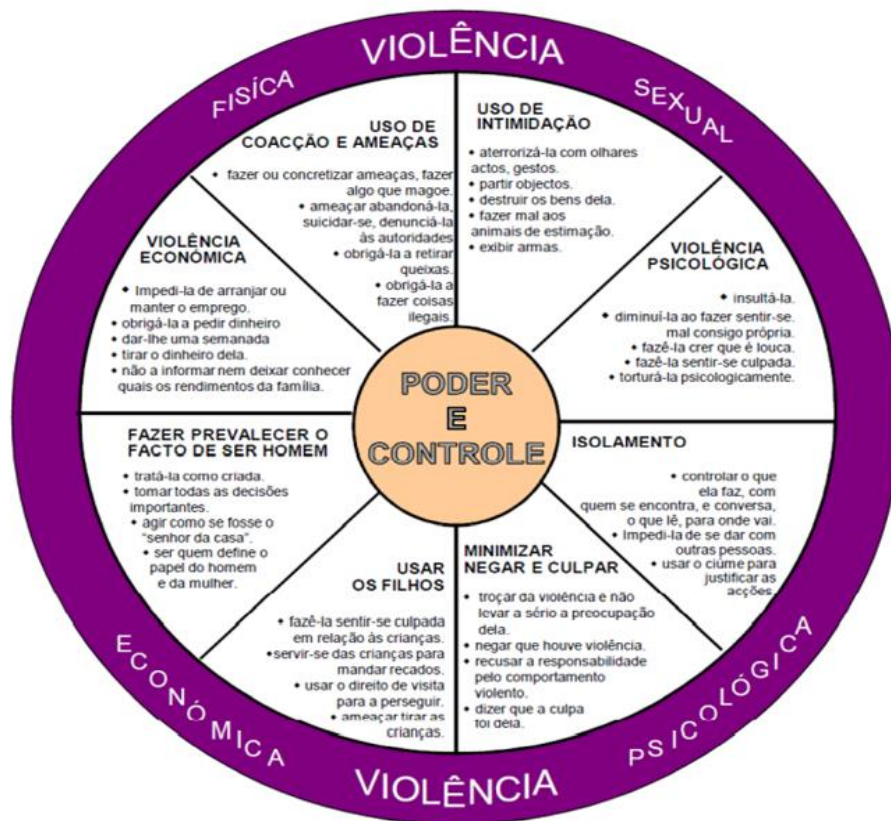
A “roda do poder e de controlo”, é uma estratégia para quebrar o ciclo da violência. Esta roda foi construída no âmbito do Projeto Duluth, nos EUA e é hoje um instrumento amplamente utilizado em diferentes países e que permite, segundo Soares (2017, p.7–8) entender melhor as relações de poder, uma vez que esta roda apresenta:

As estratégias de poder e controlo, associados ao fenómeno da violência, utilizados pelo agressor sobre a vítima. Nessa roda, o agressor utiliza ações como, a coação e ameaças, intimidação, abuso emocional, isolamento, filhos, privilégios masculinos, abuso económico, que são para controlar e intimidar a vítima. As palavras no centro da roda são o poder e o controlo, onde se pode caracterizar, que essas relações de intimidade são constituídas por comportamentos, onde a intenção é ter poder e controlar a vítima. (p. 8).

Esta roda (ver figura n.º 1) mostra as diversas maneiras de poder e controlo usadas na violência física, sexual, económica e psicológica, possibilitando enquadrar as diferentes maneiras de exercício da violência doméstica, que podem ocorrer isoladamente, em simultâneo ou alternadamente, como a: violência psicológica, violência física, violência social, violência económica, violência sexual e perseguição (Marques, 2016, p. 19).

Contudo, segundo Manita, et al. (2009, p.30-31) algumas das consequências que podem ocorrer no desenrolar deste ciclo são a desregulação do sono e perturbações alimentares, ansiedade, medos, fobias, ataques de pânico, lesões cerebrais e corporais, disfunções sexuais, problemas de memória, sentimentos de culpa e medo, dependência emocional, baixa autoestima, isolamento social e comportamentos depressivos. Os autores constataram que muitas vítimas apresentam perturbações compatíveis com o stress pós-traumático.

Figura n.º 1 - Roda do Poder e do Controlo, Modelo de Duluth



Por contraponto, “a roda da igualdade” (ver figura n.º 2), segundo a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género [CIG], (2020), “permite trabalhar com a vítima papéis e representações sociais, perspetivar novas visões sobre o relacionamento homem-mulher e ajudar a vítima a projetar outras posições existenciais e relacionais para o futuro” (p. 64).

De acordo, com Soares (2017, p.57), esta roda pretende encontrar soluções que beneficie os envolventes, provendo comportamentos não violentos e agressivos, de maneira a que o individuo sinta segurança para poder fazer o que pretende e expressar todas as suas opiniões, tentando potencializar a capacidade de respeitar a opinião dos outros e saber ouvir o outro também. De maneira, a terem a capacidade para reconhecerem os atos violentos, admitindo os erros e responsabilizarem-se pelos seus atos, também “efetivar ações que visam a promoção das responsabilidades parentais e as decisões familiares e por fim em procurar que ambas as partes tomam decisões económicas” (Soares, 2017, p.57).

Figura n.º 2 - Roda da Igualdade, Modelo de Duluth



DOMESTIC ABUSE INTERVENTION PROJECT
206 West Fourth Street
Duluth, Minnesota 55806
218-722-4134

Fonte: Domestic Abuse Intervention Project

1.3. Enquadramento legal

No que concerne, ao enquadramento legal a nível internacional sobre a violência doméstica contra as mulheres, esta tem um longo histórico, tudo começou em 1993 em Viena de Áustria, com a Conferência Mundial da Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, com a Declaração de Viena e o Programa de Ação, a 25 de junho de 1993. De acordo com Costa (2018, p. 127) esta conferência destaca a importância do trabalho a desenvolver no sentido da eliminação da violência contra as mulheres na vida privada e pública (artigo 38 - A igualdade de estatuto e os direitos humanos das mulheres).

Ainda em 1993 surge a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulheres da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro em que, a violência contra as mulheres é:

Qualquer ato de violência baseado no género de que resulte ou possa resultar sofrimento ou lesão física, sexual ou psicológica para as mulheres, incluindo a ameaça da prática de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, quer ocorra na esfera pública ou na privada (art.º 1º), (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993, p. 3).

O artigo 2º amplia esta definição para violência física, psicológica e sexual (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993, p. 3).

Passados dois anos em 1995, houve a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, onde se realizou a Declaração e o Programa de Ação de Pequim. Em que, com a presente declaração fica mais perceptível que a violência contra as mulheres é um dos âmbitos mais críticos para a igualdade de género, incentivando assim, os governos a declararem compromissos de combate e erradicação sobre a violência contra as mulheres (Costa, 2018, p. 127).

Entretanto, passaram-se dezasseis anos até a Convenção de Istambul, ser ratificada pelo Estado Português a 5 de fevereiro de 2013. Esta trata-se de uma Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, em 2011 (Conselho da Europa. (2017, p. 3 e 4). É, portanto, um “tratado internacional de direitos humanos, em particular das mulheres e raparigas. Juridicamente vinculativo, implica a transposição do articulado para a legislação nacional” (Conselho da Europa. (2017, p. 3).

Em suma, a Convenção de Istambul, torna-se:

O primeiro instrumento legal na Europa que se ocupa do tema da violência contra as mulheres. Fornece uma base para a melhoria da lei criminal e civil e da prestação de serviços, assim como na prevenção, apoio e reparação de danos provocados pela violência. A melhoria que se pretende tem, de ser promovida pelo Estado através da definição de políticas públicas (Costa (2018, p. 153).

No que concerne, à União Europeia evidenciam-se dois instrumentos fundamentais neste âmbito, sendo eles a Diretiva 2011/99/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção, onde se assegura a proteção das vítimas de crime no espaço da União Europeia (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2011, p:2). E também a Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, onde se estabelece normas mínimas relativas, ao apoio, aos direitos e à proteção das vítimas da criminalidade, substituindo assim, a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2012, p:65 e 73). Portanto, Portugal tem assim, adaptado as políticas públicas, adotado as orientações internacionais, ajustando-as às diretivas supranacionais (Costa, 2018, p.131).

A nível do enquadramento legal a nível nacional, tudo começou com o código penal, aprovado pelo decreto-lei n.º 400/82, de 23 de setembro, onde tipifica o crime de maus-tratos entre cônjuges. E também a Lei n.º 61/91, de 13 de agosto, que pretendia assegurar “proteção apropriada às vítimas mulheres de violência”, aplicado aos “crimes de violência” quando o

incentivo derivasse de “atitude discriminatória relativamente à mulher” (Carmo, 2018, p. 29 e 30). Esta é a primeira lei de Proteção às mulheres vítimas de violência (Costa, 2018, p.146).

Assim sendo, o Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, com vigência a 1 de janeiro de 1983, tipificou o crime de maus tratos entre cônjuges, que não existia até ao momento. Em 2007, foi criado o crime de violência doméstica, que consta no artigo 152.º do CP na versão da lei n.º 59/2007, de 4 de setembro.

De acordo com Carmo (2018, p.39 e 40), inicialmente o comportamento característico começou por consistir em tratamento cruel, maus-tratos físicos, a falta de assistência à saúde e a não prestação de cuidados, em 1995, passou a ser retratado como maus tratos físicos ou psíquicos, consoante o n.º 2 do artigo 152º no Decreto-Lei n.º 48/95 de 15 de março. Além disso, inicialmente vítima era apenas cônjuge, contudo em 1995, no Decreto-Lei n.º 48/95 de 15 de março, passou a ser a pessoa que com o agressor “conviver em condições análogas às dos conjugues”. Até que em 2000, Lei 7/2000 de 22 de maio, nº 3 do artigo 152º, alarga para o “progenitor de descentes comuns em 1º grau”.

Posto isto, a primeira menção legislativa no que concerne, à violência doméstica foi com o Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, que foi aprovado o Código Penal de 1982, passando a ser previsto, no artigo 153º, os “maus-tratos ou sobrecarga (...) entre cônjuges”, conceituados como crime público (Neves e Ramalho, 2022, p. 121). No que concerne, à incriminação dos maus tratos entre casais, houve alteração na revisão do Código Penal, através do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março e em 1998, através da Lei n.º 65/98, de 2 de setembro, passando a crime semipúblico. Assim, o Ministério Público, pode prosseguir com a denúncia contra o agressor, consoante certas regras, apesar da vontade vítima (Costa, 2018, p.146). Até que em 2000, foi atribuído ao crime de violência doméstica o estatuto de crime público, de acordo com a Lei n.º 7/2000, de 27 de maio. Ou seja, o procedimento criminal inicia-se, “com a notícia do crime e pode ter lugar através da apresentação de queixa por parte da vítima de crime ou da denúncia do crime, por qualquer pessoa ou entidade, às forças policiais ou diretamente aos Ministério Público” (Costa, 2018, p.146). Em suma, a natureza deste crime teve algumas alterações, começando por ser um crime público, depois semipúblico (1995), em que todo o procedimento criminal dependia da denuncia da pessoa agredida, em 1998 “o Ministério Público pode dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impuser e não houver oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação”, presente no n.º 2 do artigo

152º, na versão da lei n.º 65/98, de 2 de setembro. E já no ano de 2000 passou a ser novamente crime público (Carmo, 2018, p.40).

A lei n.º 112/2009 chamada de Lei da Violência Doméstica (LVD), em que a versão mais recente está publicada no anexo da Lei n.º 129/2015 de 3 de setembro, “estabelece o regime jurídico atualmente aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência das suas vítimas”. E assim, designando como vítima:

A pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou uma perda material, diretamente causada por ação ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152.º do código penal, [álínea a) do artigo 2.º]

No dia 16 de agosto a Lei n.º 57/2021, altera a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro e alarga a proteção das vítimas de violência doméstica. Também foi alterada a definição de vítima:

A pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou uma perda material, diretamente causada por ação ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152.º do Código Penal, incluindo as crianças ou os jovens até aos 18 anos que sofreram maus tratos relacionados com exposição a contextos de violência doméstica (Diário da República, 2021, p:6).

Assim sendo, pode-se constatar que presentemente, é no artigo 152º do Código Penal, que está mencionados o crime de violência doméstica.

Segundo, a Assembleia da República (2013, p: 414), no artigo 3º, alínea b), considera, que a Violência doméstica, engloba “todos os atos de violência física, sexual, psicológica, económica que ocorrem na família ou na unidade doméstica, ou entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima”.

No que concerne á moldura penal pode-se verificar que, passou a ser de um a cinco anos em 1995, uma vez, que antes era de seis meses a três anos de cadeia e multa até 60 dias. Se a vítima sofrer de ofensa de integridade física grave é de dois a oito anos de prisão. Mas se o mau trato resultar na morte da vítima é de três a dez anos de prisão. Quando se considera que houve um crime de homicídio qualificado, artigos 131º e 132º, 2., alínea b) do CP], é de 12 a 25 anos de cadeia. No ano de 2000, formou-se a “pena acessória de proibição de contatos com a vítima, incluindo a de afastamento da residência desta, pelo período máximo de dois anos”, nº6 do artigo 152º do Código Penal, na versão da Lei n.º 7/2000, de 27 de maio.

Desde 1999, têm vindo a ser implementados Planos Nacionais contra a Violência Doméstica (PNCVD): I (1999-2003); II (2003-2006); III (2007-2010); IV (2011 -2013); E o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014 -2017.

O I PNCVD (1999-2003), estabeleceu a formação de uma rede pública de casas de apoio a vítimas mulheres de violência doméstica, de acordo com a Lei n.º 107/99, de 03 de agosto (Costa, 2018, p.126). O plano foi autenticado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de junho, determinando medidas em redor de três objetivos, sendo eles, sensibilizar e prevenir, intervir para proteger a vítima de violência doméstica e investigar/estudar (Gomes, et al., 2016, p.51).

O II PNCVD (2003-2006), é aprovado em 2003, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, de 7 de julho, focando-se na violência doméstica praticada contra as mulheres, repartindo as medidas em sete eixos, sendo eles, informação, sensibilização e prevenção, formação, legislação e sua aplicação, proteção da vítima e integração social, investigação, mulheres imigrantes e avaliação (Gomes, et al., 2016, p.51). Em suma, estes dois primeiros “Planos contra a Violência Doméstica (1999-2003 e 2003-2006), revelam-se como instrumentos de sustentação da ação política para intervir e prevenir sobre a violência doméstica” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, p. 3990.)

No que concerne, ao III PNCVD (2007-2010), segundo Gomes, et al. (2016, p.52), foi autenticado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, de 22 de junho, tendo como objetivo principal, o combate à violência praticada contra as mulheres, no âmbito das relações de intimidade, sejam elas conjugais ou equiparadas, presentes ou passadas. De acordo, com as medidas do III plano, estas tentam envolver as instituições do Estado e a sociedade civil, tendo cinco áreas de intervenção, como, informar, sensibilizar e educar, proteger as vítimas e prevenir a revitimação, capacitar e reinserir as vítimas de violência doméstica, qualificar os profissionais e aprofundar o conhecimento sobre a violência doméstica. Ou seja, o III Plano:

É uma consolidação de uma política de prevenção e combate à violência doméstica, através da promoção de uma cultura para a cidadania e para a igualdade, do reforço de campanhas de informação e de formação, do apoio e acolhimento das vítimas numa lógica de reinserção e autonomia (Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, p.3990).

Seguidamente, surgiu o IV plano (2011-2013), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de dezembro, este plano aparece devido ao Programa do XVIII Governo Constitucional, este “preconiza o combate à violência doméstica em três domínios, a saber, na vertente jurídico-penal, na proteção integrada das vítimas e na prevenção da violência

doméstica e de género” (Presidência do Conselho de Ministros n.º 100/2010, p. 5763). Este plano, constou em 50 medidas em volta das cinco áreas estratégicas de intervenção, nomeadamente, informar, sensibilizar e educar, proteger as vítimas e promover a integração social, prevenir a reincidência, intervenção com agressores, qualificar profissionais e investigar e monitorizar (Presidência do Conselho de Ministros n.º 100/2010, p. 5763). Neste mesmo plano, foi criada a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, em que:

Estabeleceu o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, onde revogou a Lei n.º 107/99, de 3 de agosto que tinha criado a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de dezembro que a regulamentava. Esta lei representa um marco importante pois introduz a consagração do estatuto da vítima, a natureza urgente dos processos de violência doméstica, a utilização de meios técnicos para controlo à distância dos agressores, a possibilidade de detenção do agressor fora de flagrante delito, o direito de as vítimas serem indemnizadas e medidas de apoio judicial, médico, social e laboral (Presidência do Conselho de Ministros n.º 100/2010, p. 5766).

Em suma, o IV Plano tem como objetivos:

A consolidação da estratégia e das ações anteriormente desenvolvidas, reforçando a sua articulação de forma estruturada e consistente. Este procura consolidar o sistema de proteção das vítimas e o combate à violência doméstica, assim como promover a adoção de medidas estratégicas em relação à prevenção, às situações de risco, à qualificação de profissionais e à intervenção em rede, numa lógica de proximidade que procura envolver, cada vez mais, os municípios, os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil (Presidência do Conselho de Ministros n.º 100/2010, p. 5764).

O V PNPCVDG (2014-2017) foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013, de 31 de dezembro. Este, indo ao encontro da Convenção de Istambul, integra outros tipos de violência de género como as agressões sexuais e a mutilação genital feminina. Este plano define medidas e/ou estratégias com a intenção de proteção das vítimas, da intervenção com agressores, qualificação dos profissionais e auxílio da rede de apoio no encaminhamento, atendimento e seguimento das vítimas de violência de género e doméstica e um melhor conhecimento sobre esta temática e desenvolvimento de estratégias na prevenção da mesma (Costa (2018, p.150).

O V plano assentou, portanto, nas seguintes áreas de estratégias de ação, a de prevenir, sensibilizar e educar, proteger as vítimas e promover a sua integração, intervir próximo dos agressores, qualificar e formar profissionais e investigar e monitorizar (Gomes, et al., 2016, p.54).

Assim sendo, mais recentemente foi aprovada a Estratégia Nacional para a igualdade e a não discriminação (ENIND) 2018- 2030, que se apoia em três Planos de Ação, sendo eles, igualdade entre mulheres e homens (IMH), prevenção e combate à violência contra as mulheres

e violência doméstica (VMVD) e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (OIC), (Conselho de Ministros nº 61/2018 de 21 de maio, que aprova ENIND, p. 2221). A ENIND e os Planos de Ação, assentam em quatro eixos considerados como as grandes metas de ação global e estrutural até 2030, sendo eles:

A Integração das dimensões do combate à discriminação em razão do sexo e da promoção da igualdade entre mulheres e homens, do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, características sexuais na governança a todos os níveis e em todos os domínios, a participação plena e igualitária na esfera pública e privada, o desenvolvimento científico e tecnológico igualitário, inclusivo e orientado para o futuro e a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica e da violência exercida contra as pessoas LGBTI (Conselho de Ministros nº 61/2018 de 21 de maio, p. 2221).

Salienta-se que o 1.º inquérito nacional sobre a prevalência da violência doméstica contra as mulheres apenas foi elaborado em 1995 (Costa, 2018, p. 125). Seguidamente, em 1997, surgiu o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades, sendo em Portugal a primeira estratégia integrada de políticas públicas na área da igualdade de género (Resolução do Conselho de ministros n.º 49/97, de 24 de março). Continuamente, entre 1999 e 2003 surgiu o I PNCVD, com a Lei n.º 107/99 de 3 de agosto, onde se estabeleceu uma rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência. Entre 2003 e 2006 apareceu o II PNCVD. Passados doze anos do 1.º inquérito, em 2007, foi elaborado o 2.º inquérito nacional que teve como objeto de análise a violência de género (Costa, 2018, p. 126). Em seguida originou-se entre 2007 e 2010 o III PNCVD e de 2011 a 2013 surgiu o IV PNCVD. Por fim, entre 2014 e 2017 ergue-se o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género.

No que concerne, à Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), esta é um conjunto dos organismos vocacionados para prestar um conjunto de serviços de apoio às vítimas, como a CIG, o Instituto da Segurança Social, casas de abrigo, respostas de acolhimento de emergência, estruturas de atendimento, Serviços de Informação a Vítimas de Violência Doméstica e respostas específicas de organismos da Administração Pública (CIG, s.d.). Estes organismos, vão intervindo e respondendo às necessidades das vítimas de violência doméstica, de maneira a conseguirem ter o seu próprio estatuto, direitos, as suas leis e benefícios, expondo a violência que vivenciam e informando a comunidade sobre as questões de violência doméstica e como todos os cidadãos podem denunciar este crime.

1.4. Dados Estatísticos sobre Violência Doméstica

Segundo, os dados estatísticos da APAV, em 2020, nos crimes contra as pessoas (94%), os que tiveram maior relevo, foi os crimes de Violência Doméstica, com cerca de (72,6%) 14854 vítimas (APAV, 2021, p. 7).

A mesma fonte refere que de 2013 a 2017 a APAV registou um total de 36.528 processos de apoio a pessoas vítimas de violência doméstica. Estes valores traduziram-se num total de 87.730 factos criminosos, com 83.778 (95,5%) de casos de violência doméstica em sentido restrito e 3.952 (4,5%) em sentido lato. De acordo, com o género da vítima, verifica-se uma maior percentagem do género feminino com (85,73%) 31317 casos, em menor percentagem o género masculino (13,79%) com 5039 casos. No que concerne à relação da vítima com autor/a do crime, 33,6% refere-se ao cônjuge; 20,9% de outras; 15,8% de companheiro/a; 11,5% de filho/filha; 9,6% de ex-companheiros/as; 8,6% de pai/mãe. Nas idades entre os 26 e os 55 anos (41%), as vítimas, eram principalmente mulheres casadas (34%) e com um tipo de família nuclear com filhos/as (41,9%). O número de autores/as do crime superou o número de vítimas (36.528), subindo aos 37.396. Em mais de 85% das situações o/a autor/a do crime é do género masculino, com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos. O tipo de vitimação mais frequente é a continuada, com 80% das situações, com duração entre os 2 e os 6 anos (15,1%). Sendo a residência comum o local eleito para os crimes (65%), por fim, as queixas/denúncias registadas são 40,3% face ao total de autores/as de crime registados (APAV, 2018).

Além dos dados da APAV, também a OMS (2021a), no estudo “Estimativas de prevalência de violência contra mulheres, 2018”, refere que 1 em cada 3 (30%) das mulheres sofrem de violência física e/ou sexual pelo companheiro, em todo o planeta. Sendo que, um terço (27%) das mulheres de 15 a 49 anos revelam que sofreram de violência física e/ou sexual por parte do seu companheiro. Consequente, a nível global a existência de violência doméstica por parte do companheiro no decorrer da vida mudam de 20% no Pacífico Ocidental, 22% em países mais ricos e Europa e 25% nas Regiões das Américas da OMS a 33% na região africana da OMS, 31% na OMS região do Mediterrâneo Oriental e 33% na região do Sudeste Asiático da OMS. Contatando, que mundialmente, são praticados pelos companheiros, até 38% dos assassinatos de mulheres (OMS, 2021a).

Segundo, as Estatísticas da APAV no Relatório Anual 2021, existiram 19.846 (76,8%) crimes de Violência Doméstica em Portugal. Portanto, pode-se constatar que nos crimes mais

referenciados, estes assentavam principalmente nos crimes contra as pessoas, com realce para a Violência Doméstica (19.846; 76,8%), com exceção para a discriminação e incitamento ao ódio e à violência (394; 1,5%), para a Burla (170; 0,7%) e para o Sextortion (59; 0,6%). Assim sendo, em 2021, esta categoria criminal representou mais de 90% do total, com particular destaque para os crimes de Violência Doméstica. As relações entre o agressor e a vítima de crime são geralmente relacionadas por relações de intimidade, como a conjugalidade (2.072; 15,5%), da relação entre companheiros (1.142; 8,5%), de ex-cônjuges (423; 3,2%), relações entre ex-companheiros/as (1.002; 7,5%), de ex-namorados/as (465; 3,5%) e de namorados/as (224; 1,7%). Em 2021, constatou-se que este tipo de relações de intimidade reuniu, na sua totalidade, cerca de 40% das relações estabelecidas entre autor/a do crime e vítima (APAV, 2022, pp: 2 -12 -23).

De acordo, com o Sistema de Segurança Interna (2022, p:50 - 52) no Relatório Anual De Segurança Interna 2021, a violência doméstica contra cônjuge ou análogo existiram 22.524 casos (-3,9%). De violência doméstica contra menores 639 casos (+8,1%) e de outros crimes de violência doméstica 3.357 casos (-6,9%). No que concerne, às vítimas estas são maioritariamente do género feminino, cerca de 26.661 (74,9%) e apenas 8.937 (25,1) são do género masculino. Consoante a idade das vítimas prevalece com grande destaque a faixa etária dos 25 e mais anos com 26.120 (73,3%), seguida dos <16 anos 5.769 (16,2%) e por fim dos 16-24 anos 3.723 (10,5%). Segundo o género dos denunciados, verifica-se que são maioritariamente homens 27.279 (81,0%) e somente 6.399 (19,0%) são mulheres. E no que respeita à idade dos denunciados a faixa etária dos 25 e mais anos sobressai com 30.014 (93,6%), seguida da faixa dos 16-24 anos com 2.027 (6,3%) e apenas com 24 (0,1%) a faixa dos <16 anos. A violência doméstica assinala 26.520 comunicações, o que demonstra uma redução de 1.117 casos (-4%). Verifica-se que a violência doméstica contra cônjuge ou análogo representa 85% de toda a violência doméstica. Segundo, o grau de parentesco dos denunciados, observa-se que em 34,2% das situações a vítima é cônjuge ou companheira, em 20% é filho ou enteado e em 13,3% das situações é ex-cônjuge/ex-companheiro e em 7% é pai/mãe/padrasto/madrasta.

Segundo a Procuradoria-Geral da República e de acordo com o RASI 2021, foram realizados 34.620 inquéritos. E foram concluídas 5.156 (14,9%) acusações, arquivados 21.847 (63,1%), suspensão provisória 2.216 (6,4%) e por outros motivos 5.401 (15,6%). Também, no último dia do ano de 2021, havia 810 condenados pelo crime de violência doméstica, 243

reclusos preventivos por este crime, 208 indivíduos esperam pelo julgamento e 35 a aguardam trânsito em julgado de decisão proferida, consoante a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, no RASI de 2021. Assim sendo, foram detidos pelas Forças de Segurança 2.040 suspeitos (-33 detidos). Ou seja, foram detidos 737 suspeitos em flagrante delito e 1.303 fora de flagrante delito, no ano de 2021, de acordo com a GNR e PSP. Assim sendo, por meio da ficha de avaliação de risco em violência doméstica, foram realizadas 26.977 avaliações de risco. E consoante o nível de risco dado na avaliação inicial, 20,3% de casos foram classificados de risco elevado, 50,9% de risco médio e 28,7% de risco baixo, no Sistema de queixa eletrónica, são cedidas orientações e informações que pretendem a promoção da segurança das vítimas e foram comunicadas 83 ocorrências de violência doméstica, conforme a Secretária-geral do Ministério da Administração Interna, no RASI 2021 (Sistema de Segurança Interna, 2022, p:51).

De acordo, com a OMA-UMAR (2022), de 1 de janeiro a 15 de novembro de 2022, aconteceram 22 femicídios em Portugal, sendo estes cometidos em contexto de relações de intimidade e não ocorreram femicídios noutros âmbitos. Durante este período foram assassinadas 28 mulheres, sendo 22 femicídios nas relações de intimidade e 6 assassinatos em outros contextos, 3 em contexto familiar, 1 em contexto de crimes, 1 em contexto omissivo e 1 por discussão pontual. Existiu 48 tentativas de assassinato, 35 de femicídio, 32 tentativas de femicídio em relações de intimidade, 2 tentativas de femicídio em contexto familiar e 1 tentativa de femicídio infantil. Por fim, verificou-se 13 tentativas de assassinato, 4 tentativas de assassinato em contexto familiar, 1 por crime de ódio, 4 em contexto de discussão pontual e 4 tentativas em contexto omissivo.

No decorrer do ano de 2022 foram registados 21.588 (77,4%) crimes de Violência Doméstica, indicados à APAV, o que representa um aumento de 8,8% face ao ano passado (APAV, 2023).

CAPÍTULO 2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA GRAVIDEZ

2.1. O Processo Gravídico

2.1.1 Gravidez e Pós-Parto

A maternidade, segundo Mendes (2007, p. 24), “transcende o momento do parto, do ponto de vista psicossocial é um processo dinâmico, de construção e desenvolvimento. Mais do que um acontecimento, com duração temporal a longo prazo, a maternidade é um processo que ultrapassa a gravidez”. A gravidez tem um período de 40 semanas, entre a conceção e o parto, enquanto que a maternidade é um projeto para a vida, sem termo. A gravidez, de acordo com Campos (2000, p. 15), pode ser considerada como um processo que está relacionado com transformações biológicas, fisiológicas, psicológicas e sociais que sucedem continuamente. Sendo um momento de crise e crescimento que pode ser muito enriquecedor para a mulher. A gravidez é um processo fisiológico, vivido por muitas mulheres ao longo dos anos, em que:

Mães fazem nascer um filho ou uma filha e mais tarde são eles que potencialmente recomeçam o ciclo como mães ou como pais. A gravidez não é um estado de doença que precise de tratamento. Gerar uma nova pessoa, indica uma adaptação a uma nova situação e uma modificação fisiológica corporal e emocional, que finaliza com o nascimento da criança (DGS, 2015, p. 9).

O período gravídico tem três trimestres, portanto o primeiro trimestre corresponde às 13 primeiras semanas de gestação, o segundo trimestre estará compreendido entre as 14 e as 27 semanas e, por fim, o terceiro trimestre das 28 às 40 semanas (Piedade, 2014, p. 3). Assim sendo, o período da gravidez inicia-se:

Aquando da conceção, estende-se por um período de cerca de 40 semanas e termina com o parto, é um período em que acontecem mudanças profundas no que respeita ao estilo de vida, provocando mudanças não apenas na vida pessoal, mas também na vida do casal e de toda a família. É também uma fase de preparação física e psicológica, para o nascimento e para a parentalidade. Também o consumo de substâncias nocivas como tabaco e álcool e a exposição a ambientes poluídos é prejudicial para as grávidas. (Coutinho, et al., (2014, p. 18).

Para Lobão, (2017, p. 26), o pós-parto ou puerpério “é um período determinado por alterações hormonais, emocionais, físicas e principalmente pela necessidade de adaptações a um novo ser, familiares, sociais e profissionais”. O puerpério, de acordo com, Alves, (2014, p. 9), é uma etapa de grande expectativa, onde a chegada de um novo ser se liga com o receio, medo e temor, devido à insegurança da mãe em estar ou não capaz de conceder os devidos cuidados que o bebé carece e exige. “O período puerperal é entendido como a fase em que se

inicia logo após o parto e termina quando as modificações locais e gerais, determinadas pela gestação no organismo materno, retornam às condições normais”, (p.9). O puerpério tem três etapas, o período imediato que acontece após a 2ª hora até o 10º dia do pós-parto, o período tardio que vai do 11º dia até o 42º dia pós-parto e o período remoto a partir do 42º dia.

2.2. Violência Doméstica na Gravidez

2.2.1. Conceito

A violência contra as mulheres é considerada uma:

Manifestação histórica das relações de poder entre homens e mulheres. Essa desigualdade conduziu à dominação das mulheres e sua discriminação por parte dos homens. Com o decorrer do tempo a mulher foi vista como propriedade do homem. Inserida numa comunidade onde somente tinha o dever de cuidar dos filhos e da casa. O seu poder era nulo. O homem detinha o direito de castigar a mulher sempre que o entendesse. Este comportamento foi aceite com naturalidade durante vários séculos. Ficou enraizada na mentalidade dos homens e mulheres uma supremacia dos primeiros, manifestada e perpetuada essencialmente ao nível da família (Aguiar, 1999, p. 16).

As mulheres exercem, segundo Aguiar (1999, p. 16), um papel crucial na família, existindo, no entanto várias formas de família de acordo, com os diferentes sistemas culturais, político e sociais. As mulheres contribuem muito para o desenvolvimento da sociedade e bem-estar da família, acontecimento que ainda não é muito reconhecido e dado o devido valor. Segundo a CIG (2013, p. 29), “a maternidade, o cuidado e a educação dos filhos e o papel das mulheres na procriação não devem constituir fundamento de discriminação, nem restringir a sua plena participação na sociedade”. A violência pelo parceiro íntimo durante a gravidez e no pós-parto é considerada:

Um grave problema de saúde pública e um fenómeno bastante complexo, em que as consequências podem ser altamente negativas para a saúde da mãe, do feto e da criança. Nesse caso, a violência não é direcionada apenas contra a mulher, existe também o envolvimento de um filho intrauterino, recém-nascido ou que já está no seu primeiro ano de vida, o qual cresce em situação de violência. Os episódios de violência podem ser extremamente graves, regulares e apresentarem padrões de continuidade (Silva, et al., 2011, p. 1045).

A violência antes da gestação é um fator de risco para a continuidade de violência no período da gestação e no pós-parto, assim como, a violência durante a gestação é um fator de risco para a violência no pós-parto (Silva, et al., 2011, p. 1046). Segundo Martin et al. (2004, p. 208) durante a gravidez pode existir mais violência e discussões, devido às mudanças de vida e à ansiedade provocadas pela gravidez.

Para Bujrch e Gallup (2004, as cited in Silva et al., 2011, p. 1046) “se na gravidez existe um ambiente de ciúme e desconfiança em relação à paternidade, pode então começar a

haver violência e permanecer no pós-parto”. Para Jasinski (2004, as cited in Silva et al., 2011, p. 1046), no “pós-parto, com um filho recém-nascido, as mudanças na dinâmica familiar, noites mal dormidas, podem promover maiores conflitos entre o casal, como discussões sobre a atividade sexual, o que pode originar o aumento da violência sexual nesse período”. Para Stewart (1994, as cited in Silva et al., 2011, p. 1046) acrescenta a esses fatores as mudanças físicas e hormonais da mulher, o aumento da responsabilidade financeira, os ajustes nos papéis de pai e mãe, na relação entre o casal e na interação com os parentes.

Nascimento et al. (2021, p. 2), também, referem que a violência doméstica na gravidez é um grave problema de saúde pública trazendo bastantes consequências na saúde e bem-estar da grávida e do bebé. Confirmando, que ao longo dos anos esta continua a ser uma problemática existente nas sociedades atuais e que continua a acarretar problemas para as mulheres e suas crianças. Verificou-se, existir uma elevada percentagem de violência psicológica, seguida de física e em último a sexual, sendo as causas da violência, a gravidez indesejada, pais jovens e sem relações conjugais sólidas e consequentemente irá trazer complicações na saúde da mãe e do bebé (Nascimento et al., 2021). Segundo Ribeiro et al. (2020, p. 506) a violência psicológica, física e sexual, acontece com mais frequência durante a gravidez do que antes da mesma. Contudo, provocações, ofensas, insultos, humilhações, injúrias, afrontas e intimidações, têm mais frequência durante a gestação. Sendo, a violência psicológica a mais usada pelos agressores durante a esta fase tão delicada da vida que é a gravidez. As autoras constataram que a violência psicológica se inicia durante a gravidez para menos de metade das mulheres e para a grande parte das vítimas esta violência foi um prosseguimento das agressões começadas antes da gravidez. No que concerne à violência física e sexual são idênticas as recorrências e prevalências antes e durante a gravidez, sendo que para metade das vítimas a primeira ocorrência de violência física e sexual aconteceu durante a gravidez.

Silva e Leite (2020, pp. 8–9) afirmam que a violência psicológica na gravidez é mais frequente em grávidas adolescentes e com dificuldade e dependência económica, já a violência física está mais presente em mulheres com baixo grau de escolaridade. Além disso, a violência psicológica e sexual na gravidez está relacionada à vontade de interromper a gravidez e, até mesmo, provocar um aborto. Além do mais, uma gravidez não planeada está ligada à existência de maus tratos, devido ao desejo ou não da mesma por parte do parceiro. Existe, por sua vez uma correlação de que quantos mais parceiros íntimos as mulheres tiveram anteriormente, mais é a existência de violência psicológica na gravidez (Silva & Leite, 2020, p. 5).

Segundo o estudo de Moreira (2017), verifica-se que a violência doméstica durante a gravidez está presente em Portugal em especial na zona Centro do país, tendo características idênticas a outros estudos realizados a nível nacional e mundial. As agressões psicológicas foram as que mais se verificaram 41,6%, depois a coerção sexual 13,7%, o abuso físico sem sequelas 8,4% e por fim, o abuso físico com sequelas 2,5%. Contudo a dimensão de negociação destacou-se tendo 89,4%, esta dimensão refere-se “aos comportamentos na relação de forma a resolver algum conflito” (Moreira, 2017). De acordo, com os fatores demográficos constatou-se que as mulheres e os parceiros mais jovens estão mais relacionados a episódios de violência na gravidez e há mais probabilidade de agressões psicológicas e agressões físicas sem sequelas. Contudo, em mulheres e parceiros mais velhos, diminuí a regularidade dos comportamentos de negociação, com o intuito de resolver um desacordo no relacionamento. O presente autor menciona também, que mulheres com baixas habilitações literárias sofrem mais de violência na gravidez por parte do seu parceiro íntimo, essencialmente violência física sem sequelas e as mulheres com alta escolaridade sofrem fundamentalmente de violência psicológica. Moreira (2017), considera que ter um nível elevado de formação académica manifesta-se como um protetor de violência sexual e física, havendo também mais possibilidade de atitudes de negociação por parte de mulheres com mais estudos.

Verifica-se também que a violência na gravidez diminui quando é gravidez de trigêmeos ou mais, contudo a violência psicológica torna-se mais frequente que a física e os comportamentos de negociação são menores, também o facto de as mulheres não terem histórico de aborto faz com que haja mais hipóteses de haver violência física e sexual. Os comportamentos de negociação diminuem em mulheres com mais do que um filho e as mulheres que já perderam algum filho estão mais predispostas a sofrer de violência psicológica na gravidez. Este autor, também refere no seu estudo que mulheres que fumam e consomem bebidas alcoólicas durante a gravidez tendem a sofrer mais de violência física, psicológica e sexual por parte dos companheiros. Verificou-se que o aumento de peso na gravidez superior a 10 quilos é suscetível a haver violência física e psicológica. Quando as grávidas têm complicações ou no fim da gravidez, ou no nascimento, ou no pós-parto sofrem mais de agressões psicológicas (Moreira, 2017).

De acordo, com Moreira (2017), verificou-se em diversos estudos realizados entre 2005 e 2010 em Portugal e na Europa, que a violência psicológica é a que mais se realiza durante a gravidez entre 4,8% e 26,7%, depois a violência sexual entre 1% e 9,7% e por fim a violência

física entre 0,7% e 9,7%. Contudo, nos Estados Unidos da América o predomínio da violência física foi de 2% a 27,9% e na América Latina entre os 3,7% e os 35,8% (Bowen et al.,2005; Karaoglu et al.,2005; Topbas et al.2008; Rodrigues et al.,2008; Bullock et al., 2006; Bailey & Daugherty, 2007; Doubova, Pámanes-González, Billings, & Torres- Arreola, 2007; Mattar et al., 2007; Moraes et al., 2010). Constatou-se em outros estudos de Puccia & Mamede (2012), entre 2007 e 2012 que a violência doméstica na gravidez é entre 3,2% e 43,1%, em que a violência com mais predominância é a psicológica entre 16% a 46,9%, física entre 3,6% e 21% e sexual entre 3% e 9,1%.

Assim sendo, Moreira (2017), constatou através de outras investigações mais atuais de, (Scribano et al., 2013; Viellas et al., 2013; Creedy et al., 2013; Alhusen et al., 2014; Kita et al., 2014; Rodrigues et al., 2014; Finnbogadóttir, 2014; Oliveira et al., 2015; Sgobero et al., 2015; Fonseca-Machado et al., 2015; Van Parys et al., 2015; Okada et al., 2015), que continua a existir um elevado número de violência pelo seu parceiro íntimo durante a gestação compreendidos entre 1,5% e 61,8%, onde a psicológica é de 1% e 97,1%, a física de 0,4% e 82% e a sexual de 0,1% e 45%.

Posto isto, Moreira (2017), refere que no nosso país são escassos os estudos sobre a violência doméstica na gravidez e na investigação de Rodrigues et al. (2008) mostrou que a existência de violência física durante a gestação é de 8,4%, no estudo de Almeida (2014) é de 58,2% com pelo menos um acontecimento de qualquer tipo de violência como 59,3% de violência psicológica, 24,6% sexual e 17,9% física. Noutra investigação de (Almeida, 2014) é de 43,4%, em que a violência psicológica é 43,2%, física 21,9% e sexual 19,6% durante o período de gestação.

2.2.2 Consequências na Mulher e no Recém-Nascido

Sofrer de violência doméstica na gravidez, pode acarretar diversas consequências, nomeadamente, “risco de baixo peso ao nascer, parto prematuro, dor durante a relação sexual, sangramento vaginal, rutura prematura de membranas e sintomas depressivos” (Nascimento et al., 2021, p. 10). Audi, et al. (2008, p. 878) referem que a violência durante o período gestacional pode trazer consequências graves para a saúde da mulher, como hemorragias e interrupção da gravidez. Moreira (2017), refere que a violência durante a gravidez em especial a violência física, está relacionada à existência de ameaças de partos prematuros. Outro dado

que se pode relacionar com a violência na gravidez é o facto de as grávidas terem mais infeções urinárias.

No que concerne à saúde da criança, verifica-se um grande aumento do risco de morte perinatal e de nascidos com baixo peso e prematuridade. Afeta também, os bebés ao nível do desenvolvimento mental, já que a alteração do estado socio emocional pode levar a problemas no desenvolvimento mental (Almeida, 2014, p. 230). A relação da mulher com a maternidade é afetada:

A violência doméstica não parece afetar o seu nível de envolvimento com o bebé em termos de Vinculação Materno-fetal, mas parece ter um efeito negativo ao nível do Ajustamento Materno e das Atitudes Maternas durante a gravidez que é significativamente pior nas mulheres vítimas de abuso (Almeida 2014, p. 230).

A violência doméstica tem relação à depressão pós-parto, uma vez que esta:

É um transtorno do humor que se inicia, nas primeiras quatro semanas após o parto e pode ser de intensidade leve e transitória, neurótica, até desordem psicótica. A depressão maior ocorre por período mínimo de duas semanas, com a presença do humor depressivo ou anedonia, associada a pelo menos quatro dos sintomas: alteração significativa de peso ou do apetite, insônia ou sono excessivo, fadiga, agitação ou lentidão psicomotora, sentimentos de desvalia ou culpa, perda de concentração e ideias de morte ou suicídio (Mattar, et al., 2007, p. 471).

Sendo a depressão ou ansiedade durante a gravidez e a experiência de eventos stressantes na gestação ou puerpério precoce são alguns dos fatores de risco relacionados com a Depressão Pós-Parto. A depressão pós-parto pode originar:

Pensamentos obsessivos, envolvendo violência contra a criança, havendo a possibilidade de negligência nos cuidados infantis, como a diminuição do período de amamentação. Incentiva sentimentos negativos, culpa e desinteresse pela criança e resultado insatisfatório da interação mãe-filho. Podendo ter uma repercussão negativa no desenvolvimento do recém-nascido. Portanto, a violência doméstica, uma vez relacionada à depressão e implicada, como uma de suas causas, origina várias repercussões na vida da mulher como, na área social, com isolamento progressivo e dificuldades no trabalho; na saúde, com a presença de vários sintomas como dores abdominais, lombalgias, ou agravamento de enfermidades preexistentes, desordem pós-traumática, distúrbios psicossomáticos e alteração do sono; e associação com o uso de drogas lícitas ou ilícitas. (Mattar, et al., 2007, p. 471).

Podendo então se concluir, que na maioria dos casos os maus tratos já estavam presentes antes da gestação, em que a violência doméstica pode ser o principal preditor de agressões na gravidez. Estando associada a um maior risco de depressão pós-parto (Mattar et al., 2007, p. 472).

PARTE II. ESTUDO EMPIRICO

CAPÍTULO 3. OBJETIVOS

No presente capítulo procura-se apresentar o estudo, nomeadamente a pergunta de partida que determinou o problema de investigação, os objetivos gerais e específicos, a metodologia e procedimentos utilizados, as participantes do estudo e o modelo de análise.

3.1. Pertinência da investigação/ identificação da problemática de investigação

Pessoalmente esta área de estudo constituía uma curiosidade pelo que se sentiu a necessidade de a aprofundar, de forma a compreender o percurso de vida das mulheres vítimas de violência doméstica e a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez. Existe elevados números de vítimas de violência doméstica, agravando-se ainda mais pelo facto de nestes números estarem incluídas mulheres grávidas ou mulheres que foram recentemente mães. Heise et al. (1999) refere que, em quase 50 pesquisas populacionais no mundo, de 10% a mais de 50% das mulheres contam ter sido agredidas pelo parceiro íntimo masculino em algum momento de suas vidas. Estas vítimas são especialmente vulneráveis, já que:

a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde, gravidez, deficiência física ou mental, ou dependência económica, ou do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimação haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social. Todas as crianças ou jovens vítimas têm necessidades específicas de proteção dada a sua vulnerabilidade à vitimização repetida, à intimidação e à retaliação. Todas as vítimas de VD são sempre consideradas especialmente vulneráveis (XXII Governo Constitucional, 2020, p.14).

A violência doméstica é um crime e problema de saúde pública e todos os cidadãos têm o dever de denunciar. A violência doméstica é, portanto, um atentado à dignidade humana, uma vez que *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.”* (United Nations, 1948 Art. 1.º). Socialmente é crucial dar realce e voz às vítimas de violência doméstica, mostrando à sociedade as suas histórias de vida e testemunhos, de maneira a haver uma melhoria das respostas e políticas sociais.

Para além das consequências conhecidas da Violência doméstica na vítima, este problema acarreta ainda mais problemas quando esta está grávida. Existindo consequências graves quer para as mães, quer para o filho (Mattar et al, 2007).

De acordo, com Quivy & Campenhoudt (1998, p. 44), a melhor maneira de iniciar um trabalho de investigação nas ciências sociais, “consiste em esforçar-se por enunciar o projeto sob a forma de pergunta de partida. Com esta pergunta, o investigador tenta exprimir aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor. A pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação”.

A problemática da presente investigação é a Violência Doméstica. Pretende-se, por um lado, entender o percurso de vida das mulheres vítimas de violência doméstica e por outro lado, compreender a perceção das mulheres sobre a Violência Doméstica antes e durante a gravidez e no pós-parto.

Posto isto, a pergunta de partida que servirá de base este estudo é: “Qual o percurso de vida das mulheres vítimas de violência doméstica e a sua perceção sobre a violência doméstica e suas consequências antes, durante e após a gravidez?”

3.2. Objetivos da Investigação

Segundo, Fortin (2009, p. 100) o “objetivo de um estudo indica o porquê da investigação. É um enunciado declarativo que precisa a orientação de investigação segundo o nível dos conhecimentos estabelecidos no domínio em questão”. Os objetivos, têm um papel crucial para a interpretação do estudo, uma vez que é a partir deles que se consegue chegar aos resultados pretendidos.

O presente estudo integra três objetivos gerais:

- Analisar o percurso de vida das vítimas de violência doméstica elaborando um biograma com as mesmas.
- Conhecer a perceção das mulheres sobre a Violência Doméstica e a relação que estabelecem com o agressor antes e durante a gravidez e no pós-parto.
- Compreender a perceção das mulheres sobre as consequências da violência doméstica antes, durante e após a gravidez

A partir destes objetivos criamos dimensões de análise na qual incluímos os objetivos específicos pretendidos.

A **1ª dimensão** integra o primeiro objetivo geral e pretendeu, indo ao encontro dos estudos atrás referidos de Manita et al, (2009) e APAV (2010), analisar o percurso de vida das mulheres de forma a compreender o contexto em que ocorreu a violência e o ciclo da violência. Aqui incluiu-se como objetivos específicos:

- Compreender os momentos mais marcantes em termos positivos e negativos da vida das vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez.

- Compreender o impacto que a violência doméstica teve na linha da vida (biograma) destas mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez.

A **2ª dimensão de análise** refere-se à perceção sobre a violência doméstica. Aqui pretendemos entender a perceção das mulheres sobre a violência ao longo do seu percurso de vida (Manita et al, 2009) e se existiu, na sequência do defendido por Ribeiro et al (2020) um aumento da mesma e do seu entendimento durante a gravidez. Inclui-se os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica relativamente à Violência Doméstica antes, durante e após a gravidez;

- Compreender se existiu uma alteração na perceção da violência doméstica como consequência da maternidade.

A **3ª dimensão** refere-se à perceção da relação com o agressor. Esta dimensão pretendeu perceber a possível alteração na relação com o agressor decorrente da maternidade, a qual inclui os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica relativamente à relação com o agressor, antes, durante e após a gravidez

- Compreender se existiu uma alteração na perceção da relação com o agressor como consequência da maternidade

A **4ª dimensão** refere-se as consequências da violência doméstica, que como refere Mattar et al, (2007) ocorrem em diferentes áreas da vida da vítima, como sejam laborais, económicos, habitacionais, na relação com familiares e amigos, na auto-imagem/auto-estima. Assim incluímos aqui os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez sobre as consequências na sua vida profissional, situação económica e situação habitacional;

- Entender a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez sobre as consequências na sua relação com familiares e amigos;

- Compreender a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez sobre as consequências na sua auto-imagem/auto-estima;

A **5ª dimensão** refere-se à consequência da violência para a criança, que na perspetiva de Jasinski (2004, as cited in Silva et al, 2011), constituem um problema grave. Aqui incluímos como objetivos específicos:

- Apreender a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez, sobre as consequências da violência doméstica na criança (relação, comportamento e desenvolvimento).

- Perceber a perceção que a mulher vítima de Violência Doméstica tem sobre as consequências do impacto da violência doméstica na relação entre o pai e o filho/a;

3.2.1. Modelo de Análise

Tabela 1 – Modelo de Análise

Pergunta de investigação				
“Qual o percurso de vida das mulheres vítimas de violência doméstica e a sua perceção sobre a violência doméstica e suas consequências antes, durante e após a gravidez?”				
Objetivos gerais				
-Analisar o percurso de vida das vítimas de violência doméstica elaborando um biograma com as mesmas.		-Conhecer a perceção das mulheres sobre a Violência Doméstica e a relação que estabelecem com o agressor antes e durante a gravidez e no pós-parto.		-Compreender a perceção das mulheres sobre as consequências da violência doméstica antes, durante e após a gravidez.
Dimensões				
Dimensão 1 Análise do percurso de vida das mulheres de forma a compreender o contexto em que ocorreu a violência e o ciclo da violência	Dimensão 2 Perceção sobre a violência doméstica, entendendo a perceção das mulheres sobre a violência ao longo do seu percurso de vida e se existiu um aumento da mesma e do seu entendimento durante a gravidez	Dimensão 3 Perceção da relação com o agressor. Pretendendo perceber a possível alteração na relação com o agressor decorrente da maternidade	Dimensão 4 Consequências da violência doméstica, que ocorrem em diferentes áreas da vida da vítima, como sejam laborais, económicos, habitacionais, na relação com familiares e amigos, na autoimagem/autoestima	Dimensão 5 Consequências da violência para a criança, que na constituem um problema grave
Objetivos específicos				
-Compreender os momentos mais marcantes	-Conhecer a perceção das mulheres	-Conhecer a perceção das mulheres	-Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes,	-Apreender a perceção das mulheres vítimas de

em termos positivos e negativos da vida das vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez. -Compreender o impacto que a violência doméstica teve na linha da vida (biograma) destas mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez.	vítimas de violência doméstica relativamente à Violência Doméstica antes, durante e após a gravidez; -Compreender se existiu uma alteração na percepção da violência doméstica como consequência da maternidade.	vítimas de violência doméstica relativamente à relação com o agressor, antes, durante e após a gravidez -Compreender se existiu uma alteração na percepção da relação com o agressor como consequência da maternidade	durante e após a gravidez sobre as consequências na sua vida profissional, situação económica e situação habitacional; -Entender a percepção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez sobre as consequências na sua relação com familiares e amigos; -Compreender a percepção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez sobre as consequências na sua autoimagem/autoestima;	violência doméstica antes, durante e após a gravidez, sobre as consequências da violência doméstica na criança (relação, comportamento e desenvolvimento). -Perceber a percepção que a mulher vítima de Violência Doméstica tem sobre as consequências do impacto da violência doméstica na relação entre o pai e o filho/a;
Instrumento: Entrevista Biográfica e Biograma				
Participantes 4 mulheres				

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA

4.1. Desenho da Investigação

Este estudo pretende ser um estudo exploratório que visa prover o investigador de um maior conhecimento sobre o tema ou a problemática. Enquadra-se no âmbito do paradigma interpretativo ou qualitativo, uma vez que pretende entrar no mundo pessoal do sujeito, de modo a compreender e interpretar os diferentes significados de uma situação, acontecimento ou sentimento. Deste modo, pretende-se compreender “o mundo complexo do vivido desde o ponto de vista de quem vive” (Martens, 1998 as cited in, Coutinho, 2020, p.18).

Trata-se de um estudo que enfatiza a subjetividade das mulheres vítimas de violência doméstica na relação de intimidade, sendo que o que se pretende o conhecimento e a compreensão da experiência vivida Coutinho (2020, 328), pelas mesmas. Para o efeito utilizou-se a metodologia do estudo de caso, onde se procura analisar “o caso (ou um pequeno número de casos) em detalhe, em profundidade, no seu contexto natural, reconhecendo-se a sua complexidade” (Coutinho, 2020, p. 335).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que é “aquela que favorece a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, elaborando um exame intenso dos dados e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise” (Martins, Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, Instituto de Serviço Social

2004, p. 289). Nas pesquisas qualitativas, é comum que o investigador procure perceber os fenómenos, de acordo com a perspetiva dos participantes da situação estudada para que depois situe sua interpretação dos fenómenos estudados (Neves, 1996, p. 1). Consoante, Bogdan & Biklen, (1994, as cited in Aguiar & Tourinho, 2011, p. 8), a investigação qualitativa tem cinco características, como, “a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal, é descritiva, interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados, tendem a analisar os seus dados de forma indutiva, o significado é de importância vital na abordagem qualitativa”.

4.2. Recolha e análise dos dados

Para a recolha da informação utilizamos a Entrevista Biográfica e o Biograma. A recolha de dados foi dividida em dois momentos que ocorreram na altura da elaboração da entrevista. Numa primeira fase escutamos as mulheres sobre a sua história de vida e simultaneamente, construímos o biograma com as mesmas, respondendo ao primeiro objetivo geral e 1ª dimensão.

A entrevista biográfica pretende “a reunião de condições que torna possível analisar em profundidade os temas em estudo é mais importante do que a quantidade de elementos recolhidos” (Paulos, 2020, p.334). A entrevista biográfica tem como objetivo reunir o discurso de um sujeito, em um determinado período do seu trajeto de vida (Delory-Momberger, 2014, as cited in Paulos, 2020, p.335). O intuito da entrevista biográfica é: “conduzir à produção de uma narrativa centrada na pessoa entrevistada, dando conta de fragmentos da sua existência, de partes da sua experiência, de momentos do seu percurso e de elementos da sua situação de vida” (Paulos, 2020, p.335). Também Cavaco (2009) menciona que com as entrevistas biográficas “é possível identificar momentos-chave, o que é fundamental para compreender os processos de formação experiencial, identificar os adquiridos daí resultantes, compreender o significado atribuído às experiências e a relação que as pessoas têm como o saber” (p:43).

Nestas entrevistas o investigador está disposto a aprender tudo o que o entrevistado tem para ensinar (Mack, Woodsong, MacQueen, Guest, & Namey, 2005, as cited in Russo e Silva, 2019, p: 3). Os entrevistados falam livremente sobre os temas propostos. Assim, “o entrevistador interage com os entrevistados fazendo perguntas abrangentes com foco no objeto de estudo, acompanha a fala atentamente, mas também aplica perguntas de tal forma a aprofundar o entendimento das respostas e posicionamento do entrevistado” (Berg, 2001; Mack et al, 2005; Minayo, 2000, as cited in Russo e Silva, 2019, p: 3). Todas as questões devem ser

precocemente organizadas, contudo outras questões podem aparecer, dado que as questões “não podem ser uma âncora para o entrevistador, ele deve estar disposto a abandoná-las e adotar outras ao longo de uma entrevista”. (Glesne, 2015, as cited in Russo e Silva, 2019, p: 3).

A análise destas entrevistas foi elaborada através da metodologia da história de vida, onde se construiu a história biográfica de cada mulher e sempre que se considerou importante, utilizou-se as suas palavras. Posteriormente, elaborou-se o biograma de cada uma. Note-se que a observação foi utilizada no decorrer da entrevista, efetuada num ambiente informal.

O biograma, segundo, Azevedo (2012, p.:3). é um método característico para analisar as trajetórias de vida dos sujeitos. É um instrumento biográfico multipotencial que se usa em "contexto de investigação e intervenção em variados âmbitos (dependências, delinquência juvenil, intervenção com agressores e vítimas...)" (Manita, 2001, p. 59).

O objetivo do biograma é poder juntar e observar os dados obtidos da heterobiografia. Tenciona, ser um princípio para a colheita de dados autobiográficos e um simplificador da execução da entrevista, “destacando os níveis de análise que se pretende explorar, a sequência e os tipos de comportamento desviante e/ou criminal na vida dos sujeitos, entre outras dimensões consideradas” (Agra & Matos, 1997; Agra & Manita, 2002, as cited in, Azevedo (2012, p:4). Segundo, os autores citados acima, este instrumento é eficiente, como, “um instrumento de pesquisa de trajetórias; como uma grelha de leitura teórica dos processos que sustentam essas trajetórias e como instrumento de aconselhamento psicológico” (Agra & Manita, 2002, as cited in, Azevedo (2012, p:4).

Ao utilizar o biograma, faz-se uma biografia reconstruída, em que se reconstrói a história do indivíduo conciliando os dados heterobiográficos em arquivos acessíveis sobre o indivíduo e os dados autobiográficos provenientes das entrevistas Azevedo (2012, p:4). Assim sendo, “cada uma das dimensões do biograma é analisada pelo sujeito e os dados recolhidos através do heterobiografia e da autobiografia são graficamente traduzidos no biograma” (Azevedo, 2012, p:5).

Deste modo, ao utilizar o biograma tenciona-se investigar as distintas fases nas trajetórias dos indivíduos e regularidades que as mesmas dispõem num tempo biográfico. Tornando plausível o alcance às regularidades do fenómeno e às subjetividades, singularidades e significados que os indivíduos manifestam (Azevedo, 2012, p:5).

No que concerne, à aplicação e construção do biograma, Agra & Manita, 2002; Agra & Matos (1997, as cited in, Azevedo (2012, p:5), mencionam que os dados heterobiográficos

são colocados numa grelha de análise de dados, conseguindo assim, analisar os dados quantitativos. Seguidamente, organiza-se as informações recolhidas desenhadas num gráfico. Mostrando ao individuo o respetivo gráfico e o que este representa. Sendo esta, uma fase crucial e de bastante interesse e interação, uma vez, que toda a informação que foi coletada é verificada com o individuo em conjunto, de maneira a garantir que está tudo em ordem e não falta nada, verificando se é preciso mudar, acrescentar ou eliminar algo. Estando esta etapa concluída, em que o individuo consente e verifica que estão todas as informações e momentos da sua vida presentes, este irá dividir a sua vida em distintas etapas ou ciclos, que irá indicar no próprio gráfico. Posteriormente, os intervenientes vão rotular essas etapas ou ciclos, esclarecendo cada uma dessas etapas ou ciclos, concentrando-se sobre os sentidos existenciais e os significados. No fim, é elaborada uma narrativa resumida da história de vida do individuo. Por fim, completa-se o biograma com os recentes dados discursados na autobiografia. Sendo finalmente analisado.

O biograma possibilita a leitura da evolução de cada individuo em cada âmbito, mediante a codificação de cores de maneira a poder observar melhor as informações fornecidas (Agra & Matos, 1997, as cited in, Azevedo, 2012, p:6). A codificação dessas cores mostra as diferentes fases da vida dos indivíduos, momentos marcantes, mudanças e situações inesperadas (Azevedo, 2012, p:6). Assim sendo, o biograma é composto por diversas áreas temáticas da vida dos indivíduos, que estão ordenadas no eixo cronológico. Estas áreas podem abranger o percurso escolar, a história familiar, consumos, saúde física e mental, contexto profissional, relação com outros, tempos livres, lazer, vitimização, violência doméstica, comportamentos de risco, entre outros, segundo, Tinoco e Pinto (2001, p: 19) e Pinto (2015, p:10). Portanto, com o biograma é possível compreender e analisar as histórias do percurso de vida das pessoas, “com as suas continuidades, mas também com os momentos de impasse, reordenação, desenvolvimento e transição” (Vicente, 2009, p.10).

Como nos recorda Vicente (2009, p. 10 e 11), todos os sujeitos têm uma certa trajetória de vida, cheia de momentos/ocorrências relevantes para eles próprios, o biograma possibilita que todos os momentos se cruzem e estejam dispostos na vida das pessoas através de uma visualização planificada. O sujeito é crucial em todo o biograma, uma vez que, são os sujeitos que narram toda a sua narrativa de vida, bem como os seus significados e perceções que lhes atribuem e as atitudes em relação à mesma, dado que não há ninguém no mundo que saiba mais da sua vida que eles próprios. Portanto, o biograma vai sofrendo alterações até que o sujeito se reconheça e tenha como sua aquela história de vida e aquela versão gráfica/esquemática.

Numa segunda fase, de modo a responder aos restantes objetivos gerais e dimensões, questionamos as mulheres sobre a perceção que tinham da violência doméstica e das suas consequências. Para o efeito utilizamos um guião de entrevista (ver apêndice I), que pretendeu ser um guia a utilizar no decorrer da “conversa” com as mulheres.

A entrevista, segundo Minayo & Costa (2018, p. 142), é considerada no sentido amplo de comunicação verbal, tal como no sentido estrito de construção de conhecimento. No trabalho qualitativo empírico é a técnica mais utilizada. É uma conversa em dupla ou entre mais interlocutores, em que é feita pela decisão de um entrevistador com o objetivo de construir informações sobre certo objeto de investigação. A entrevista também mostra de maneira distinta:

A luz e as sombras da realidade, tanto no ato de realizá-la como nos dados ali produzidos. Portanto, pelo fato de provocar a fala sobre determinado tema, a entrevista, quando analisada, precisa incorporar o contexto de sua produção e, ser acompanhada e complementada por informações provenientes da observação do cenário em estudo. Além da expressão verbal, seu material primordial, o investigador terá em suas mãos, elementos de relações, práticas atitudes, omissões, culplicidades e outros elementos da vida social que marcam o cotidiano”. Minayo & Costa (2018, p. 142)

O mesmo autor refere que estas entrevistas mostram como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo aprofundar mais determinados conteúdos. Também a interação entre o entrevistador e o entrevistado auxilia a respostas espontâneas, este tipo de respostas e a maior liberdade que os entrevistados têm pode originar perguntas inesperadas sendo de grande conveniência para a pesquisa (Miranda, 2009, p. 43).

Nesta segunda fase utilizou-se a análise de conteúdo, assim sendo a análise de conteúdo:

Oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade, permite, quando incide sobre um material rico e pertinente, satisfazer as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis. Quivy & Campenhoudt (1998, p. 227).

De acordo, com Bardin (1977, p. 153), a análise categorial, atua através de, “operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos e simples”.

Será realizada uma análise categorial das perceções das vítimas de violência doméstica antes, durante a após a gravidez, sendo uma mais valia ter os próprios testemunhos das mesmas percebendo as suas realidades. Com esta análise dos dados recolhidos será identificada as categorias e subcategorias. Portanto, as respostas dadas pelas participantes serão

respetivamente analisadas, serão transcritas para suporte digital no word e assim o conteúdo das entrevistas será mais compreensível, identificando as categorias de análise. Formando categorias e dentro destas subcategorias.

4.3. Participantes

A presente investigação visa fazer uma recolha dos testemunhos das próprias vítimas de violência doméstica. Num estudo de caso a constituição da amostra é sempre intencional e não probabilística. Como critério, definiu-se mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade antes, durante e após a gravidez. Inicialmente o objetivo seria entrevistar um número mais elevado de mulheres. Para o efeito, contactou-se a APAV que, apesar de aceitar colaborar com o estudo, apenas encontrou duas mulheres dispostas a colaborar no estudo. Estas foram contactadas e aceitaram participar. Posteriormente, foram contactadas cerca de 6 instituições a nível nacional que não acederam ao pedido de participar na investigação. Ao visualizar um programa televisivo no qual participavam mulheres que se enquadravam no estudo, a mestranda entrou em contacto com as mesmas através das suas redes sociais e as mesmas aceitaram participar. Desse esforço surgiram mais duas mulheres que constituem a amostra do estudo. Assim, constituem a amostra deste estudo 4 mulheres vítimas de violência doméstica. A amostra foi assim, intencional e não probabilística.

4.4. Procedimento

O procedimento, iniciou com a proposta da temática ao Conselho Científico do Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Lisboa, onde se redigiu um documento de registo de dissertação (ver apêndice II), se identificou a temática, os objetivos, título e um resumo. Na sequência do pedido, este foi aceite pelo Conselho Científico, onde foi validada a pertinência do estudo e onde foram asseguradas as questões éticas e deontológicas. A instituição contactada para o estudo foi a APAV, tendo-se enviado o pedido para a mesma (ver apêndice III). A APAV requereu o guião de entrevista, que foi realizado de acordo com os objetivos da investigação e a bibliografia consultada, e um parecer da Comissão Ética da Instituição de Ensino que garantia o cumprimento de todas as questões de confidencialidade e anonimato necessárias para estudos desta natureza (ver apêndice IV, V, VI). Sendo enviados, todos os documentos à APAV e os contactos realizados à associação foram todos via email. Contudo, a APAV, só conseguiu facultar duas pessoas. Contactou-se outras seis instituições, mas nenhuma mostrou interesse em colaborar no estudo. Procurou-se outras opções e através de um programa

televisivo, conseguiu-se o contacto pessoal de mais duas pessoas que aceitaram participar na presente investigação.

Depois da APAV ter indicado as duas mulheres, estas foram contactadas e as entrevistas foram ambas realizadas no dia 10 de agosto de 2022, uma pelas 10h da manhã numa esplanada do centro comercial Vasco da Gama em Lisboa e a outra pelas 20h, por vídeo chamada pela plataforma Zoom Meetings. Seguidamente, no dia 19 de agosto de 2022, pelas 18h horas foi feita a terceira entrevista também via Zoom. Por fim, a última entrevista foi realizada no dia 26 de agosto de 2022, pelas 16h na plataforma Zoom Meetings. A escolha dos locais e horas para a elaboração das entrevistas foi escolhida única e exclusivamente pelas entrevistadas, de maneira a conseguir conciliar os seus horários laborais e a distância geográfica, sendo mais fácil para a maioria delas fazerem as entrevistas por vídeo chamada. Cada entrevista teve a duração média de 2 horas e as entrevistas foram gravadas em suporte áudio, após a autorização das participantes.

4.5. Questões Éticas referentes à investigação

As atuações dos investigadores e dos profissionais tem repercussões e inferências nos indivíduos em diversos aspetos, por isso estes têm de ter consciência e seguir a ética na sua atuação, visto que têm acesso favorecido sobre a vida particular dos indivíduos. Portanto, o investigador e o exercício profissional, nas investigações têm que seguir atitudes éticas devidamente informadas. De acordo com Valls, (2017) a ética é entendida:

Como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica e até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas, também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento (p.3).

Consoante Amendoeira (2008) a ética pode ser considerada:

Como a ciência ou filosofia da ação humana, ciência categoricamente normativa dos atos humanos, consoante a luz natural da razão. Mais do que um conjunto fixo de regras, a ética é um esforço permanente, levado a cabo em circunstâncias particulares, na procura das melhores soluções para problemas (p:4).

A ética profissional é a “ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação ético política” (Barroco, 2009, p:12).

Assim, na intervenção e abordagem com vítimas de violência doméstica, o profissional/investigador deve ter particulares fundamentais para conseguir resultados bons. Passando por comportamentos e atitudes, como respeitar a confidencialidade, ter empatia, uma boa postura corporal e saber usar a linguagem verbal e não verbal, assim como por capacidades e competências (Farias, 2015, p:77).

No que concerne, ao estudo em questão, as participantes só iniciaram o estudo depois de darem seu livre consentimento por iniciativa própria. Foi conveniente ter o consentimento da associação APAV, das vítimas (informado e voluntário) e dos profissionais, de maneira a prosseguir com a sua investigação. Em que, o termo do consentimento informado foi devidamente consentido por todas as pessoas implicadas no estudo. Onde a mestranda informou sobre os objetivos gerais do estudo, tempo estimado e características gerais da sua participação; direito a recusar participar no estudo e a interromper a participação em qualquer momento; eventuais riscos, desconfortos ou outros efeitos adversos associados à participação; eventuais benefícios associados à participação; eventuais limites à confidencialidade; incentivos à participação e quem contactar no caso de desejar fazer perguntas ou comentários sobre o estudo.

Informando também que as entrevistas realizadas às vítimas foram anónimas e confidenciais e as respostas usadas exclusivamente para fins científicos/académicos.

Considerado as normas de avaliação de riscos e benefícios e a seleção dos sujeitos de investigação. Na recolha dos dados da associação foi precedida de autorização formal por parte da mesma. Contudo, a aquisição de autorização formal para a recolha de dados teve o pedido de consentimento informado aos participantes do estudo. Portanto, as informações recolhidas na investigação foram estudadas com confidencialmente máxima e na publicação não serão identificados. A mestranda em todos os procedimentos recorreu aos princípios éticos como a confidencialidade profissional, em que esta tem:

a obrigação no desempenho profissional de reconhecer o sigilo como um direito das pessoas; estabelecer uma relação profissional com confiança e na garantia da privacidade e do sigilo sobre informações pessoais partilhadas; Fazer uso de informação e dados pessoais apenas sob consentimento informado, esclarecido e livre, no cumprimento da regulamentação; Abdicar do princípio da confidencialidade sempre que a pessoa não possa ser responsabilizada ou em que outros possam ser colocados em risco e Informar as pessoas, organizações e outros profissionais sobre as condições e os limites à confidencialidade profissional a que está sujeito. Também o respeito é crucial para com os participantes e nos dados recolhidos (APSS, 2018, p.11-12).

Existem, portanto, princípios éticos básicos na investigação quando estão implicadas pessoas, que são, o Respeito, Justiça e a Beneficência. Estes princípios éticos são indicados ao nível deontológico por normas que os investigadores devem seguir, sendo: O Consentimento

informado; A Avaliação de Riscos e Benefícios e a Seleção dos Sujeitos de Investigação (Almeida, 2013). Verifica-se, portanto, segundo Horn, (2013, p:6), que é “através da convivência ética que o investigador vai capturar formas para consentir naquilo que é possível analisar e publicar, separando do que é extremamente confidencial”

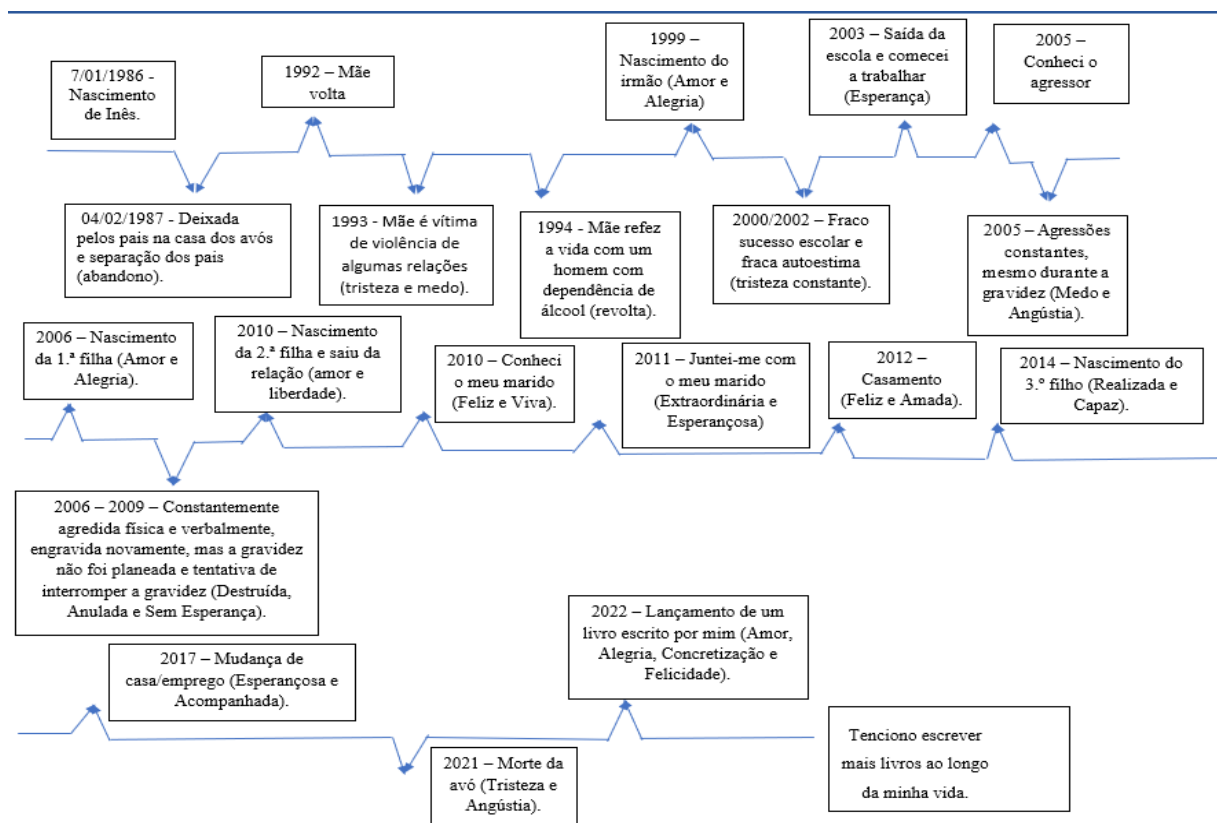
Em suma, a mestrandagem cumpriu com todos aspetos éticos, havendo o consentimento informado, segurança e proteção nas participantes do estudo e confidencialidade. Sendo de ressaltar que todos os nomes são fictícios de maneira a cumprir com proteção da identidade das vítimas.

CAPÍTULO 5. RESULTADOS

No presente capítulo apresenta-se os resultados da investigação de maneira a dar resposta aos objetivos do estudo. Começando pelos Biogramas de cada uma das vítimas e de seguida com as Dimensões. Salienta-se que os nomes utilizados são fictícios.

A história da Inês

Figura 3. Biograma da Inês:



De acordo, com Inês pode-se verificar o impacto que a violência doméstica teve na linha da vida (biograma) desta antes, durante e após a gravidez, mostrando que Inês não teve uma infância fácil tendo diversos momentos marcantes negativos e duradouros. Quando começou a relação depressa começou a violência doméstica, sendo dos piores momentos da sua vida, onde era agredida constantemente mesmo durante as gestações, verificando que a curva se mantém em baixo com estes acontecimentos. A violência nunca parou mesmo depois de ser mãe, a violência trouxe a ela e às filhas diversas consequências nas suas vidas, tanto que a segunda gravidez foi o limite para Inês conseguir sair da relação. E a partir daí houve uma crescente evolução na sua linha da vida com acontecimentos maioritariamente positivos, quando conheceu o seu outro companheiro e mudou de vida tendo outro filho. Tem conseguido realizar os seus sonhos de vida, até o lançamento de um livro, tendo boas perspetivas de futuro. Em suma, com a violência doméstica na sua linha da vida teve um decréscimo em relação a outros acontecimentos na sua vida, tendo muitos momentos negativos e de grande duração e subiu novamente no fim da relação.

Inês nasceu a 07 de janeiro de 1986 e a 04 de fevereiro de 1987 é deixada pelos pais na casa dos avós, sentindo-se abandonada e os pais acabam por se separarem. Cresceu sempre com uma revoltada da separação precoce dos pais quando esta tinha apenas 9 meses e ter ido viver com os avós, tornando-se esta uma das causas que a levou a querer sair cedo de casa, sendo momentos, que a mesma considera marcantes de forma negativa. Os avós davam-lhe afeto e era feliz, mas o afastamento dos pais foi o grande problema, por não ter ninguém a quem chamar pai e mãe. O pai biológico sempre foi ausente. Inês só criou mais ligação com mãe a partir dos 6 anos quando esta voltou, considerando que foi um dos momentos marcantes positivos da sua vida em 1992, sentindo uma alegria imensa. Contudo em 1993, a mãe é vítima de violência doméstica de relações que teve, sendo um momento negativo e sentimentos de tristeza e medo associados. Em consequência disso em, 1994 a mãe refez a sua vida com um homem com dependência de álcool, havendo um enorme sentimento de revolta e mais um momento negativo na sua vida, dado que este padrasto nunca aceitou Inês, mesmo quando esta mais precisou de ajuda. Porém, em 1999 nasce o seu irmão sentindo muito amor e alegria interiormente, tendo finalmente mais um momento positivo na sua infância. Até que de 2000 a 2002, revelou um fraco sucesso escolar, tendo uma baixa autoestima e tristeza constante, voltando mais um momento negativo. Em 2003, teve o momento positivo de sair da escola e começar a trabalhar, tendo um sentimento de esperança, nesta nova etapa da sua vida. Em 2005,

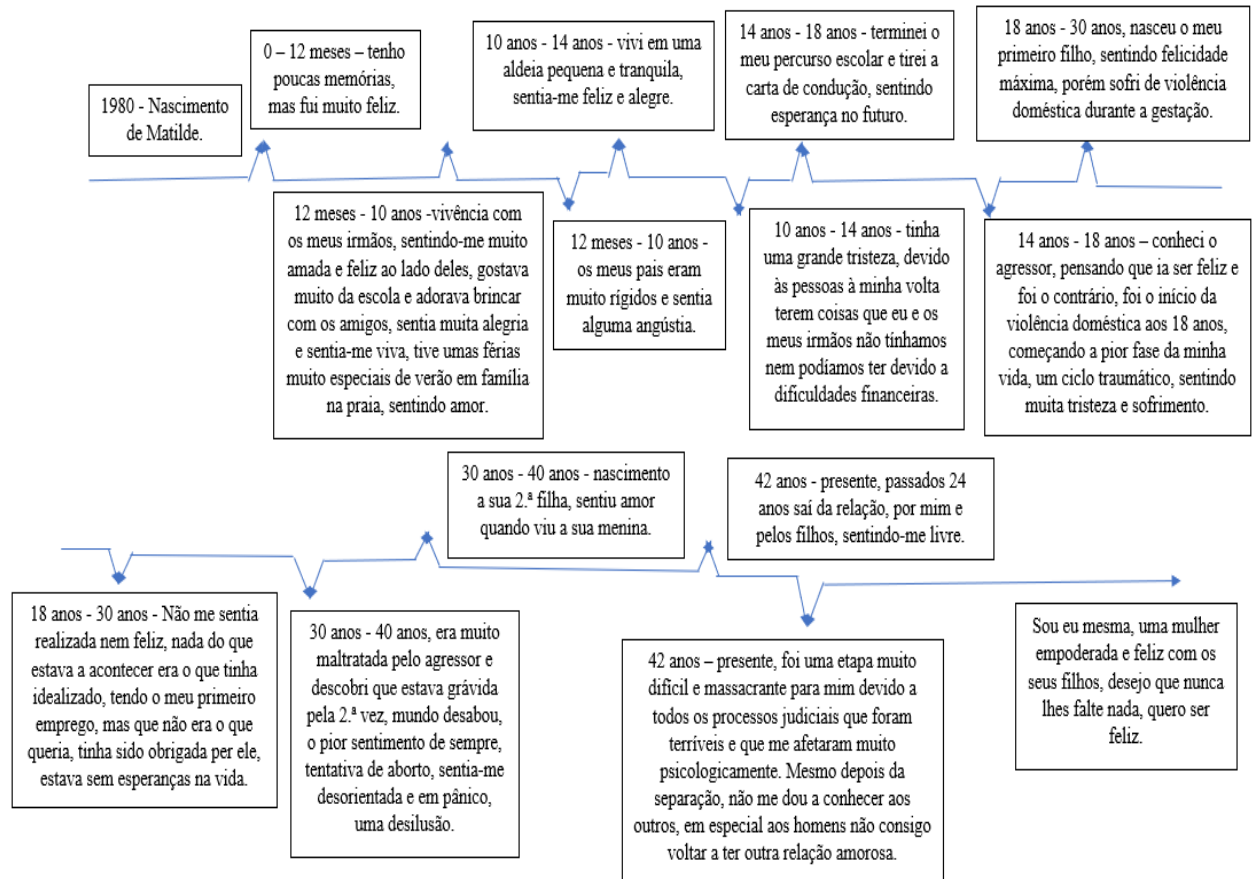
conheceu aquele que pensava que seria o grande amor da sua vida e construir a sua própria família sentindo muito amor, sendo um momento positivo. Contudo, ainda em 2005 começaram as agressões constantes, mesmo durante a gravidez, sentindo medo e angústia, sendo dos piores momentos da sua vida. Até que em 2006, nasceu a sua primeira filha, sentindo muito amor e alegria, foi um momento positivo, pensando que tudo ia melhorar. Sendo que, de 2006 a 2009 era constantemente agredida física e verbalmente, destruída, anulada e sem esperança, anos muito negativos da sua vida. Seguidamente, engravida novamente, mas a gravidez não foi planeada e não queria ter mais filhos para não lhes dar aquela vida, não queria mais uma vítima nas mãos daquele agressor e esta tentou interromper a gravidez, mas já não estava dentro do prazo legal. Em 2010 nasceu a 2.^a filha, sentindo amor e liberdade, uma vez que foi aí conseguiu sair da relação violenta. Ainda em 2010 conheceu o seu marido atual sentindo-se feliz e viva, onde finalmente voltaram os momentos positivos. Em 2011, juntou-se com o marido sentindo-se extraordinária e esperançosa, seguindo o casamento em 2012, sentindo que era finalmente amada e feliz verdadeiramente e passados dois anos em 2014, nasce o seu 3.^o filho fruto da nova relação, sentindo-se realizada e capaz de tudo, dos momentos mais felizes da sua vida. Em 2017, mudou de casa e emprego na esperança de uma vida melhor. Contudo, em 2021 teve um momento negativo, devido à morte da sua avó que a criou na infância, sentindo muita tristeza e angústia. Presentemente, em 2022 lançou um livro escrito, sentindo muito amor, alegria, concretização e felicidade, sendo dos momentos mais altos e positivos da sua vida, sendo que tenciona escrever mais livros ao longo da sua vida.

A violência doméstica antes, durante e depois da gravidez, foi aumentando progressivamente e cada vez mais acentuada. A vítima descobriu que estava grávida após uma ida ao hospital devido às agressões, apresentando dores na zona do abdómen. Consequentemente, depois de analisada a situação os médicos proferiram para ter cuidado com a zona abdominal, uma vez que estava grávida. O diagnóstico de gravidez de risco era devido às constantes agressões que durante a gravidez foram ainda mais acentuadas. Algumas das agressões quer físicas quer psicológicas foram ações como, arrombar a porta de casa durante a noite para entrar em casa, puxões de cabelo, arrasta-la, murros na face. Numa tentativa de fuga à situação vivida a vítima recorreu à ajuda da sua mãe, vivendo por um breve período de tempo na casa da mãe, porém o padrasto negou-se a fornecer a ajuda, negando-lhe alojamento. Assim sendo, pelo facto de o agressor ser o pai da filha e ela não ter capacidade de autonomia, perante a situação levou-a a ter que se sujeitar à situação de violência. Além de o agressor fazer pressão

para voltar, prometendo que tudo ia mudar, promessa essa que nunca veio a acontecer. Considerando a primeira gravidez, ela sentia-se preparada para ser mãe, queria receber e dar o amor que nunca teve, pensando que com o nascimento da filha a violência ia terminar e tudo ia mudar para melhor. Porém, na segunda gravidez o casal tinha pouco contacto, apenas residiam na mesma habitação. Esta gravidez não foi planeada, sofrendo de violência sexual e sabendo da situação vivida anteriormente e num ato de desespero, tentou interromper a gravidez. Isto só não aconteceu porque a gravidez já estava num estado avançado. A separação ocorreu antes da filha mais nova nascer. Em suma, a violência sempre esteve presente na relação, inclusive antes da gravidez, esta piorou durante a fase da gestação e à medida que a relação ia avançando, o agressor era cada vez mais violento. Após a gravidez, piorou ainda mais, sendo que ele não estava sob qualquer efeito de álcool, sendo agressão gratuita, ciúmes ou apenas por o dia não lhe ter corrido bem. As dificuldades que teve/sentiu durante a sua gravidez e após o parto, foi o facto de durante a gravidez ter de conseguir proteger ao máximo a barriga e o bebé. No pós-parto era a questão de proteger a bebé e a si própria, uma vez que tinha o medo que algo de mal acontecesse a si própria e o que poderia acontecer à sua filha, sozinha com um agressor. Tendo também muito receio que a bebé ao ouvir os gritos ficasse com algum trauma ou recordação desses momentos de violência.

A história da Matilde

Figura 4. Biograma da Matilde:



Segundo Matilde, verifica-se o impacto que a violência doméstica teve na linha da vida (biograma) desta antes, durante e após a gravidez, mostrando que Matilde teve particularmente, uma infância agradável e feliz, tendo vários momentos marcantes positivos, contudo a partir do momento que conheceu o seu companheiro e a violência doméstica começou a linha decresceu, passando praticamente 24 anos com momentos maioritariamente negativos e com grande durabilidade, estes anos foram os piores da sua vida, sofria de violência constantemente mesmo durante as gestações e depois. Sendo que a 2.ª gravidez foi dos piores momentos de sempre. Todos estes anos de sofrimento e violência fizeram com que esta e os seus filhos tivessem bastantes consequências ao longo das suas vidas. Com a separação, já houve um crescimento da linha da vida começando a existir mais momentos positivos que negativos, contudo verificava-se, já no fim da relação uma diminuição da curva, devido aos processos judiciais e de existirem bastantes mazelas na sua vida pessoal e social. Matilde tem boas perspetivas de futuro. Em suma, com a violência doméstica a sua linha da vida teve um decréscimo em relação a outros

acontecimentos na sua vida, tendo muitos momentos negativos e duradouros, subindo após o fim da relação.

Matilde nasceu em 1980, no primeiro ano de vida esta tem poucas memórias, mas do que se lembra foi muito feliz. Seguidamente, na sua infância dos 12 meses aos 10 anos de idade esta menciona a vivência com os seus irmãos, sentindo-se muito amada e feliz ao lado deles, menciona também, que gostava muito da escola e adorava brincar com os amigos, sentindo muita alegria, sentindo-se viva. Esta relembra umas férias muito especiais de verão em família na praia, sentindo amor. Contudo, os seus pais eram muito rígidos e sentia alguma angústia. Dos 10 anos aos 14 anos, viveu numa aldeia pequena e tranquila, sentindo felicidade e alegria. Nesta fase sua vida esta tinha uma grande tristeza, devido ao facto de as pessoas à sua volta terem coisas que ela e os irmãos não tinham nem podiam ter devido a dificuldades financeiras. Dos 14 anos aos 18 anos, terminou o seu percurso escolar e tirou a carta de condução, sentindo-se com esperança no futuro. Posto isto, conheceu o seu companheiro (agressor), pensando que ia ser feliz e foi exatamente o contrário, deu-se o início da violência doméstica aos 18 anos, começando a pior fase da sua vida, um ciclo traumático, sentindo muita tristeza e sofrimento. Entre os 18 anos e os 30 anos, nasceu o seu primeiro filho, sentindo felicidade máxima, porém sofreu de violência doméstica durante a gestação. Consequentemente, não se sentia realizada nem feliz, nada do que estava a acontecer era o que tinha idealizado. O seu primeiro emprego, não era o que tinha idealizado, tendo sido obrigada pelo companheiro a trabalhar por conta dele, ficando sem esperanças na vida. Dos 30 anos aos 40 anos, esta era muito maltratada pelo seu companheiro e descobriu que estava grávida pela segunda vez e o seu mundo desabou por completo, sendo o pior sentimento de sempre, tentando abortar. Sentia-se completamente desorientada e em pânico, uma desilusão. Contudo, neste período da sua vida teve um momento marcante positivo que foi quando nasceu a sua 2.^a filha, sentindo amor quando a viu pela primeira vez. Entre os 40 anos de idade e o presente, conseguiu passados 24 anos sair da relação, por ela e pelos filhos, sentindo-se livre. Contudo, foi uma etapa muito difícil e massacrante devido a todos os processos judiciais que a afetaram muito psicologicamente. Mesmo depois da separação, não se deixa dar a conhecer aos outros, em especial aos homens não consegue voltar a ter outra relação amorosa. Finalmente, já se sente ela mesma uma mulher empoderada e feliz com os seus filhos, desejando que nunca lhes falte nada, querendo ser feliz.

A Matilde refere que o agressor lhe prometia uma linda história de amor, contudo isso não se verificou, dado que ele a isolava socialmente, manipulava-a e tinha atitudes com ela de

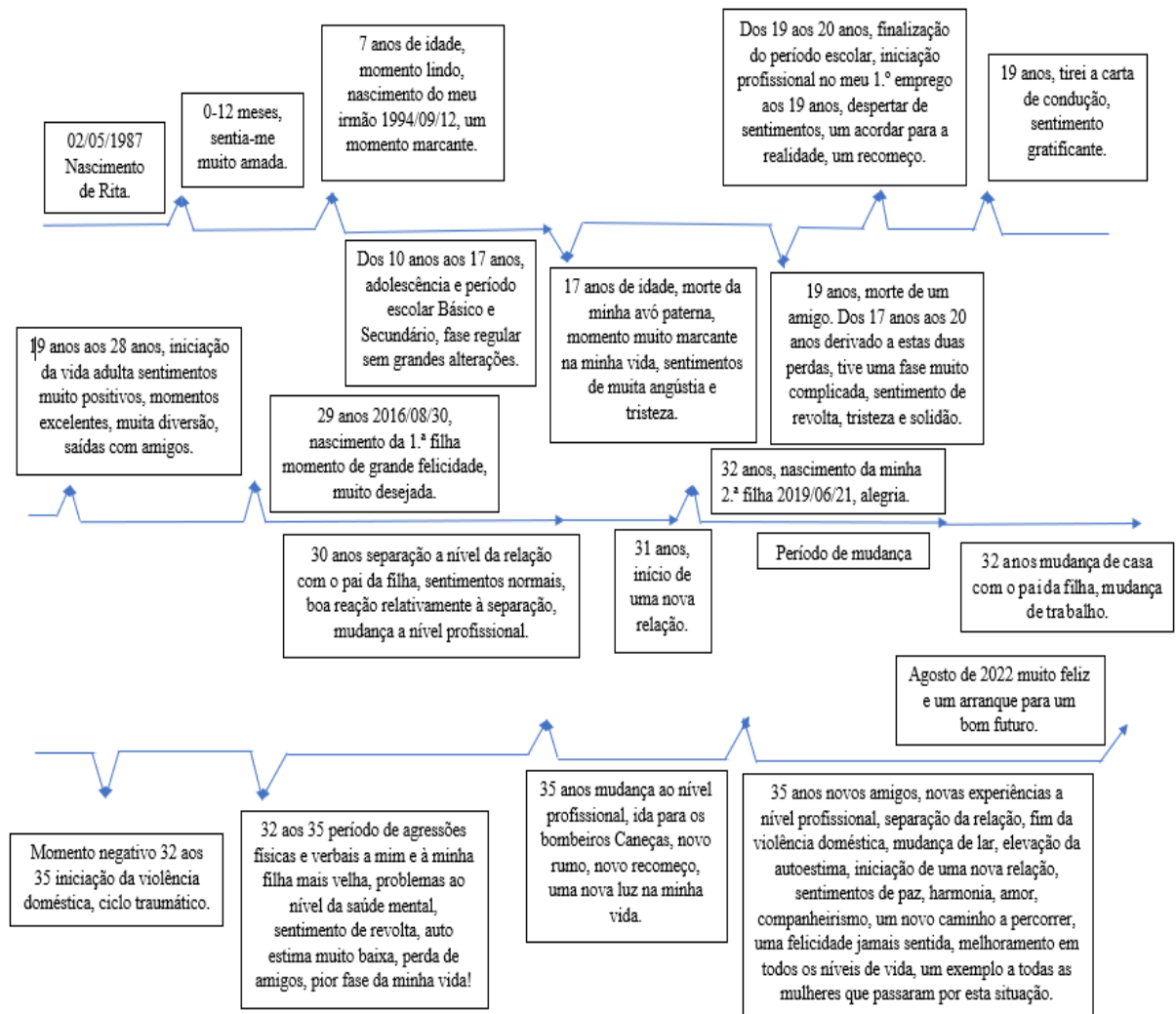
bipolaridade. A relação tornava-se em um ciclo vicioso de agressões, pedidos de desculpa e promessas. Pode-se constatar que sofreu diferentes formas de violência doméstica, como física, psicológica, sexual, económica, entre outras. Como ela refere agredia-a, insultava-a, obrigava-a a ter relações sexuais, inibi-a de fazer amizades, não ter relação com a família e não ter acesso ao dinheiro, proibindo-a de o utilizar. Durante a gravidez, as ameaças relacionadas com os filhos eram constantes, apesar de a situação ser difícil sempre se sujeitou a viver daquela forma. Com a saída do filho mais velho de casa perdeu o seu apoio e proteção, ficando com a filha mais nova naquele ambiente de violência. Como consequência da violência a filha mais nova começou a ficar perturbada e quando esta saísse também de casa ficaria sozinha com o agressor sem qualquer tipo de apoio, sendo estes alguns dos motivos que a levaram a chegar ao fim do relacionamento violento de 24 anos, onde a principal razão para aguentar tantos anos foi devido aos filhos, para que estes tivessem um pai presente, uma família unida e o medo de os perder para o agressor. A violência doméstica antes, durante a gravidez e pós-parto foi sempre igual, as agressões eram sem qualquer motivo, o agressor era impulsivo, ciumento, doentio e possessivo. Existiu agressões durante as duas gestações, na primeira era de uma forma mais física e da segunda mais psicológica.

As dificuldades que teve/sentiu durante a sua gravidez e após o parto, foram imensas, sendo uma das fases mais complicadas da sua vida. Matilde ganhou depressão durante e depois a gravidez, dado que esta não queria engravidar, ficando de rastos quando soube da segunda gravidez, devido ao facto de saber que aquela gravidez era o prolongar daquela vida horrível de violência que tinha e não era correto existir mais uma vítima para ele magoar/agredir. Esta reforça o facto de que psicologicamente foi mais difícil que uma gravidez e parto sem violência, dado que um parto por si só já debilita e é bastante difícil, mexendo muito a nível psicológico, hormonal e físico. Estando ela envolvida numa situação de violência, tudo isto tem as suas agravantes. Devido às agressões durante a gravidez e pós-parto, não conseguiu ter leite para amamentar os filhos. Da primeira gestação, uma das dificuldades foi proteger a barriga e o bebé, mas na segunda, ao estar muito debilitada psicologicamente, começou a tomar medicação para a depressão, o que ajudou no pós-parto. Contudo, tentou abortar e quando a filha era criança chegou a esquecer-se dela sozinha na rua, devido a todo o cansaço que sentia a nível psicológico, esta não conseguia raciocinar normalmente. A existência constante de ameaças e até o facto, de o agressor ter fugido com a recém-nascida meses após o parto, eram pressões e situações constantes que a afetavam muito a nível psicológico. Outras dificuldades na primeira

gravidez foi a falta de acompanhamento às consultas, quando o questionamento da razão pela qual ele não a acompanhava, dava sempre origem a agressões.

A história da Rita

Figura 5. Biograma da Rita:



Segundo Rita, verificamos o impacto que a violência doméstica teve na linha da vida (biograma) desta antes, durante e após a gravidez, mostrando que Rita teve maioritariamente uma infância e juventude feliz e amada, tendo muitos momentos marcantes positivos e constantes, mesmo com o término da sua 1.ª relação, contudo a partir do momento que conheceu o seu 2.ª companheiro, teve um período de mudança, era uma relação com alguns problemas e traições e a curva começou a descer, quando a 2.ª filha nasceu começaram as agressões e o início do ciclo da violência doméstica, tendo mais momentos negativos e com mais durabilidade. Estes anos foram muito difíceis na sua vida, sofrendo de violência constantemente

depois da gravidez. A violência fez com que Rita e a sua filha mais velha tivessem consequências ao longo das suas vidas. Com a rutura da relação, a linha da vida começou a subir novamente e a haver mais momentos positivos que negativos, começando uma nova relação onde é feliz com as filhas e um novo emprego. Rita planeia muitos momentos positivos no futuro. Em suma, com a violência doméstica a sua linha da vida teve um decréscimo em relação a outros acontecimentos na sua vida, tendo muitos momentos negativos e duradouros e voltou a subir com o término da relação.

A Rita nasceu a 02 de maio de 1987, dos 0 aos 12 meses sentia-se muito amada, havendo muitos momentos positivos no seu primeiro ano de vida. Aos 7 anos de idade, surgiu um dos momentos mais lindos, felizes e marcantes da sua vida, o nascimento do seu irmão em 1994/09/12. Portanto, dos 0 aos 7 anos sentia muita felicidade, tinha uma boa estrutura familiar, vivências de muitas brincadeiras e muito amor vindo dos pais. Seguidamente dos 10 anos aos 17 anos, foi o seu período escolar básico e secundário, uma fase marcante e a adolescência uma fase de descoberta a todos os níveis, sentimentos bons, com grandes perspetivas de futuro, sendo uma fase regular sem grandes alterações. Dos 17 anos aos 19 anos, foi um período bastante negativo, derivado a duas grandes perdas na sua vida, um misto de emoções negativas, muita tristeza, muita angústia, sentimentos difíceis de gerir e lidar. Portanto, aos 17 anos sucedeu a morte da sua avó paterna, um momento muito marcante na sua vida, sentimentos de muita angústia e tristeza. Aos 19 anos foi a morte de um grande amigo e derivado a estas duas perdas, teve uma fase muito complicada, com sentimentos de revolta, tristeza e solidão. Dos 19 aos 20 anos, foi uma fase muito positiva, muita diversão, autoestima excelente, bom suporte familiar, muitas idas ao centro comercial, praia, piscinas, discoteca, cinema. Sendo a finalização do período escolar e a iniciação profissional no seu primeiro emprego aos 19 anos, existindo um despertar de sentimentos, um acordar para a realidade, um recomeço. Aos 19 anos tirou a carta de condução, sendo um sentimento gratificante e positivo na sua vida. Dos 19 anos aos 28 anos foi a iniciação da vida adulta, sentimentos muito positivos, momentos excelentes, muita diversão, saídas com amigos. Aos 29 anos, houve um momento marcante, devido ao nascimento da 1.ª filha, um misto de emoções positivas e muito desejo materno. Contudo, aos 30 anos houve a separação. Ao nível da relação com o pai da filha os sentimentos eram normais, houve uma boa reação relativamente à separação e mudança a nível profissional. Aos 31 anos foi o início de uma nova relação. Aos 32 anos sucedeu o nascimento da 2.ª filha a 2019/06/21, um momento muito positivo, muito marcante e o início de um novo ciclo, nova mudança a nível profissional,

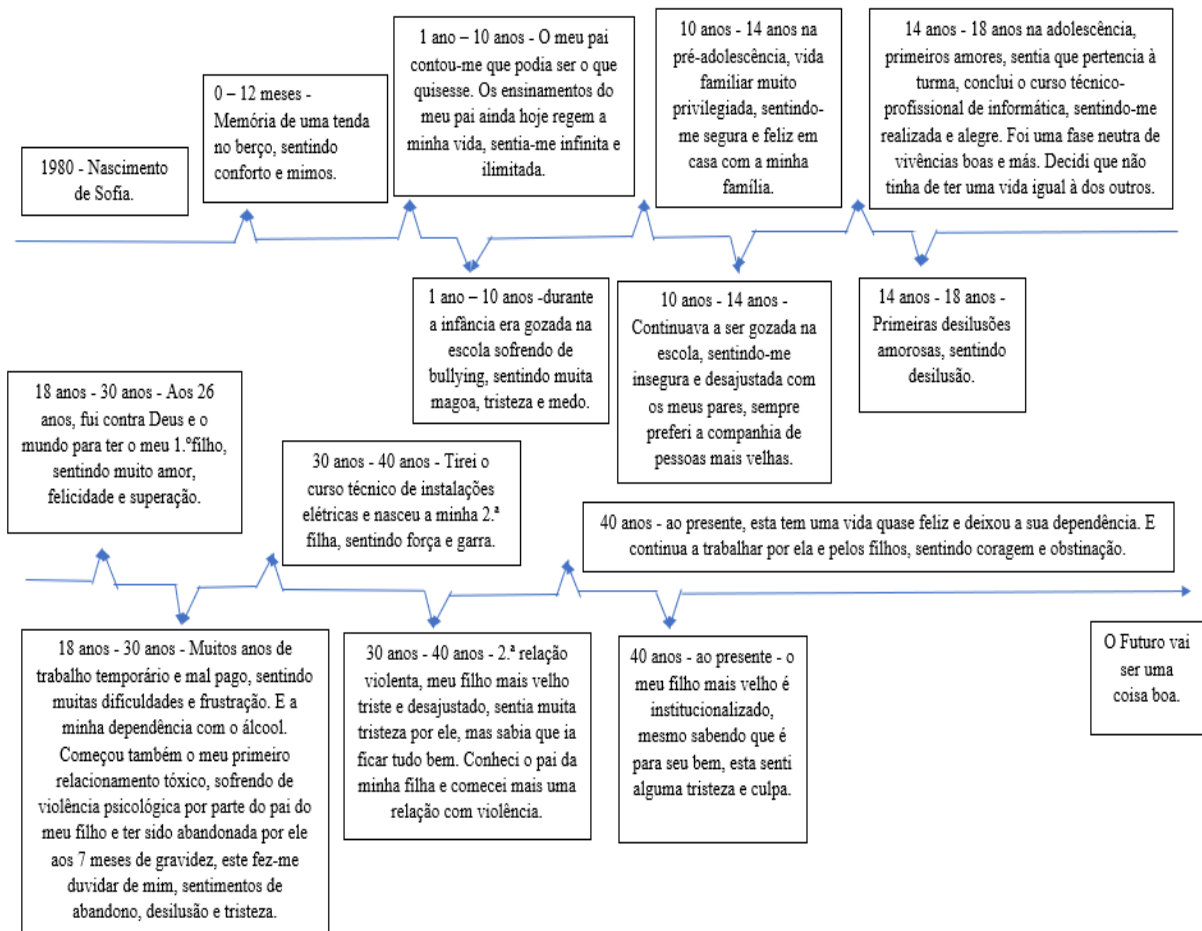
emocional, pessoal, lar, entre outras. Ou seja, existiu um período de mudança, desde a mudança de casa com o pai da filha à mudança de trabalho. Seguidamente, começou uma fase de negativa na sua vida dos 32 anos aos 35 anos, sendo a iniciação da violência doméstica, um ciclo traumático. Dos 32 anos aos 35 anos, foi um período de agressões físicas e verbais a ela e à sua filha mais velha, por parte do pai da sua 2.^a filha, problemas ao nível da saúde mental, sentimento de revolta, perda da autoestima, perda de amigos e revolta dos seus familiares devido à sua situação. Foi a pior fase da sua vida, um ciclo muito vicioso e negativo. Aos 35 anos, teve uma mudança ao nível profissional, a sua ida para os bombeiros, um novo rumo, um novo recomeço, uma nova luz na sua vida. Sendo este o fim do ciclo antes vivido, o fim da violência doméstica, mudança de lar, boa estabilidade financeira, novos amigos, sentimentos muito positivos, libertação de um ciclo vicioso, uma nova relação, saúde física e mental, elevação da autoestima, um novo ciclo com muito amor, paz e harmonia e companheirismo, um novo caminho a percorrer, uma felicidade jamais sentida, melhoramento em todos os níveis de vida. Sente-se um exemplo para as mulheres que passam por esta situação, estando muito feliz. Em agosto de 2022 correu tudo bem, tendo muito boas perspetivas de futuro, sendo um arranque.

Mesmo com o apoio dos pais, sentia-se sozinha, devido a não conseguir ter amizades, porque ao se aproximar de alguém iria gerar conflitos e problemas. O agressor tinha grande controle sobre a vítima, utilizando o seu telemóvel sem permissão, as redes sociais, perseguindo-a através da localização do telemóvel e usando equipamento audiovisual pela casa. A dada altura a situação foi tão grave que Rita chamou a polícia, uma vez que o agressor maltratava a sua filha mais velha, sua enteada estando alcoolizado. Depois desta situação fez queixa na polícia, mas acabou por a retirar, devido a ter falta de condições habitacionais e não ter um emprego estável, devido a essas condicionantes temia que lhe retirassem a custódia das filhas. Depois de ser mãe a perceção de Rita sobre a violência doméstica é que quando se tem filhos, há várias alterações que condicionam as decisões relativamente à relação e como agir perante esta para proteger as filhas desta situação. Considera que só quem passa por algum tipo de violência é que percebe verdadeiramente o seu significado, tal como foi o seu caso. Os julgamentos sobre este tipo de situações têm várias condicionantes, principalmente quando envolve crianças, as decisões têm influência no futuro de várias pessoas, que não são fáceis de tomar. As dificuldades que teve/sentiu durante a sua gravidez e após o parto, foi sentir-se sem apoio com duas crianças, estava a ganhar depressão pós-parto, mas procurou logo ajuda médica

começando a ser medicada. Porém, mesmo com o apoio dos seus pais, estes não compreendiam o que ela estava a viver e não percebiam o porquê de não sair daquele relacionamento, esta sentia isolamento e incompreensão. Não conseguia sair da relação devido ao seu psicológico estar tão fragilizado, sentindo um bloqueio e sentindo que vivia num ciclo vicioso, agravando com o facto de ela saber que ele nunca iria mudar, não tendo esperanças na sua relação. Outra dificuldade foi o facto de o leite ter secado devido ao sistema nervoso, no início ainda conseguiu amamentar, mas durou pouco tempo. O agressor ao sentir ciúmes da enteada nunca a aceitou, fazendo-lhe também violência física e psicológica. O fim da relação, teve início quando Rita conseguiu arranjar um emprego estável com remuneração que lhe permitiria ser independente, ao descobrir as escutas em casa e o facto de existir mais pessoas a saber da situação que estava a viver solicitou ao agressor que abandonasse a casa, ato que o mesmo acabou por fazer pondo fim a anos de sofrimento. Numa fase inicial da separação foi dolorosa pelos medos e receios que tinha, estando bloqueada não admitindo que alguém contra a sua essência ou liberdade, sentindo também tristeza pelos maus tratos à filha mais velha. Presentemente, Rita sente-se à vontade para expor a sua história e ajudar quem está a passar pela situação de violência doméstica, ela tornou-se uma mulher confiante, capaz e com elevada autoestima, tudo o que a relação lhe tinha retirado tornando-se em um exemplo de superação, onde a principal magoa é pela sua filha mais velha ter vivenciado esta situação.

A história da Sofia

Figura 6. Biograma da Sofia:



Consoante Sofia, apuramos o impacto que a violência doméstica teve na linha da vida (biograma) desta antes, durante e após a gravidez, mostrando que Sofia, teve uma infância feliz, tendo muitos momentos marcantes positivos, porém teve um período que sofreu de bullying e alguns desamores baixando a curva. Porém, deu-se início à sua primeira relação tóxica, os consumos de álcool e foi abandonada grávida pelo pai do filho, a linha mante-se sempre em baixo havendo muitos períodos negativos. A linha subiu quando o filho nasceu. Até que voltou a descer com a 2.ª e 3.ª relações violentas, uma delas durante e depois a gravidez e o filho é institucionalizado em uma casa de acolhimento, passando a sua vida com muitos momentos negativos. Só quando terminou as relações e deixou os consumos e tirou o curso de eletricista é que a linha voltou a subir, ainda não está como queria estar não está ainda 100% feliz. Porém

tem esperança num bom futuro. Em suma, com a violência doméstica a sua linha da vida teve um decréscimo em relação a outros acontecimentos na sua vida, tendo muitos momentos negativos e duradouros e voltou a subir com o término das relações.

Sofia nasceu em 1980, tendo memória de uma tenda no berço, sentindo conforto e mimos. Dos 12 meses aos 10 anos de idade recorda momentos positivos em que o seu pai lhe contou que podia ser o que ela quisesse, que ele iria apoiá-la sempre em tudo. Os ensinamentos do seu pai ainda hoje regem a sua vida, sentia-se infinita e ilimitada. Contudo, durante a infância era gozada na escola sofrendo de bullying, sentindo muita magoa, tristeza e medo. Dos 10 anos aos 14 anos na sua pré-adolescência, tinha uma vida muito privilegiada, sentindo-se segura e feliz em casa com a sua família, mas conseqüentemente continuava a ser gozada na escola, sentindo-se insegura e desajustada com os seus pares, sempre preferiu a companhia de pessoas mais velhas. Dos 14 anos aos 18 anos, na adolescência teve momentos muito positivos em que viveu os primeiros amores e finalmente sentia que pertencia à turma, concluindo o seu curso técnico-profissional de informática, sentindo-se realizada e alegre. Tendo como momentos negativos as suas primeiras desilusões amorosas, sentindo desilusão. Foi uma fase neutra teve vivências boas e más. Nesta fase decidiu que não tinha de ter uma vida igual à dos outros. Dos 18 anos aos 30 anos teve um dos momentos mais felizes que foi aos 26 anos, ter nascido o seu 1.º filho, indo contra tudo e todos para ter o seu filho, sentindo muito amor e superação por ter conseguido cuidar dele sozinha. Como momento negativo nesta fase da sua vida, foi o facto de ter sido muitos anos de trabalho temporário e mal pago, sentindo muitas dificuldades e frustração. E a sua dependência com o álcool. Começou também o seu primeiro relacionamento tóxico, sofrendo de violência psicológica por parte do pai do filho, sendo abandonada por ele aos 7 meses de gravidez, o pai do filho fez com que ela duvidasse dela própria, tendo sentimentos de abandono, desilusão e tristeza. Dos 30 anos aos 40 anos, teve dois momentos marcantes positivos, em que tirou o curso técnico de instalações elétricas e o nascimento da sua 2.ª filha, sentindo força e garra. Contudo, foi a fase em que teve a sua 2.ª relação violenta e onde o seu filho mais velho se sentiu triste e desajustado, sentia muita tristeza por ele, mas sabia que ia ficar tudo bem, como ela diz “tracerei a rota e larguei as velas”. Foi também nesta fase que conheceu o pai da filha e começou mais uma relação com violência. Na fase dos 40 anos, esta tem uma vida quase feliz e deixou a sua dependência. Continua a trabalhar por ela e pelos filhos, sentindo coragem e obstinação. Contudo, teve um mau momento em que foi quando o seu filho mais velho é institucionalizado, mesmo sabendo que é para seu bem, esta sentiu alguma tristeza

e culpa. Nesta fase foi viver para a Azambuja, por não conseguir sustentar uma casa sozinha em Lisboa. Foi viver para casa de um senhor que lhes ofereceu dormida. Este pediu-lhe para ter relações sexuais com ele, mas esta negou e aí ele agrediu-a e esta ficou sem casa novamente. Depois veio para Lisboa para uma pensão ligou para a emergência social e arranjam-lhe um quarto e a CPCJ reabriu o processo dos filhos por ela estar a viver assim, devido à violência e aos consumos de álcool. Esta estava aflita com o filho e ligou para a ajudarem e este foi para uma casa de acolhimento. Contudo, refere que o seu futuro lhe reserva coisas boas. Sofia menciona que, “não preciso de muito para ser feliz, mas do que preciso, preciso mesmo. Coisas simples, elementares. Estar bem e ver todos bem à minha volta. Sou extraordinariamente sensível à energia à minha volta. Entristece-me ver pessoas tristes, com vidas tristes e remediadas, diminuindo dias à morte, deixando de viver e amealhando miseravelmente para deixar os seus, pessoas amarguradas e revoltadas com a sua sorte, que não sabem que a sorte é delas e de mais ninguém, que só a elas pertence. Pessoas e animais vítimas de crueldade e injustiça revoltam-me as entranhas e afetam-me a uma profundidade enorme...da mesma forma que me enche a Alma a felicidade alheia. Dou por mim na rua a pescar sorrisos misteriosos, que me fazem sorrir também. Gosto de boas notícias e de finais felizes. Gosto da forma como a nossa energia flui, afetando tudo e todos à nossa volta e da importância dos pequenos gestos. Um sorriso, uma cortesia podem mudar o dia de alguém. Podem até mudar a sua vida”.

A Sofia refere que a violência doméstica teve início antes de estar grávida, nos dois primeiros relacionamentos, na primeira relação que foi com o pai do filho mais velho, antes da gravidez havia violência, sendo esta maioritariamente violência psicológica, havia manipulação e intimidação essencialmente e durante a gravidez abandonou-a aos 7 meses de gestação. O filho nunca teve um pai presente. Numa breve fase que viveram juntos quando a criança tinha cerca de um ano, o pai do filho agrediu a criança e Sofia tomou a decisão de sair de casa, protegendo o filho deste tipo de situações. Outra das situações que a levou à separação foi o facto de ele tentar violar a sobrinha. O Rui que foi o seu segundo relacionamento, era controlador, inseguro e muito ciumento, Sofia não tem filhos em comum com o Rui, este fez-lhe violência física e psicológica, deixando-a a pensar que não valia nada e além disso, também maltratava o filho mais velho dela. No terceiro relacionamento com Nuno, pai da filha mais nova, houve violência depois da gravidez e durante. Na gravidez teve um descolamento de placenta, ficando com uma gravidez de risco, devido aos esforços que fazia em casa, nas lides domésticas, obrigada por ele e este nunca quis assumir o seu enteado. O filho mais velho não

vivia com Sofia, porque Nuno não deixava, algumas das razões pelas quais não queria que vivesse com eles era a indisciplina e o facto de Sofia estar com problemas na gravidez. Quando nasceu a filha de ambos e o filho mais velho de Sofia voltou para casa, a situação com duas crianças não era fácil e o companheiro não queria essa responsabilidade reagindo com agressões sob efeito de álcool, depois destas agressões Sofia abandonou a casa que compartilhavam com a filha. Passado algum tempo este mudou alguns comportamentos, pelo facto de Sofia ter saído de casa, dado que ele teve de cuidar da filha sozinho, tendo outras responsabilidades que antes não tinha nem queria ter. Não voltando a beber perto dela. Presentemente estão a morar juntos, por uma questão financeira e de conveniência para os dois e facilidades para a filha, na questão dos horários escolares de maneira a ser mais fácil de conciliarem com os seus empregos. As dificuldades que Sofia teve/sentiu durante a gravidez e após o parto, foi o facto de na gravidez da sua filha mais nova devido a todos os problemas e perturbações que teve durante a gravidez, esta teve uma enorme hemorragia e foi de urgência para o hospital, ficando internada durante uma semana antes do nascimento da bebé e no dia do parto teve outra hemorragia tendo de ser operada. Na sua primeira gravidez o seu companheiro abandonou-a aos 7 meses de gestação, sendo mãe solteira. Também nenhum dos seus companheiros aceitou o seu filho mais velho. Além que outra das suas grandes dificuldades foi as mudanças de casa e de localidades com os seus filhos ainda tão pequenos.

De acordo, com os resultados obtidos através da entrevista é possível verificar que:

Inês, tem 36 anos de idade, reside em Loures o seu estado civil é casada, vive com o marido, duas filhas, o filho em comum e o filho do marido tem o 12.º ano completo é responsável de loja e tem 3 filhos, duas filhas e um filho com 16 anos, 12 anos e 7 anos cada. A Inês viveu 5 anos na relação dos 19 aos 24 anos. Quando a bebé nasceu foi viver para casa da mãe e do padrasto, mas este nunca aceitou a sua presença e voltou para casa do agressor. Durante o período de separação o agressor pressionava-a e tentava convencê-la da sua mudança. Quando a segunda filha nasceu, saiu de casa definitivamente. Sofreu de violência cerca de 4 anos e meio. Inês sofreu de violência física, violência psicológica e emocional, verbal, violência sexual, Intimidação, coação, ameaça e isolamento social. Nunca fez nenhuma queixa, tinha vergonha das pessoas e família e medo do agressor. Existe histórico de violência doméstica de ambas as partes. O pai da vítima agredia a sua mãe. Com os pais do agressor acontecia a mesma

situação de violência doméstica. Referente aos consumos verifica-se inexistência de consumo de substâncias ilícitas.

Matilde tem 48 anos, reside em Braga é solteira, vive com a filha mais nova, o filho mais velho já saiu de casa, tem o 12.º ano completo, gere uma empresa de eventos, tem 2 filhos, um filho e uma filha com 27 anos e 16 anos respetivamente. A Matilde manteve-se 24 anos na relação devido às ameaças e pela falta de capacidade financeira de sair com os filhos. Sofreu de violência doméstica 24 anos. Matilde sofreu de violência física e sexual, violência psicológica e emocional, violência económica, violência verbal, Intimidação, coação, ameaça e isolamento social. Fez duas queixas, uma delas um mês antes da separação. Tinha feito outra anteriormente, mas retirou a queixa, devido a ameaças de morte dela e dos filhos. Não pôde retirar a queixa, mas não prestou declarações e foi arquivado. Não tem histórico de violência na família, nunca viu os pais discutirem, contudo, o pai mais tarde reformou-se e ao estar em casa todos os dias houve algumas discussões (um alterar de voz por parte do pai para com a mãe). Na família do agressor havia violência doméstica. A mãe dele não vivia com o pai, mas com um companheiro. Ela fazia violência verbal e psicológica até com os vizinhos era agressiva. E outros familiares dele como os tios e primos também agrediam as mulheres, até com armas. A mãe do agressor, foi mãe solteira e para ele gostar dela deixava-o fazer e ter tudo o que queria, mesmo asneiras que ele fizesse ela encobria-o sempre. Consoante aos consumos também se verifica a inexistência de consumo de substâncias ilícitas.

Rita tem 35 anos, vive na Amadora o seu estado civil é solteira, vive com as suas duas filhas, tem 12.º ano incompleto, trabalha como bombeira motorista de transporte de doentes, tem 2 filhas, uma com 6 anos e outra com 3 anos. A Rita Teve 4 anos na relação. Não tinha forças nem estabilidade para conseguir sair da relação. Sentia muita insegurança e falta de autoestima, dependente e com a constante esperança que ele ia mudar o seu comportamento abusivo. Sofreu de violência cerca de 3 anos. O primeiro ano de relação sem violência e depois com o nascimento da filha mais nova começou as agressões. Rita sofreu de violência física, violência psicológica e emocional, violência económica, violência verbal, Intimidação, coação, ameaça e isolamento social. Fez uma vez queixa, mas desistiu, devido às más condições habitacionais e tinha medo que lhe retirassem as filhas ou fossem sinalizadas por toda aquela situação de violência doméstica. Não tem histórico de violência na família, mas existe histórico

de violência no seu ex-companheiro o pai do agressor agredia a mãe do mesmo. O ex-companheiro consumia álcool, sendo ainda mais agressivo e o pai do agressor também era alcoólico e agressivo.

Sofia tem 42 anos, reside em Lisboa é solteira, vive com a filha mais nova e o pai da filha (filho mais velho está numa casa de acolhimento), tem o ensino secundário e curso técnico profissional completo é eletricista de profissão. Tem 2 filhos, um filho e uma filha de 15 anos e 3 anos respetivamente. Verificou-se que apenas a Sofia ainda se encontra com o agressor, pai da filha mais nova. Vivem juntos por uma questão financeira e de conveniência para os dois e facilidades para a filha de ambos, de maneira a ser mais fácil conciliarem os horários escolares com os dos empregos. Estão numa relação há 5 anos. Com o pai do filho mais velho teve um relacionamento de 4 anos.

As restantes três mulheres não se encontram a viver com os agressores.

Desde que conheceu o pai do filho que sofre de violência á cerca de 18 anos e de diferentes homens, sendo que a violência não foi seguida. Sofia sofreu de violência física e violência psicológica e emocional, Intimidação, exploração. Fez uma queixa do segundo relacionamento, ou seja, do agressor que não têm filhos em comum. Existiu uma segunda queixa do pai da filha mais nova (terceiro relacionamento), mas não foi da própria foi, uma Assistente Social que apoiava o filho mais velho e a família há muito tempo no SolSal Salesianos. A vítima contou-lhe o que tinha acontecido e que estava aflita e a Assistente Social entrevistou. Quando era criança os pais davam-se muito mal e tinham uma relação tóxica, várias discussões e ameaças de divórcio até que aconteceu. Nos seus três companheiros, verificou-se que no caso do pai do filho mais velho, que a mãe era manipuladora e tratava mal o pai sempre a deita-lo abaixo. Chegou a existir agressão de ambas as partes. Do segundo relacionamento o pai agredia a mãe e estava sempre a trata-lo mal e a rebaixa-lo e fazia ele se sentir inferior ao primo. Do terceiro relacionamento (pai da filha mais nova) que tenha conhecimento não houve agressões, contudo, ele era “um menino da mamã” e a mãe educou-o de modo a que ele se habituasse a ter tudo feito e não precisar de fazer nenhuma tarefa nem ajudar a mulher. Que as mulheres tinham de fazer as tarefas domésticas sempre sozinhas. Existiu consumo de álcool na família da vítima e na dos seus companheiros, além de a vítima ter tido problemas de consumo de álcool e os seus companheiros também.

Na análise da entrevista e de acordo com as dimensões propostas procurou-se saber a perceção das mulheres sobre a violência doméstica e suas consequências. Assim, na **2ª dimensão** – Perceção acerca da Violência Doméstica:

Inês refere que só presentemente tem perceção do que é a violência doméstica, quando iniciou a relação e não tinha sido mãe, não possuía a perceção correta que era vítima da mesma. Na fase inicial da relação o ambiente era saudável e amoroso, associando certas ações de ciúmes a alguma preocupação e medo em perde-la. Esta refere que a violência doméstica ao começar de uma forma verbal a perceção da mesma não é imediata, não percebendo que estão a ser vítimas, só a partir das agressões físicas de forma repetitiva é que se apercebeu que estava a ser tratada de uma forma abusiva e de maus tratos. Considera que as vítimas não têm a sensação de serem vítimas somente com violência psicológica. Normalizando, serem ofendidas, rebaixadas, inferiorizadas, controladas, manipuladas e dependentes do agressor. Apenas com a repetição de vários tipos agressão, é que se apercebem da seriedade da situação. Esta menciona, que a sua perceção no pós-parto não se modificou com mudanças significativas, dado que já tinha noção da realidade da violência. As principais alterações é o sentimento de medo não só por ela, mas também pela filha, a constante preocupação na proteção de ambas e ocultação da realidade perante as crianças eram um constrangimento constante e desgastante emocionalmente.

Matilde interpreta que a violência doméstica como qualquer ato violento perante outra pessoa, “seja lá o que for, sejam palavras, seja agressividade perante o outro. Nada justifica isso mesmo”. Ela tinha a perceção que vivia uma situação de maus tratos de uma forma injusta, esta tinha dificuldade em se manifestar, pois era um assunto tabu na sociedade há uns anos atrás, em que o ditado popular, “entre marido e mulher não se mete a colher” estava muito vincado. Durante a gravidez e depois de ser mãe a sua perceção sobre a violência doméstica mudou, uma vez que além de se proteger a ela tinha de proteger os filhos também. A segunda gravidez foi resultado de uma agressão sexual e ela não queria ter mais filhos, não queria sujeitar mais ninguém aquela violência, queria sair de casa o mais depressa possível e com a gravidez ia prolongar o sofrimento, mas com a segunda gravidez não foi possível sair tão cedo, algo que ela tencionava fazer brevemente.

A Rita antes da gravidez nunca sofreu de violência doméstica e durante também não, foi tudo no pós-parto. A vítima nunca tinha passado por qualquer tipo de violência. Esta refere que há variadas formas de violência quer físicas, psicológicas, sexuais e dando foco essencialmente na privação ser uma pessoa independente. Esta considera que a violência

psicológica pode por vezes afetar mais que uma violência física, as constantes agressões por vezes tornam-se em algo habitual em que não conseguem reagir à situação. Atenta também, que quando uma pessoa é violenta uma vez será para sempre, ou seja um agressor vai ser sempre um agressor e não muda, ao contrário da maior parte das mulheres que pensa que o agressor pode mudar. Neste caso, as agressões físicas eram essencialmente sob o efeito do álcool. Esta considera que numa relação deve existir respeito e ambos têm o direito de se arranjam, terem amigos, terem o seu emprego, contudo isso não aconteceu com Rita, o agressor privou-a de tudo, inclusive ela não conseguia ter um emprego estável, dado que ele fazia escândalos no seu local de trabalho, tal como já fazia com a ex-companheira. Depois de ser mãe, a preocupação aumentou porque tinha de se proteger a ela própria e às filhas. Pensou sempre no bem-estar delas e sujeitou-se a muita coisa por elas, visto que não tinha forças para sair da situação naquela altura, mesmo com enorme apoio dos seus pais, não conseguia sair, sentia-se sem forças para dar esse salto e o que dificultou foi a casa onde residia não ter condições para as filhas.

Sofia considera que a violência doméstica é “toda e qualquer coisa que faça o outro sentir-se mal, pressionado, manipulado, magoado, podendo ser até um comentário”. Considera que durante a gravidez depois de ser mãe alterou a sua perceção como consequência da maternidade, uma vez que se tornou uma pessoa com mais maturidade, sentindo o dever de proteger os filhos ainda mais pela situação de violência.

No que concerne, à **3.ª dimensão** – perceção da relação com o agressor:

A Inês considera que nos primeiros dois meses, era uma boa relação, contudo primeiramente começou as agressões psicológicas, depois juntaram-se as físicas e sexuais, mas não tão acentuadas e não eram diariamente, quando engravidou as agressões continuaram e pioraram, eram com mais frequência. Porém, tinham uma relação de marido e mulher, segundo ela menciona. No que concerne, à relação com o agressor, antes, durante e depois, foi sempre piorando e nunca foi boa, esta refere que, “boa nunca foi, mas antes da gravidez era boa, mesmo com alguma violência mais psicológica que física, durante tive a perceção que afinal a relação não era assim tao boa, pensei que não tinha feito uma boa escolha e depois era péssima confirmei que não era mesmo uma boa escolha”. As ameaças eram sempre de mais agressão. O que alterou na relação com a gravidez e pós-parto, também o facto de serem agressões diárias e com mais intensidade, começou a deixar de gostar dele como gostava anteriormente e tinha muito medo dele. Na gravidez era muito violento e não tinha cuidado com a barriga, mesmo querendo ser pai, nem pensou no próprio filho e que lhe estava a fazer mal. Esta refere, “durante

a gravidez e depois era só na violência que ele se encontrava, não sei o que lhe ia cabeça para nos fazer isto”. Portanto, com a gravidez e pós-parto o que alterou na relação, foi que a relação se começou a deteriorar à medida que o tempo passava, durante a gravidez a sua autoestima descia em grande velocidade e o seu sentimento de dependência do agressor também, devido a achar-se feia, gorda, sem saída e para onde ir com uma criança, por isso saiu da relação quando descobriu que estava novamente grávida. Referindo, “só consegui sair da relação quando descobri que estava novamente grávida. Não podia dar aquela vida a mais uma criança. Ele não aceitou o divorcio, claro. Arrombou a porta, não queria sair. Acabei por sair eu”.

Matilde refere que o tipo de relação afetiva que tinha com o agressor antes da gravidez, era igual ele sempre foi violento. Ele vivia muito da imagem e por isso precavia-se, uma vez que tinham eventos públicos e lidavam com muita gente, ele nunca demonstrava perante as outras pessoas era sempre escondido, ou seja ele fazia isso quando sabia que não estava a ser visto ou estava à vontade, estava sempre a representar e a fingir, “por exemplo há duas situações em relação à violência física que mudou, em que desde que a violência doméstica passou a ser crime público, ele já tinha cuidado e não me fazia ficar marcada na cara ou no pescoço porque antes ele apertava-me muito o pescoço e para eu não ficar com hematomas visíveis, isso mudou ele tinha mais cuidado e também tinha o cuidado de nunca fazer à frente de ninguém que servissem como testemunhas...chegou a fazer à frente dos meus irmãos e empregados, mas de resto tentava evitar e quando o meu filho começou a ser mais crescido controlava-se melhor”. Ela pensava que por ser nova nos seus 20 anos, que ia aguentar aquilo mais um tempo até ter 22 anos, pensando que ele a ia deixar arranjar um emprego, podendo ter o seu dinheiro, uma vez que já não tinha contacto com a família e amigos. Esta pensou que ia ser independente financeiramente e que conseguia sair da relação, mas ele nunca a deixou trabalhar, sem ser com ele nos seus negócios e mesmo ao trabalhar para ele não lhe dava o dinheiro, por isso continuava dependente dele. A relação com o agressor antes, durante e depois da gravidez era sempre igual, uma relação violenta e tóxica. Matilde refere que “na APAV eles explicaram-me uma coisa que é super normal que é: há aquela fase de mar de rosas ou de lua de mel e há a fase dos espinhos e eu no início era um mar de rosas depois segurou-me como uma presa, a partir de aí manipulou-me fez de mim o que quis e eu deixei...uma relação muito violenta e tóxica. Eu não vivi a minha vida até aos 42 anos eu vivi a vida dele...trabalhar no que ele gostava, eu era a empregada em casa, na loja, nos eventos...”. Quando a agredia nem estava sob efeito de álcool ou outras substâncias, ela refere que era “só a neura, ele era mau, ele quando se enervava era muito cruel,

muito mau. Depois quando acalmava pedia desculpa e estava tudo bem, dizia que não ia voltar a acontecer e passando um bocado voltava tudo ao mesmo, uma das vezes que me agrediu tínhamos ido a um jantar de um evento e ele bebeu mais que a medida então aí ele ainda era pior no sentido que quando bebia um bocado deixava de se controlar e aí chegou a fazer escanda-lo perante outras pessoas...aí sim”. Matilde nunca chegou a casar com ele porque sabia desde o início que aquele não era o homem da sua vida, foi uma das poucas coisas que se conseguiu impor perante ele, “ele só se me levasse de arrasto para a igreja ou para o cartório e foi por isso, que eu nunca me casei com ele. Eu tinha plena consciência que aquele homem não era o homem da minha vida e com quem eu sonhei casar e por isso preferi não casar, mas olhe, se eu tivesse casado, na separação teria sido melhor para mim, porque quando duas pessoas vivem maritalmente e se separam a nível de bens não é como se tivessem casados, e eu naquela altura da separação fiquei sem nada e juridicamente não se pode fazer nada. Porque conta em que nome estão os bens, até podia ser eu a comprar, mas se estavam no nome dele é tudo para ele”. Matilde refere todo o processo de separação valeu apenas, mesmo ficando sem nada e ter de começar a sua vida do zero, “se o preço de me ter vindo livre daquele monstro foi ficar sem nada aos 42 anos e ter de começar a minha vida do zero, valeu apenas!!! Valeu apenas!!!”. Passados os 24 anos, entrou em desespero e até se tentou suicidar, pediu também ao agressor que a matasse, porque não aguentava mais aquela vida e preferia morrer a continuar assim, a mesma menciona, “quando me deu o clique de não querer mais este homem na minha vida, ajoelhei-me no chão e disse-lhe em desespero se me queres matar mata, que eu não aguentava mais...estava de rastos...não aguentava mais, pensei em suicidar naquela altura, arquitetei tudo na minha cabeça, nem pensei nos meus filhos, naquela fase...estava de rastos...”.

Com a gravidez e pós-parto a relação ficou na mesma, as agressões eram frequentes e ele não se importava com as crianças. As crianças pós-parto, choravam logo quando o ouviam. A relação foi se degradando cada vez mais, cada vez mais a Matilde o odiava e já não tinha sentimentos por ele. Ele nunca aceitou a separação e não aceitava que ela fizesse queixa dele, fazendo muitas ameaças, “vinha cá a GNR e eu tava toda pisada e a GNR diz que não podia continuar assim, um de nós tinha de sair de casa. E eu disse vou ter de sair eu e a minha filha? e eles disseram que nós é que tínhamos de decidir os dois. E as autoridades conheciam-no dos eventos. A GNR disse-lhe, elas ficam aqui em casa e tu não lhes fazes nada...vai as deixar descansar no quarto para ficarem tranquilas...isso da 1.^a queixa...conclusão passou a noite toda a tentar abrir do quarto ainda hoje as maçanetas estão estragadas. A dizer sua p***, sua v***,

se amanhã fores ao hospital, eu vou te matar a ti a à tua filha e coisas assim do género e tanto que eu no outro dia não fui já ao hospital. E acho que nestes casos mesmo de agressão física deviam arranjar maneira de o agressor sair de casa e não a vítima e os filhos terem de sair...e irem para uma casa abrigo e isto vai para a CPCJ, vão acompanhar a sua filha porque é menor e você vale mais arranjar uma casa abrigo para si e para a sua filha...dizerem-me isto e eu disse eu e a minha filha é que somos agredidas e nós é que temos de sair de casa?! Deram-me a hipótese ou da casa abrigo ou de um familiar e durante 6 meses fui para casa da minha irmã. Nesse aspeto a lei portuguesa está muito mal”.

A Rita refere no que concerne à relação afetiva que tinha com o agressor antes da gravidez, que no 1.º ano de namoro antes de engravidar da filha mais nova nunca aconteceu qualquer tipo de pressão psicológica, ou algum tipo de violência física ou verbal. Contudo, houve diversas situações que se passaram, sendo uma relação muito perturbada para Rita, afetou-a muito a nível emocional, devido a traições com a ex-companheira, companheira essa que ele também agredia, que é a mãe dos outros filhos dele. Ele era alcoólico e teve uma depressão profunda quando Rita estava grávida, depressão essa que teve a sua génese na morte de um filho com essa ex-companheira e eles nunca tiveram apoio psicológico o que provocou um grande desgaste na relação e violência na relação anterior. Assim sendo, Rita foi o seu apoio e levou-o a um psiquiatra, mas com o nascimento da filha voltou a beber e começaram as agressões, “o meu 1.ª ano de namoro foi muito complicado nesse sentido eu estava muito desgastada psicologicamente e emocionalmente foram situações que se geraram à volta disso muito complicadas, mesmo ele já era alcoólico, já tinha episódios de violência contra a ex-companheira, mas não comigo, ele teve uma depressão profunda quando eu estava grávida, porque lhe tinha morrido um filho dessa relação com uma doença rara e tanto ele como ela nunca tiveram acompanhamento psicológico e aquele desgosto levou os ao limite nessa relação deles, era muita agressão física e psicológica havia de todo o tipo de coisas naquela relação...e ele pedia ajuda era a mim, ele só bebia, bebia, bebia e entrou na depressão e eu tive de ter uma força enorme para poder ajuda lo e levei-o ao psiquiatra, perdeu uma casa porque não pagava a renda e perdeu o emprego e eu é que o tentei ajudei, fiz com que ele deixasse o álcool, levei-o ao médico, fiz tudo e depois nasceu a nossa filha e tudo piorou ele voltou a beber, não aceitava que tinha tido a depressão, porque ele tomou a medicação num período de meses só e achava que já estava bem e a morte do filho nunca aceitou bem e eu tentei ser o suporte dele em todos os sentidos só que depois fui-me abaixo quando a menina nasceu”. Rita caracteriza a sua relação

com o agressor, como uma relação tóxica e doentia, tudo menos normal. Inicialmente foi muito complicado para Rita, visto que ele tinha estes comportamentos já com a ex-companheira, que é a mãe dos filhos mais velhos dele. O que aconteceu no 1.^a ano de relação, foi uma relação muito massacrada, uma vez que ele deixava a Rita muitas vezes, para ir ter com a ex-companheira, mas até aí nunca tinha havido agressões físicas ou verbais, entretanto quando tiveram a bebé e foram viver juntos começaram as agressões, desde físicas, verbais, psicológicas.

Em relação às alterações na relação com a gravidez e pós-parto, Rita refere que ele alterou e mudou o seu comportamento para agressivo, por várias razões, dizendo que, “um agressor é sempre um agressor é o que eu vejo agora porque na altura eu achava que ele nunca fizesse o mesmo comigo, depois percebi que não era assim e não mudava, mas ao início tinha uma visão diferente das coisas porque, isso nunca tinha me acontecido quando eu fui viver com ele na casa do pai também alcoólico e com episódios também frequentes de violência, foi um todo, ele ser sempre assim e acabou por se revelar quando me juntei com ele, porque eu percebi que quando me juntei com ele, fez comigo tudo que fazia com a ex-companheira...ele é mesmo assim...se você me perguntar o que mudou, eu acho que sinceramente, vendo as coisas hoje eu acho que é ele mesmo, pode tentar fingir ou melhorar, mas a nossa essência vem sempre ao de cima com ou sem filhos ou damos um rumo à nossa vida e metemos um basta e pensar que vou mudar, senão vai ser sempre o mesmo. é mesmo ele que é assim há aqui uma parte que é a parte psicológica que na cabeça dele como são pessoas que não conseguem manter uma relação sozinhos não conseguem respeitar a mulher que têm ao seu lado então acham que a companheira faz exatamente o mesmo vim a saber depois do nascimento da minha filha que houve muitas infidelidades que ele tinha para comigo”. O agressor por lhe ser infiel tinha medo que ela lhe fizesse o mesmo e por isso não suportava ela vestir uma saia, calções, maquilhar, sair com amigos. Ele fez o que fez, devido a não aceitar que lhe possam fazer o mesmo, daí as câmaras, escutas, redes sociais, localizador e telemóvel, “é um agressor e costume dizer que ele é doente, pessoas assim são doentes. Autênticos agressores”.

Sofia antes da 1.^a gravidez, consoante o tipo de relação afetiva com o agressor, esta refere que existia agressões/pressões psicológicas antes da gravidez. Na relação com pai da filha mais nova, antes da gravidez estes tinham uma boa relação em casal, devido ao filho mais novo não viver com eles e corria tudo bem, o problema foi que depois da gravidez o filho mais velho veio morar com eles e tudo piorou, devido a eles também não se conseguirem dar bem.

A relação de Sofia com os agressores antes, durante e depois a gravidez é caracterizada como, havendo na 1.^a gestação agressões/pressões psicológicas antes da gravidez e durante foi o facto de a ter abandonado no fim da gestação, deixando-a sozinha e depois da gravidez terminou a relação deixando de haver contacto mesmo ele tendo voltando passado um ano. Na relação com o pai da filha mais nova, antes da gravidez o Tiago não morava com eles e tudo correu bem, depois da gravidez a relação começou-se a deteriorar devido ao filho mais velho ir viver com eles ou seja, antes e durante a gravidez da Sara ele só vinha passar os fins de semana, depois da gravidez foi mesmo viver e a partir daí tudo piorou, dado que nunca se deram bem. Contudo, depois da queixa de agressão, a relação com o pai da filha mais nova melhorou, devido a terem sido estabelecidos limites e ele ter percebido que ela não ia tolerar esse tipo de comportamentos violentos novamente. No caso do Rui o seu segundo relacionamento piorou e a sua família pressionou-a para o deixar, mas ela deu-lhe uma segunda oportunidade, contudo ele não cumpriu e Sofia terminou com a relação, “quem faz uma vez, volta a fazer e eu dei-lhe outra oportunidade e ele não cumpriu... e eu aí passei-me e tive de sair deste ciclo”.

No que diz respeito à **4.^a dimensão** - consequências da violência doméstica na sua vida:

A Inês considera que a falta de confiança com a violência agravou, falta de iniciativa, a maneira de vestir e evitada sobressair no trabalho: “era muito insegura não tinha gosto por mim. Senti que deixei de existir”. Tudo isto afetou-a muito psicologicamente, mesmo no fim da relação demorou tempo até se conseguir encontrar novamente. Referindo que as agressões psicológicas a marcaram mais e foram piores que as físicas, “Foi tudo mais psicológico nem foi o físico, porque há muitas chapadas que já não me lembro, mas as palavras vou recordar para sempre”. A nível económico, antes e durante a gravidez trabalhavam os dois, eram os dois a sustentar a família e depois da gravidez ele deixou de trabalhar, era só a vítima que trabalhava e sustentava a casa e o agressor, “era como se fosse mais um filho além de ter de sustentar a minha filha”. A nível de habitação foi o facto de depois da separação e durante a gravidez, mudar de casa e de cidade para não estar perto dele. Depois da gravidez, a vítima estava cada vez mais isolada e sem gosto pela casa, “sempre tive casa, mas voltar para ela era cada vez mais difícil”. A nível de emprego afetou pelas questões das marcas no corpo e ter de as esconder e isolar-se dos colegas, “amedrontava-me ir trabalhar assim com as marcas, ter de as esconder, arranjava sempre uma desculpa, isolava-me...estava sempre no meu canto, mas nunca faltei mesmo com tudo o que estava a passar. Refugiava-me e não falava tanto com as pessoas.

Tapava as marcas com maquilhagem e roupa, chegaram-me a perguntar se essas marcas eram de violência doméstica e eu disse que não! Está tudo bem! Era só desculpas que cai, ou bati em algum lado”. Depois da gravidez, mudou de emprego para conseguir um salário melhor, capaz de pagar todas as despesas, uma vez que era a única a sustentar a família. No que concerne, às consequências da violência doméstica na sua relação com familiares e amigos, afastou-se dos amigos deixando de ter contacto com os mesmos e família. Da família só falava com a mãe e era pouco, este afastamento foi uma maneira de proteger a família e amigos e de não verem o sofrimento dela e sentindo muita vergonha, “amigos era para esquecer deixei de ter contacto, familiares também muito, os meus irmãos, avós...tanto para os proteger para não verem que eu sofria para os proteger de me verem assim e também tinha vergonha”. Antes da gravidez, já existia algum afastamento proporcionado subtilmente pelo agressor, durante a gravidez, estava cada vez mais isolada dos outros, depois da gravidez raramente estava com familiares e nunca estava com os amigos, simplesmente essas interações deixaram de existir. As consequências da violência doméstica na sua auto-imagem/auto-estima, foi muita falta de confiança da sua parte, cresceu sempre com pouca, mas depois foi completamente destruída, falta de iniciativa ou de vestir alguma roupa, ou de sobressair no trabalho ou em uma conversa...era muito insegura não tinha gosto por ela, referindo que, “deixei de existir. Deixei de ter gosto por me vestir, perdi a confiança durante a relação e no fim também, era muito insegura”. Antes da Gravidez, tanto se sentia a mulher mais bonita do mundo, como a mais feia, a mais horrorosa, tudo dependia da atenção que o agressor lhe dava e insegurança. Durante a gravidez sentia-se gorda, feia, não amada, insegura e depois da gravidez, a auto-estima não existia, vivendo simplesmente para ser mãe.

Inês mencionou que, antes da gravidez na vida profissional, situação económica e situação habitacional era estável, na relação com familiares e amigos existia algum afastamento proporcionado subtilmente pelo agressor. Todas as pessoas em redor de repente na boca do agressor têm algum defeito. Na auto-estima/auto-imagem tão depressa se sentia a mulher mais bonita do mundo, como a mais feia, a mais horrorosa, tudo dependia da atenção que o agressor lhe dava, sentindo-se insegura. Durante a gravidez, na vida profissional e situação económica era estável, relativamente à situação habitacional mudaram algumas vezes de casa, em busca de um novo recomeço. Na relação com familiares e amigos, estava cada vez mais isolada dos outros. Além de na auto-estima/auto-imagem sentia-se gorda, feia, não amada e insegura. Depois da gravidez, na vida profissional, mudou de emprego para conseguir um salário melhor,

capaz de pagar todas as despesas. Em relação à situação económica era a única a trabalhar nesta altura, sustentava a casa, a filha e o agressor, não sobrando dinheiro algum nem para cortar o cabelo. Na situação habitacional estava cada vez mais isolada e sem gosto pela casa, mas voltar para a mesma era cada vez mais difícil. Na relação com familiares e amigos a vítima raramente estava com os familiares e nunca estava com amigos, simplesmente essas interações deixaram de existir. A sua auto-estima/auto-imagem não existia, vivia simplesmente para ser mãe.

Matilde considera que o que mudou na sua vida, foi o facto de não ter vida própria, só passou a ter vida depois da separação, ela viveu 24 anos da sua vida com uma pessoa que não a conhecia, ele não sabe seus os gostos de música, entre outras coisas e com os filhos igual. Contudo as consequências antes, durante e depois da gravidez, foram sempre iguais, nada mudou. Ela e os filhos não podiam ser eles próprios tinham de ser e ter os mesmos gostos que o agressor, “não podíamos dizer o que gostávamos porque tínhamos de ouvir e gostar do que ele gostava, tínhamos de gostar do mesmo clube, tínhamos de vestir como ele dizia, tínhamos de cortar o cabelo como ele dizia...eu só a partir dos 42 anos é que soube o que era entrar numa loja e comprar uma peça de roupa para mim, ter um emprego...mudou tudo”. As consequências da violência doméstica na sua vida profissional, foi o facto de ele nunca a deixar escolher o trabalho que ela sonhava e ter de estar dependente dele no próprio trabalho. E isolar-se, sendo outra pessoa no trabalho perante os colegas e clientes, pensavam que era antipática, porque nunca podia sorrir para eles uma vez, que o marido controlava tudo e se tivesse alguma desconfiança ou ciúme de alguém era logo agredida, “ele dizia não vais trabalhar para nenhum lado sem ser aqui. Ele era uma pessoa manipuladora e sabia que se calhar...por duas questões era o facto de eu ter outro emprego eu ia ver além daquela bola que vivia ia ter outra perceção da vida e ia ter dinheiro, porque não ia depender economicamente dele e não ia ficar ali pressa e haver o medo de alguém se interessar por mim ou eu me interessar por outra pessoa e deixá-lo”. A nível habitacional foi facto de ter de tido de mudar de casa em consequência da separação causada pela violência doméstica. Económica foi o facto de depender economicamente dele, ele é que controlava o dinheiro, ela nem podia comprar uma peça de roupa. E desde a separação tudo o que havia em comum desde oficina, empresa de carros, eventos, ele deixou-a sem nada. Uma das empresas estava em nome da vítima e do filho e o agressor deixou-os cheios de dividas e nem ajuda na pensão da filha mais nova “tudo o que havia ele deixou-me sem nada...ele tinha uma das empresas em meu nome e do filho e deixou nos cheios de dividas eu tive que tratar da minha insolvência pessoal, o meu filho também vai ter que meter a insolvência com 27 anos

porque o pai deixou-o cheio de dívidas e deixou nos completamente sem nada...tudo o que havia de bens...e fechou as empresas vendeu tudo e estourou o dinheiro todo para eu nunca poder ir buscar nada e ele hoje em dia nem a pensão da minha filha dá porque diz que não tem emprego”. As consequências da violência doméstica na sua relação com familiares e amigos, foi não conseguir ter uma relação nem com amigos nem com família, não tinha amigos. Só depois da separação é que reatou a relação com a sua família (pais e irmãos) até ali tinha-se perdido tudo. Desde a separação que fala com a mãe todos os dias, pois ele não deixava que houvesse ligação, devido a ter medo que a família a virasse contra ele e lhe dessem apoio para ela ter coragem de o deixar. E não podia ter amigos, porque se eram amigos homens eram amantes e se fossem mulheres amigas eram todas umas prostitutas e podiam a desencaminhar, “ele como é um manipulador muito bem-falante e queria passar uma imagem, deu-se ao trabalho de dizer no trabalho que o deixei e estava emigrada...a fazer-se de coitadinho”.

Durante toda a relação ela acabou por se afastar de todas as pessoas não tinha nenhum amigo, “foi como se fizesse um reset” e depois o próprio tempo veio demonstrar que o que ele dizia era mentira. O agressor foi a tribunal sendo condenado, levou pena de cadeia suspensa e aí as pessoas viram quem ele era realmente, outras ficaram perplexas porque nunca imaginaram algo assim, “diziam nós víamos-te de manhã à noite com ele até pensávamos que vocês se davam super bem...por isso é que pensavam que nós andávamos juntos por nos darmos bem...e era o contrário. Para muita gente foi um choque...até recebi mensagens de empregos nossos a dizer que agora percebiam muita coisa...não nas palavras, mas, pelas minhas atitudes e expressão corporal. Quando estava com ele nunca havia um sorriso, sempre de cabeça para baixo, um olhar triste...eu até noto que no meu cartão cidadão que eu tinha na altura até o olhar é diferente de o de hoje em dia, as pessoas dizem que nem pareço a mesma pessoa...e assim é que as pessoas perceberam o porquê de eu ser sempre triste e ter aquele olhar...pensavam que eu era antipática eu até me considerava um bicho do mato...clientes homens que apareciam na loja eu não podia conversar nem que fosse coisas banais só podia tratar do que eles vinham buscar não podia mais nada, não havia um sorriso, não havia uma brincadeira, não havia um trato normal como hoje em dia eu tenho...naquela altura não...era um bicho do mato que nunca sorria, antipática, sem sentido de humor”.

As consequências da violência doméstica na sua auto-imagem/auto-estima, foi o facto de não se achar bonita, “em 24 anos contam-se pelas duas mãos o número de fotos que eu tenho. Tirei mais fotos desde a separação, também pela opinião da minha filha, do que em 24 anos”.

Não se conseguia olhar ao espelho, “porque é assim, isto é verídico e há pessoas que não entendem, mas só quem passa é que entende...e desculpe a expressão, mas se todos os dias você for tratada como se fosse uma m****, chega a uma certa altura que que você interioriza aquilo e você sente-se mesmo uma m****”. Matilde não tinha autoestima nenhuma, sentia-se feia, horrível, detestável, sentia-se um lixo. Tinha medo que algum homem se aproximasse. E mesmo depois da separação tem sido um processo muito complicado e demoroso, “os anos ajudam, mas há marcas que ficam em relação à autoestima e eu digo que ainda há marcas que ficaram e que me interfere com o meu dia a dia. Por exemplo nos primeiros dois anos eu tinha medo de alguém que fosse do género masculino, eu logo a seguir vou fazer uma formação de inglês e entretanto eram todas mulheres e tinham um jovem com uns 22 anos e outro com 42 anos e esse eu conhecia, porque era pai de um menino que andou com a minha filha na pré e eu durante 6 meses de formação só no último mês é que conseguia falar para eles da formação e dos trabalhos de resto foi muito difícil eu começar a falar para alguém do género masculino, foi o começo de deixar de ter medo de falar para homens, mas ainda hoje isso me interfere imenso, eu mesmo depois de separada não me deixo conhecer a pessoas que me querem conhecer. Só a pessoas que são amigas do meu filho ou conhecidas daquela altura que estava com ele”. Matilde não deixa que os homens se aproximem dela e não consegue ter outra relação presentemente, mesmo passados aproximadamente 5 anos de separação. E hoje em dia, em relação aos amigos, Matilde refere que, “escolho-os por dedo e tenho os que ficaram só deixo que fique na minha vida alguém que me acrescente alguma coisa, porque eu só quero paz e sossego”.

Para a Rita as consequências da violência doméstica na sua vida profissional foram muitas, visto que não conseguia manter nenhum emprego, cada vez que iniciava um trabalho novo ele ia ao local para ver quem eram os homens com quem ela trabalhava, “fazia-me imensas perguntas se eles eram solteiros, se tinham filhos ou não, porque é que eu tinha adicionado aquele colega no Facebook”. Rita já não era produtiva no seu desempenho profissional, nem se sentia bem lá, “eu cheguei a pontos que não conseguia ter cabeça para estar no trabalho era impossível. Aquilo era já automático eu sabia que ia para o trabalho e não me sentia bem...era impossível”. Ela tinha de trabalhar sozinha, nem com mulheres podia trabalhar, “ele também dizia que as mulheres me influenciavam e também não podia ter amigas, porque ao ter amigas elas iam-me influenciar a estar com outros homens”. A nível financeiro, Rita refere que “sempre fui uma pessoa que me agarrei a tudo então, eu saía de um trabalho e metia-me noutra, mas eu tinha de me sujeitar a tudo por ele e chegava a casa e era sempre espetáculos por tudo aquilo

que possa imaginar, ou era os colegas ou era os patrões, ou chefes, ou clientes, até pelas pessoas da rua...era sempre uma coisa nova”.

No que concerne, ao nível habitacional, teve de mudar de casa por ela pelas filhas, “vivia em um T0 em Sintra e a casa não tinha condições chovia lá dentro, a luz vinha da minha vizinha, o computador não aguentava com as duas casas” e Rita sabia que tinha de mudar de vida e ser mais inteligente que ele e fazer tudo com muita calma, dado que se ela lhe dissesse que já não queria estar com ele iria ser um inferno. Em fevereiro, ela acabou a relação, mas ele nunca aceitou em sair de casa e não aceitou a separação, “tratava-me como se fosse a mulher dele”.

Quando Rita foi trabalhar para os bombeiros, descobriu em maio as escutas e o agressor saiu de casa, “ele ainda teve umas semanas a trabalhar, mas depois despediu-se, também tinha lá inimigos e consegui mudar de casa tudo pelas minhas filhas e por mim, sentia que tinha de mudar que aquilo não era vida nem ambiente para as minhas filhas”.

As consequências da violência doméstica na sua relação com familiares e amigos, foi o facto de a privar de estar com os meus amigos, “isolei-me deixei de ser quem era, aliás, eu até digo hoje que ganhei amigos para a vida e do melhor que há. Eles dizem-me tu mudaste muito eras uma mulher triste, olhávamos para ti e via-se que eras triste e eu própria sentia que não podia sorrir não tinha vontade de sorrir não tinha vontade de nada porque eu sabia que ao sorrir para algum homem mesmo inocentemente e se fosse para alguém que ele não gostasse quando chegasse a casa era uma guerra. Estava numa situação complicada e não me sentia feliz. Eles dizem que sentem uma mudança muito grande porque eu sorrio eu brinco e era coisa que na altura não conseguia fazer”. Com a família houve uma grande mudança, dado que, nunca perceberam o porquê de ela não conseguir sair da relação, havendo um grande afastamento. Assim sendo, para salvaguardar a sua filha mais velha eles ficaram com ela, “eles disseram a partir de hoje a menina fica connosco e eu nunca fiquei triste ou chateada com eles muito pelo contrário a minha filha mais velha é muito bem tratada com eles. Os meus pais dão-lhe tudo e simplesmente fizeram isso para a salvaguardarem e protegerem-na dos maus tratos e foi também, por isso, uma das verdadeiras razões que eu consegui dar o salto porque eu queria a minha filha ao pé de mim. E afastei-me em parte dos meus pais e da minha filha mais velha e os meus pais ficaram magoados e nunca perceberam o facto de eu na altura não conseguir sair da situação mas eu falava com a minha filha todos os dias, eles diziam podes estar sempre com ele e vires visita-la, mas sem ele ao lado e isto andava a matar-me por dentro magoava-me

andava doente...é minha filha...”. Em suma, ele proibiu-a de estar com os seus amigos e teve de se afastar das pessoas que mais gostava, dado que ele não admitia nem tolerava nada de aproximações a outros, maltratava-a e ela inocentemente afastava-se, dado que sabia que ao se aproximar de alguém iria comparar mais uma guerra, ele privou-a de tudo, desde amigos, família, colegas, a própria forma de vestir, maquilhar, o telemóvel, instalação de câmaras em casa, câmaras na garagem, escutas e perseguia-a através da localização do telemóvel.

As consequências da violência doméstica na sua auto-imagem/auto-estima, foi o facto de se ela vestisse uma saia, uns cações, um vestido e ele ofendia a sua integridade, dizendo que, “eu era uma p****, que me vestia assim para os outros, ou seja acabava psicologicamente por me afetar muito porque eu deixei de ser eu deixava de poder me maquilhar, arranjar, vestir um decote...começou pelo vestir, maquilhagem...”, Rita não era uma mulher valorizada, não era uma mulher feliz, “eu durante muito tempo na minha vida sentia-me uma porcaria e hoje valorizo me sei aquilo que sou e tenho muito orgulho em mim”. Ela não podia vestir o que queria, sempre foi uma pessoa que gostava de se arranjar, ir sempre ao cabeleireiro todos os meses, sempre que podia comprava uma peça de roupa, sapatos, além de se maquilhar, usar anéis, pulseiras, colares, tinha orgulho nela própria, gostava do que via ao espelho, “olhava-me ao espelho e dizia eu amo como eu sou, eu tinha gosto naquilo que eu era e ele tirou me isso, porque ele não suportava que eu me arranjasse, vestisse uma saia, uns cações, um vestido, para ele tinha de estar completamente tapada sem me arranjar, ir ao cabeleireiro, sem nada basicamente, ele devia era de querer que eu andasse com aqueles fatos térmicos tapada da cabeça aos pés e andar assim na rua para ele assim era ótimo”. Além disso, nos empregos nas pausas e horas de almoço ela tinha de falar com ele não podia estar sozinha na sua hora de almoço tinha de estar ou com ele ou ligar-lhe, visto que na cabeça dele já o estava a trair com outros. “A nível da autoestima veio tudo para baixo deixei de me valorizar”.

Para a Sofia as consequências da violência doméstica na sua vida foram muito marcantes na 2.^a relação, deixando várias marcas a nível psicológico e emocional, “com o Rui foi muito mau...cheguei ao fim de 4 anos de relação a pensar que não valia nada e que nunca ia fazer nada da minha vida de tanto ouvir ou acreditar mesmo naquilo e quando terminei a relação pensei melhor e fui tirar o meu curso de eletricidade, porque toda a minha vida tive empregos miseráveis ganhava o ordenado mínimo ou menos, cheguei a ter dois empregos para sustentar a casa, com o Tiago pequenino, mas essa relação fez-me muita moça psicológica e emocional”.

As consequências da violência doméstica na sua vida profissional, foi o facto de uma vez que, com os problemas que o filho mais velho ficou devido a ter tido um pai ausente, as situações de violência que sofreu e vivenciou, Sofia tinha de se ausentar muitas vezes do trabalho para ir à escola do filho, devido ao seu mau comportamento, “ele tinha uma revolta dentro dele da falta de ter um pai” e afetou-a no emprego, chegou a perder um emprego por causa disso, “ele com a revolta foi um escalar de mau comportamento, até o meter na casa de acolhimento, no entanto, ficar sem o emprego fez com que começasse a trabalhar por conta própria como electricista”.

A nível económico, foi complicado devido a ter de suportar todas as despesas sozinha, “uma coisa é dividir despesas outra é suporta-las sozinha não foi fácil”.

Habitacional, não tem sido nada fácil e a resposta a isso está no facto de ela ainda estar a residir com o pai da Sara, “temporário ou não é a solução que há”. Entretanto o Nuno foi crescendo também durante a relação, o facto de Sofia ter saído de casa ajudou, dado que ele teve de cuidar da Sara sozinho, nas semanas dele e ela foi morar para a Azambuja. Fez 15 mudanças no último ano e meio ou melhor desde janeiro do ano passado, “15 mudanças...as coisas não correram bem, tava na azambuja, fazia 150km por dia o carro tava a gastar quase 20 litros de combustível aos 100km...tive que voltar para Lisboa e pronto neste momento estou a morar com ele, agora em princípio mais uns 4 meses, mas a ideia é sair...quero ter o meu espaço”. Do outro companheiro, vivia com ele numa casa ao lado da sua mãe, entretanto aconteceu a segunda agressão e mudou-se para casa mãe, mas partilhavam o quintal, “depois meti uma cerca para separar os quintais, mas tava ali ao lado...foi uma coisa sem jeito que fiz. Enfim”.

As consequências da violência doméstica na relação com familiares e amigos, foi o facto de existir um grande afastamento, devido a todas estas situações de violência e ela ter voltado para além que a agrediu, “passei por tonta, porque voltei para um tipo que me tinha batido é um rotulo que custa a sair, houve um afastamento devido a tudo isto”. E com os amigos o facto de existir muitos ciúmes pela parte de um dos ex-companheiros.

As consequências da violência doméstica na sua auto-imagem/auto-estima, foram ter de ouvir durante 4 anos que não valia nada. A autoestima foi destruída, “toda para baixo...bati no fundo mesmo”. hoje em dia já se sente mais confiante e com uma autoestima mais elevada, “sustento-me passei do ordenado mínimo para 25 euros à hora, num dia de trabalho ganho 230 euros. Nunca liguei muito à moda e antes nada mesmo, agora até já compro uns vestidos”.

Na **5.ª dimensão** - Consequências na criança:

Inês considera que existem consequências quando uma criança assiste à violência doméstica, já que a presença masculina passa a perturbar a criança, ficando agitada e até chorar. A sua filha não queria ter contacto com nenhum homem. Não existiu consequências da violência doméstica na relação que a vítima estabelece com a criança, uma vez que esta refere que, “a nossa relação sempre foi perfeita e tenho muito orgulho nas minhas filhas e elas em mim”. A nível das consequências da violência doméstica no comportamento da criança, esta refere que a filha mais velha mudou o comportamento com os homens, tinha medo dos homens e não os deixava aproximar, além de não confiar nas pessoas, mas mais nos homens. Tinha medo que algum homem se aproximasse de dela, da mãe e da irmã. As consequências que a violência doméstica teve a relação da criança com os seus familiares, foi o facto de se tentar afastar dos homens da família, mesmo com o avô e o tio que a trataram-na sempre bem. Na relação com outras crianças não afetou, nunca arranjam problemas, contudo só queria brincar com as meninas e não com os meninos. As consequências da violência doméstica ao nível do desenvolvimento do seu filho/filha, foi o facto de pensar que a afetou psicologicamente, tanto que ela cresceu muito rápido, era muito madura para a idade e muito recatada, até na escola sempre foi a menos criança, “sempre gostou de ajudar as professoras, ficava na sala, parecia que tinha uma responsabilidade. Eu acho que na altura que nós ficamos ali sozinhas ela sentiu que tinha a responsabilidade apesar de ser muito pequenina tinha a responsabilidade de cuidar de mim e da irmã como eu tinha de cuidar dela e ela levou isso a sério sempre foi uma criança diferente das outras nesse aspeto muito madura para a idade. Mas sempre muito recatada, mas gostava de cuidar dos outros e ajudar”. Contudo, as consequências que a violência doméstica teve na relação entre pai e filho/a, foi o facto de não existir relação e ligação. O pai não as procura e elas também não o querem procurar. Sendo a relação deles, inexistente.

Matilde considera algumas consequências nas crianças ao assistirem à violência doméstica, ela e a filha estavam em desespero e não aguentavam mais aquela vida. A filha mais nova quando ouvia o pai a chegar começava a doer-lhe a barriga e com vómitos. Quando chegava de tarde casa queria comer à pressa antes de o pai chegar e fechar-se no quarto com a mãe para ver se ele não brigava com elas. Por vezes, não comia nada e tentava vomitar e tinha muitas dores de barriga ela vivia apavorada e isto tudo piorou com a saída de casa do irmão mais velho. Este revolveu sair de casa aos 20 anos, porque também não aguentava mais aquele ambiente, ele referia estava farto de ser maltratado, farto de tudo e preferiu ir viver com a

namorada. Matilde refere que “eles ficaram marcados nessa altura e hoje em dia...eu costumo dizer que nem sei como é que eles são tao educados, humildes...devido a terem presenciado um pai que nunca teve respeito por ninguém, até os empregados, respondia...ele era do piorio ...insultava os empregados. E eles nesse aspeto são assim. Mas em contrário disso eles têm muitas marcas...” Matilde refere que o seu filho mais velho tem muita revolta, por tudo o que aconteceu e um dia o pai ameaçou-o dizendo: “ou convences a tua mãe a voltar para mim ou desgraço-te a vida toda e deixo-te na m*****”. E como não voltou para o agressor ele cumpriu com o que disse, “desgraçou-lhe a vida com 27 anos...o meu filho hoje em dia, quer comprar uma casa não pode porque o ordenado da namorada não é suficiente, o carro tem de que estar em nome da namorada, ele não consegue nada por causa do pai, que é o que eu digo...pai que é pai não faz aquilo...para mim ele foi só um progenitor”. Matilde menciona que o filho é muito revoltado e enervasse com muita facilidade e já chegou a ter comportamentos e modos parecendo o próprio pai. A mãe tem medo que seja violento com a namorada como o pai foi para ela, “por exemplo estar a falar com a namorada de coisas banais e ele enervar-se assim do nada, não que a insulte até que já perguntei à namorada e ela diz me que ele nunca a insultou nem nunca lhe bateu, mas ele enervasse com muita facilidade e às vezes faz-me lembrar o pai e tenho medo que ele seja violento com a namorada como o pai era para mim...mas eu já o avisei muitas vezes para nunca lhe fazer mal e já disse à namorada se ele lhe fizer alguma coisa vir logo falar comigo para termos todos uma conversa e resolvermos tudo”. O pai não o deixava trabalhar e ele trabalhava também na oficina e nem lhe dava ordenado, ele com 18 anos queria sair à noite com os amigos ou colegas para ir beber café e tinha de ir pedir 5 euros ao pai que ele não lhe dava dinheiro. Além de ele na escola ir sempre triste e as notas não eram as melhores, uma vez que o ambiente em casa também não era o melhor para ter cabeça para os estudos e a irmã igual.

Em relação à filha mais nova esta tem 16 anos é a única menina na turma que ainda não deu um beijinho a um rapaz e nunca teve um namorado ou algum rapaz que gostasse, porque está muito marcada negativamente com o género oposto “até já lhe perguntei se ela gosta de meninas...é que ela ainda não viveu nada disso...ela disse não mãe não gosto de meninas, mas se gostasse para mim era tranquilo...ela disse não gosto de meninas, mas não quero nada com rapazes. E as amigas até gozam, mas ela ficou tão marcada em relação ao género oposto, que sempre andou na psicóloga. A psicóloga disse que é com o tempo...deixe andar, não massacre, relativize e pode ser que um dia apareça algum rapaz que lhe faça despertar ou lhe tirar este

medo e bloqueio que tem com o género masculino. Ela hoje em dia se vê alguma coisa...ou alguma opinião menos assertiva de alguém do género masculino ou alguma atitude ela diz oh mãe é homem...e pronto..., mas também me dizem que nem todos os homens são iguais, mas que as marcas cá estão, estão!”. A filha mais nova sempre foi acompanhada por uma psicóloga na escola até ao ano passado, porque agora mudou de escola para a secundária, houve uma fase que teve piores nas notas, mas hoje em dia já tem melhores notas. A filha mais nova desde pequena que tem uma personalidade forte, “ela é de percentil baixo, nasceu com o percentil baixo, é uma miúda que não gosta de comer, mas sempre foi assim, mas é saudável mesmo muito magrinha. Ela tem uma personalidade tao forte, que eu dizia filha vamos à loja da Toys R Us, dou-te o que tu quiseres, mas tens de comer e ela nem assim. A palavra dela é o que conta é o que conta é o que vale...ela é muito assertiva”.

A vitima refere que nestes anos mesmo pós separação, aprendeu muito com a filha e a filha é que a ajudava em tudo, “eu já na altura que me separei tomava antidepressivos, ansiolíticos e mesmo soníferos para dormir que o meu cérebro não conseguia apagar, não dormia e nesta fase mais complicada de eu ter medo de tudo, passar a vida a chorar de andar com os processos nos tribunais, foi um julgamento longo, todas as semanas tínhamos de ir a tribunal e isso psicologicamente deixava-me de rastos e houve alturas que a minha filha é que parecia a mãe e eu a filha. ela sempre se desenrascou e ajudou.me em tudo, cresceu muito depressa e ficou com muitos traumas, por um lado esses traumas fizeram ela crescer”. Os professores dela diziam que ela era mais desenvolvida que as colegas de turma, muito coerente nas coisas, parecendo ter mais idade do que aquela que ela realmente tinha, “estas situações fizeram com que ela por exemplo, tivesse atitudes com um rapaz que passou ao pé dela na escola e deu-lhe uma sapatada no rabo e ela bateu-lhe logo, deixou o rapaz a chorar e chamaram-me à escola e tudo e fui chamada à escola porque pensávamos que ia ser uma miúda agressiva e violenta com as outras pessoas, mas não, foi um meio de defesa, do género não me toques que o corpo é meu e eu é que mando nele e que não tens de me tocar...e por ser do género masculino porque se fosse uma rapariga a fazer-lhe isso, ela ia reagir de maneira diferente. São os gatilhos que vêm detrás da violência doméstica. Por exemplo há uma injustiça na turma ela é que dá a cara, vai falar coma as professoras vai tratar de tudo e tentar resolver é assim que ela é! Não suporta injustiças. Por exemplo uma opinião de homofobia que já surgiu na turma ela controla a turma toda e não se cala, defende, defende, defende a ideia dela até ao fim”. Com os filhos não houve consequências na relação entre mãe/filhos, pelo contrário aproximaram-se mais e a

Matilde aprendeu muito com eles em especial com a filha mais nova. Uma vez que, mesmo no meio daquele turbilhão que foi a sua vida sempre tiveram uma boa relação, “eram a única coisa boa que eu tinha no meio daquela turbulência toda, daquelas coisas más eles eram a única coisa boa. Desde pequenos que sempre falamos abertamente sobre tudo até sobre género, conselhos, tudo...falamos de tudo”. Matilde e sua filha mais nova cresceram muito uma com a outra e apoiavam-se mutuamente. Um crescimento enquanto pessoas, amigas, mãe e filha, tudo, “foi um crescimento, eu aprendi muito com ela e ela comigo. Apoiamo-nos uma na outra”. A única coisa que foi uma consequência, foi o facto de a Matilde querer abortar da menina em consequência da violência doméstica, “mas ela sabe de tudo e compreendeu as minhas atitudes e nunca me julgou”.

As consequências que a violência doméstica teve no comportamento das crianças, foi o facto de ambos terem uma grande revolta interior e o filho mais velho ter ficado com a impulsividade do pai, “por exemplo, eles tinham aquelas contas de meter o dinheiro que davam nos anos, no natal, dos padrinhos e até isso o meu ex levou...roubou os filhos com a ideia de me deixar sem dinheiro nenhum para começar a vida nova e para voltar para ele...eles não perdoam...ele deu uma coleção de barbies à minha filha e tínhamos uma autocaravana as coisas coisinhas dela que ela gostava e DVDs e a coleção das bonecas da barbie e da Disney, ele levou tudo, deixou a menina sem nada para se vingar. nem teve consideração e mesmo passados os anos a miúda ainda falava nisso, não é que aos 15 anos ou 14 anos quisesse brincar com as bonecas, mas tinha valor sentimental e a atitude do próprio pai que a marcou. O meu filho nesse aspeto é mais mole, mas a minha filha dificilmente com a personalidade que ela tem o vai perdoar...vai ser muito difícil. Por exemplo eu ainda ando de aparelho, ele tem pulseira eletrónica que para o caso de ele se aproximar de mim, agora já é raro apitar porque eu trabalho longe da zona onde ele mora, mas naquela fase da separação quando o aparelho apitava e eu ficava logo em pânico e a tremer, ela dizia logo mãe não fiques assim, não tenhas medo, se ele aparecer e chegou a aparecer ela enfrentava-o de olhos nos olhos sem medo nenhum, enquanto eu baixava a cabeça e tava ali só a tremer...nesse aspeto ela tem muita mais força que eu e eu aprendi muito com ela”.

As consequências que a violência doméstica teve na relação das crianças com os outros, foi o facto de existir muita desconfiança e ela em especial está sempre de pé atrás com os homens e não confiar neles e também são muito impulsivos com os outros, “o meu filho mais velho, não gosta de enfrentar as pessoas que eram amigas ou conhecidos do pai. E há

peessoas que lhe perguntam coisas sobre o que aconteceu e ele é muito envergonhado e tímido e não gosta de falar sobre isso então cria um afastamento com os outros”. As consequências que a violência doméstica teve a relação das crianças com os seus familiares, foi existir um grande afastamento eles não conheciam a família praticamente, não podiam ter vivências juntos, depois da separação consegui haver a união que sempre faltou, “a minha filha nem podia ir ter com a minha irmã e ela mora a uns 3/ 4 quilómetros da nós”.

Em relação às consequências que a violência doméstica teve na relação das crianças com outras crianças, foi existir algum afastamento de amizades, “por exemplo a minha filha não queria brincar com rapazes e o meu filho com tudo o que aconteceu aqui na terra não gosta de cá vir porque lhe trás más recordações, más energias, então também perdeu os seus amigos daqui”.

Ao nível do desenvolvimento dos seus filhos, eles tiveram de crescer muito rápido e com muitos traumas psicológicos.

A relação entre o pai e os filhos, ficou muito má, além de eles não esquecerem nem o perdorem. Ele está proibido pelo tribunal de se aproximar da filha mais nova, uma vez que ela ainda é menor, “está lá uma cláusula no tribunal que diz: só pode haver algum contacto com ele se partir da vontade dela. Ele está proibido até aos 18 anos de se aproximar dela, pelo tribunal de menores. Há um ano atrás ligou-me por vídeo chamada através do pai de uma colega de turma e falou para ela e a advogada soube e foi a tribunal porque está mesmo proibido”. Além de, o pai lhe bater muito, em especial ao filho mais velho e ameaça-lo de morte, “atirou-me chaves, ferramentas...ele tinha uns 12 ou 13 anos e viu o pai a bater-me e foi tentar me proteger e tentar nos separar e eles dá-me um empurrão contra a parede e disse-me sai daqui! Se me tocas mato-te! E o miúdo sofreu muito e percebo um bocado a impulsividade dele, mas, também não sei como se controla tanto com tao mau exemplos do pai e ao que passou. Acho que se controla mais por causa do meu lado e ver tudo o que passei e sofri. Porque no meio de tudo até são equilibrados e bem-educados”. A relação deles é má, com a filha mais nova é inexistente é uma relação de revolta. É só conversas de conveniência, visto que a relação entre pai e filhos não há é inexistente, “com o meu filho ele tenta falar com ele, há algumas conversas até sobre a insolvência e ele diz já que me estragaste a minha vida agora tens de me pagar um advogado”.

Rita, considera algumas consequências na criança ao assistir à violência doméstica, dado que, a sua filha mais velha sofreu muito com isso a mais nova não, devido a ser muito pequena e não ter a perceção das situações, “e ela antes perguntava pelo pai quando ia comigo

ao quartel ele estava lá porque trabalhava lá, mas agora já nem isso faz, não pergunta por ele”. A mais velha sim ficou traumatizada com várias situações que assistiu e vivenciou, ficando uma criança sem alegria, carente e que se isolava muito. As consequências da violência doméstica na relação que Rita estabeleceu com ela, foi o facto de se terem afastado quando ela foi viver para casa dos avós, mas agora a ligação já está novamente bem.

No comportamento da criança, verificou-se, que se tornou uma criança triste e com grande necessidade de afeto, muito carente, “uma menina mais triste e sente muito a necessidade de afeto, porque o pai biológico dela nunca foi presente e ela... como eu tive 4 anos com ele era ele que estava na nossa vida todo o afeto que ela necessitava paternal ela não sentia isso, sentia-se de parte ela sentia que ele só gostava da irmã, porque ele fazia questão de lhe dizer e frisar isso”.

Com outras pessoas, ela tem uma boa relação, sendo dada e simpática, muito doce dá-se com todas as pessoas, contudo afetou a muito o seio familiar. “Eu tive uma reunião com a professora dela e a professora diz que a filha salienta certos episódios do que viu em casa, ou seja, a nível de escola afeta a aprendizagem porque está ferida e quando há um desenho familiar ou uma pergunta familiar mexe com ela”. Na escola afetou a sua aprendizagem. Com a família, houve um afastamento, mas depois conseguiu uma grande união em especial com os avós por ter estado a viver com eles. Com o ex-companheiro é que a ligação foi completamente quebrada. Com as outras crianças relaciona-se bem, contudo, mostra mais medos e receios em fazer certas brincadeiras, sendo muito carente. Ela tem um grande suporte dos avós e tios e ajudaram-na muito, mas é uma situação que ainda não está sarada na cabeça dela, só com o tempo ainda é tudo muito recente, tudo que ela vivenciou, viu e fez, afetou-a muito psicologicamente. As consequências que a violência doméstica teve na relação entre pai e filhas, foi que na mais velha que era a sua enteada, ficou uma má relação entre os dois, não se falam, nem o pode ver, tem medo dele e a mais nova perguntava por ele, mas como deixou de o ver já nem pergunta pelo pai e ele desligou-se por completo da filha não querendo saber dela e ela também não tem necessidade dele. Rita caracteriza a relação deles como má, inexistente e revoltante.

Para Sofia as consequências na criança ao assistir à violência doméstica, pode-se reter que, o filho mais velho de Sofia assistiu à violência física e psicológica por parte do pai e do Rui e além de assistir sofreu de violência pelos dois também, mais psicológica e emocional, afetando-o muito psicologicamente. Sofia refere que devia ter protegido mais o filho, devido a saber que ele também era vítima e continuava com os agressores. No caso do Rui da segunda

relação, Sofia diz que ele é assim violento, pelo facto de o pai dele estar sempre a valorizar o primo e a deita-lo a abaixo e sempre achou que conseguia dar volta a isso, mas não conseguiu. E o Tiago não percebia como é que a mãe estava com uma pessoa que lhe tinha batido e que o tratava mal, dizendo que o devia de ter protegido mais. No caso do pai da Sara, foi semelhante, mas a diferença é que tinha a bebé e estava numa posição difícil, devido a ter o Tiago o mais crescido e a Sara não podendo escolher entre um e outro, “tinha de tentar aguantar o barco, eu era acusada tanto pelo Tiago como pelo Nuno de estar sempre do lado do outro, ou seja aquilo também acabou por ser muito complicado para mim e desgastante por estar sempre a apagar fogos, ver quando um é que tinha razão, quando outro tinha razão e tentar gerir, mas o Tiago sentiu-se posto de parte em segundo plano e isso foi falha minha, mas estava entre a espada e a parede”. Tiago também foi prejudicado no seu rendimento escolar e vida pessoal. Em relação às consequências da violência doméstica na relação que Sofia estabelece com o filho foi a questão de haver um afastamento e alguma revolta por parte do filho devido à mãe se manter com os agressores e não o proteger tanto a ele.

As consequências que a violência doméstica teve no comportamento da criança, foi o facto de o comportamento dele piorar muito, deixando de ir às aulas e fugia da escola sem autorização, ter comportamentos impróprios, como fumar e beber, sendo menor. Este foi colocado em uma casa de acolhimento, “com o meu filho mais velho tive que o meter em uma casa de acolhimento, porque começou a beber, fumar, não ia às aulas, estava a ver a coisa muitíssimo malparada e antes que fugisse ao meu controle pedi ajuda à CPCJ e lá está ele...está ótimo, conseguiu salvar o ano em dois meses, com boas notas, foi por mérito, não foi porque, aí coitadinho está institucionalizado, vamos lá passa-lo...não...teve realmente boas notas, nos testes e passou e está feliz”. Tiago era uma criança agressiva com os adultos, não sabia distinguir a linha que separava os adultos das crianças e dos adolescentes, “hoje em dia já tem mais tino graças também ao trabalho da casa”. Com a família tudo continuou igual. Com outras crianças ele tem mais ligação com os rapazes que com as raparigas e em mais novo era muito agressivo para os colegas estava sempre envolvido em brigas e mau comportamento. No desenvolvimento o Tiago acabou por chumbar dois anos em consequência disso. “ele é inteligente, mas isto prejudicou-o”.

As consequências que a violência doméstica teve na relação entre pai e filho é inexistente com o pai biológico a ligação foi quebrada a partir do momento que ele abandonou Sofia na gravidez. Além disso o Tiago perdeu todo o respeito pelo Rui e pelo Nuno é uma

relação de conveniência, “o Rui faz voluntariado no banco alimentar e nós fazemos as campanhas no armazém e cumprimentamo-nos e o Tiago cumprimenta-o cordialmente e com o Nuno igual sem grandes conversas tudo uma relação de conveniência e com educação”. Da Sara não houve consequências na relação devido a ser muito pequena e o pai acompanhar o seu crescimento. Sofia caracteriza a relação deles como de conveniência e sofrível, “quer dizer é mais sofrível que cordial”. Contudo, o problema é que o Nuno não quer o enteado a viver lá em casa. E com o pai biológico e o Rui a relação é inexistente.

CAPÍTULO 6. DISCUSSÃO

Consoante as dimensões, cos resultados obtidos no presente estudo verifica-se, que as vítimas de violência doméstica têm idades compreendidas entre os 35 e os 48 anos de idade atualmente, sendo que no ciclo da violência as vítimas tinham idades compreendidas entre os 19 e os 42 anos de Idade. Constatando-se no presente estudo que as vítimas de violência doméstica são essencialmente mulheres jovens e em idade reprodutiva. Estes dados estão de acordo com os estudos de Cruz e Santos Filho (2021, p:168), averiguando-se que o perfil da maior parte das mulheres vítimas têm uma faixa etária jovem, dos 18 aos 40 anos e em idade reprodutiva. Verifica-se que este fenómeno vai estando presente ao longo dos anos, uma vez que anteriormente Labronici et al. (2010) analisou o mesmo, em que no seu estudo a idade das mulheres vítimas de violência doméstica variou entre os 18 e 88 anos, sendo que a grande parte das vítimas estavam na faixa etária dos 19 aos 49 anos de idade. Também, Acosta et al. (2013), averiguou que a maioria das mulheres estavam na faixa etária entre os 20 e os 39 anos de idade. Assim sendo, o autor compreende que as mulheres ao serem jovens e estarem em idade reprodutiva são mais propícias a existência de violência doméstica por parte dos companheiros. Na investigação de (Moreira, 2017; Robbins et al., 2015; Laanpere et al., 2012), também se constatou que a violência durante a gravidez, sendo a violência psicológica e física as mais comuns, têm mais possibilidade de acontecer em mulheres mais jovens, quando comparadas a mulheres que nunca sofreram de qualquer violência.

Posto isto, constatou-se que três das mulheres vítimas atualmente já não estão com o parceiro/agressor, contudo uma delas viveu 24 anos no relacionamento abusivo e as outras duas 4 e 5 anos. Os motivos de estas três mulheres estarem esses anos com os agressores foi o facto

de não terem forças nem estabilidade para conseguirem sair da relação tóxica, as ameaças por parte dos companheiros, o facto de quererem proteger os filhos por serem muito pequenos, não serem bem recebidas de novo pelos familiares, terem vergonha de voltar novamente para a casa dos pais, contudo mesmo que fossem para casa dos familiares os agressores faziam pressão a voltarem para eles. Sentiam muita insegurança e falta de autoestima e eram completamente dependentes dos agressores a diversos níveis como emocional e económico, tendo a esperança que eles iam mudar o seu comportamento agressivo, não conseguindo sair daquela relação abusiva. Apenas uma das vítimas ainda reside com o agressor por conveniência e motivos financeiros, dado que como é o pai da filha mais nova ao viverem juntos têm mais facilidade na questão dos horários escolares de maneira a ser mais fácil de conciliarem com os empregos, estando na relação há 5 anos.

Pode-se constatar, que quando uma mulher é exposta a uma situação de violência por parte do seu companheiro esta sente-se insegura, com fraca autoestima, perde o seu próprio valor e vive com um sentimento de incompetência, como defende Martins, et al., (2021, p:109) o que faz com que estas mulheres tenham mais dificuldade para sair destas relações violentas e evitem os maus tratos, tendo também dificuldade em denunciarem ou falarem com outras pessoas sobre o que lhes está a acontecer, piorando assim os seus sintomas depressivos, existindo sentimento de culpa pelas agressões vividas (Petersen, et al., 2019). Também no estudo de Pires e Simões, (2019, p:19) e Santos, et al., (2020, p: 288-291) verificam, que grande parte das vítimas tentou sair da relação abusiva, contudo as razões mencionadas para não deixarem a relação com violência, foram a dependência emocional, económica, a habitação, devido a não terem sítio para irem e por causa dos seus filhos. Nos estudos mencionados, também se verifica que as mulheres por não serem independentes a nível financeiro, sentem-se inseguras para acabarem com o relacionamento e mantêm-se nele por pensarem que são incapazes de ser autónomas economicamente e conseguirem o seu próprio sustento, o que se agrava como é o caso do presente estudo, em que quando existem filhos dependentes, estas têm medo que falte o essencial para a sobrevivência das crianças.

Santos, et al., (2020, p: 288-291), defendem que há diversas causas que fazem com que as mulheres vítimas de violência doméstica não saiam da relação, como o amor, o medo e a esperança do agressor mudar. Assim sendo, o medo é considerado um dos fatores que mais dificulta os términos das relações abusivas, dado que a maioria das mulheres vivem sendo ameaçadas diariamente e por isso têm medo das consequências depois de terminarem as

relações. Além disso, outro fator de as mulheres se manterem na relação abusiva é a esperança de que o agressor mude, sendo este um ciclo que confunde as vítimas, dado que há as agressões e as crises de ciúmes, depois passam pelo arrependimento e pedido de desculpas e promessas de que não vai voltar a acontecer a violência e aí as mulheres ficam iludidas com a tal promessa de mudança, constatando-se que no presente estudo existem vítimas que tinham esperança que o agressor mudasse e outras que já sabiam que ele nunca ia mudar e era tudo um ciclo vicioso. O apoio familiar é crucial para que as vítimas ganhem coragem para acabarem com a relação abusiva, contudo quando não há esse apoio, em vez de ser um lugar de segurança, torna-se o contrário, ou seja um fator de risco, onde poderá existir julgamentos irrefletidos, convertendo-se em um impedimento, fazendo com que as vítimas decidam permanecer na relação abusiva, como foi o caso de algumas das vítimas em estudo. Assim sendo, cada mulher tem as suas razões para continuar nesse tipo de relacionamento abusivo, mesmo que não queira lá estar e sofrendo por não ter descoberto a forma certa de proceder perante este acontecimento.

No que diz respeito, à questão das queixas da situação de agressão, pode-se constatar no presente estudo que uma das vítimas fez duas queixas, mas uma das queixas não foi realizada pela própria. Outras duas vítimas fizeram uma queixa, mas desistiram sendo que uma das mulheres voltou a fazer uma segunda queixa, anos mais tarde e já quando tinha a certeza da separação e a outra nunca fez nenhuma queixa. Sendo que os motivos que as levaram a desistir das queixas e em um caso nunca ter sequer tentado fazer, foi o facto de terem medo que lhes retirassem os filhos ou fossem sinalizados devido à violência doméstica, à vergonha das pessoas e o que poderiam pensar, o medo do agressor e as ameaças de morte a elas e aos próprios filhos. Zancan, et al., (2013, p:70), referem isso mesmo, que o medo faz com que as vítimas, não denunciem os agressores, ocultando qualquer atitude de proteção. Também, Silva, et al., (2020, p:22), referem que as mulheres vítimas de violência doméstica, quando vão a um atendimento de saúde não mencionam, os atos de violência, pelo facto de não sentirem segurança em comunicar sobre o que aconteceu, devido a terem vergonha e o medo que têm de os agressores fazerem alguma coisa contra elas. No estudo de Góes (2019, p: 23642), também se constatou que das entrevistas feitas às vítimas, estas sentem medo e vergonha, o que as leva não pedirem ajuda ou denunciarem, estes dois sentimentos são limitadores para se superar a violência doméstica, bem como a naturalização da violência e o isolamento social que faz com que se mantenham em relações abusivas. Assim sendo, Jong, et al., (2008, p: 750), diz que a partir da agressão realizada pelo agressor à denúncia sobressaem os sentimentos de dor, vergonha e

revolta e denunciar faz com que entrem no desconhecido, não sabendo o que poderá acontecer e muitas vítimas não deixam o agressor, sendo que a opção de voltar para eles, pode ser pelos seus filhos e os vários receios ao redor deles e o que lhes poderá acontecer, sendo que elas apenas querem a sua segurança.

No caso, de umas das vítimas, a denúncia foi realizada, por uma terceira pessoa que não pertence ao agregado familiar, como vimos anteriormente e isso é possível devido ao facto de o crime da violência doméstica, ser um crime público e qualquer pessoa o pode denunciar. Assim sendo, Ferrão (2022), refere que o crime de violência doméstica tem o lugar de crime público, em que maioritariamente as vítimas são manipuladas a ficarem em silêncio acabando, por não serem apenas as únicas vítimas, os seus filhos também o são. Consta-se assim, que é crucial este crime ser público, dado que possibilita a realização das queixas através de outras pessoas, quando as vítimas não o conseguem fazer por diversos motivos, desde físicos a psicológicos.

No que concerne, ao histórico de violência nas famílias das vítimas e do agressor, verificou-se que, em duas das vítimas que existiu historial de violência doméstica por parte dos seus pais. As outras duas vítimas não têm histórico de violência na família. Contudo, pela parte dos agressores, 5 deles, têm histórico de violência na família, há exceção de um dos três companheiros de uma das vítimas, dado que uma das vítimas teve 3 relações abusivas, podendo concluir que a presença de um historial de violência doméstica na família de origem é um dos motivos de agressões contra as mulheres. Há uma predisposição de que estas mulheres estão mais sujeitas a serem vítimas de violência no futuro e os homens a serem futuros agressores.

Segundo, Siqueira e Rocha, (2019, p:18) comprova tais factos, em que através de algumas investigações, observa-se que a existência de histórico de violência na família é uma das causas de agressões contra as mulheres. Estes dois autores, ao analisarem as declarações de outros investigadores, concluiriam que os homens ao assistirem às relações abusivas durante a infância e juventude por parte dos familiares, faz com que no futuro despertem comportamentos agressivos nas suas relações. Podendo fazer com que as mulheres vítimas de violência doméstica, desculpem esses atos violentos, justificando o facto de que são os traumas de infância dos agressores. De acordo com, Reis, et al., (2018, p:16), diversas investigações referem que a violência intrafamiliar, causa consequências nas crianças e jovens. A exposição das crianças à violência doméstica faz com que estas também sejam vítimas, sendo uma forma de maltrato, uma vez que ao assistirem às agressões das mães estas também são vítimas de

agressão psicológica, fazendo com que estas tenham depressão, sejam agressivas, isolem-se e tenham baixa autoestima. Nos estudos de Zancan., et al. (2013), Silva, et al., (2009) e D'Oliveira, et al., (2009), atestam isso mesmo, de que há uma relação entre as mulheres que presenciaram violência doméstica da sua família na infância com a existência de violência doméstica no futuro. Ou seja, vivenciar e assistir à violência doméstica, por exemplo contra a própria mãe, amplifica o risco de sofrerem de violência doméstica também no futuro. E consequentemente, as mulheres ficam com uma menor capacidade de protegerem-se, ficam com pouco apoio familiar e os atos de violência começam a ser habituais nos seus relacionamentos íntimos. Constatam também que se os modelos de violência doméstica na infância, não terminarem podem vir a manifestarem-se em gerações futuras. Portanto, as mulheres que sofreram ou assistiram a violência na infância estão mais predispostas a terem problemas psíquicos, o que ajuda a serem pessoas mais vulneráveis a presenciarem agressões por parte de seus cônjuges. Assim, como não aprenderam outros modelos de relações familiares, o historial de violência vivida por mulheres e homens na infância/adolescência, visa a reproduzir-se no cotidiano de vida adulta.

Algo que se constata em diversos estudos, inclusive no de Moreira (2017), é o facto da existência de histórico de violência familiar estar associado a violência doméstica futura inclusive na gravidez. O facto de existir historial de violência familiar funciona como um fator que preestabelece a vitimação ou o perpetuamento da violência, estando propensa de se transmitir de geração em geração. A possibilidade de violência física aumenta bastante para mulheres em que as mães também foram violentadas, bem como se a mãe do companheiro agressor também foi agredida. Consequentemente, existe mais chance de haver violência doméstica na gravidez em mulheres que já sofreram de abuso sexual anteriormente e se o agressor foi agredido durante a sua mocidade (Castro, Peek-Asa & Ruiz., 2003; Vieira, Perdona & Santos, 2011). Assim sendo, ter vivenciado ou sofrido algum tipo de violência em criança, surge como fatores associados à violência doméstica durante a gravidez e algum tipo de abuso/agressão em criança, como abuso sexual ou físico, faz aumentar a possibilidade de violência doméstica no decorrer da vida adulta.

No presente estudo, na questão do consumo de álcool pode-se constatar que dos 3 companheiros de uma das vítimas, consumiam bebidas alcoólicas e o álcool era um dos causadores da violência, sendo que a própria vítima teve problemas de consumo de álcool e existiu também consumo de álcool na família da mesma e na dos seus companheiros. Outro dos

agressores também consumia álcool, sendo ainda mais agressivo e o pai do mesmo era igualmente alcoólico e agressivo. Apenas em dois dos agressores não existia consumo de bebidas alcoólicas. Dos dados recolhidos, verifica-se que o álcool é uma das causas para o desencadear da violência domésticas, despertando agressividade e desencadeando discussões entre casais e possíveis agressões. Porém, nem sempre isso acontece e a violência é originada por outros fatores que não este, como ciúmes.

Ferreira, (2020, p:5,27), defende isso mesmo, que muitos dos casos de violência doméstica estão relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas, sendo um fator de risco que é utilizado como desculpa para os atos violentos e até como verificamos acima, faz com que as vítimas não denunciem. O excesso de álcool incita à alteração de comportamentos, fazendo com que os sujeitos fiquem violentos. Nos estudos, de Siqueira e Rocha, (2019, p:15-21), observou-se que quando os companheiros consumiam bebidas alcoólicas, eram mais agressivos e não mediam as consequências, elevando o seu próprio ego, maltratando assim a companheira. Na mesma investigação, esta mostra que o consumo de álcool, ciúmes e influência cultural são causadores de violência. Causando problemas para a vida das vítimas de violência doméstica, dado que estas perdem a competência na resolução de problemas, sentindo, vergonha e humilhação, originando depressão, causando isolamento social.

Também no estudo de (Okada et al., 2015), conseguiu-se verificar que as mulheres em que os seus companheiros consumiam bebidas alcoólicas e as mulheres que não tinham planeado a gravidez tinham mais risco de sofrer de violência doméstica durante a gestação. O consumo de álcool está associado a uma menor organização e harmonia familiar, assim como a grandes atos de violência doméstica e consequentemente o facto de a mulher sentir medo e tentar esconder o problema do companheiro. As mulheres ao sentirem medo e serem dependentes financeiramente dos companheiros, tendem a pedir ajuda aos familiares e/ou amigos, contudo outras permanecem em silêncio.

Presentemente a perceção de todas as vítimas, sobre a definição de violência doméstica é similar em todas as respostas. Têm consciência do que é a violência doméstica, da existência de várias formas de violência, como se manifestam e a noção que é uma situação difícil de gerir. Todas mencionam que controlar a situação emocional e sair da relação abusiva, são as etapas em que têm maior dificuldade para ultrapassar.

De acordo com o estudo, verifica-se que 3 das vítimas sofriam de violência doméstica antes, durante e depois de estarem grávidas, uma sofreu somente no pós-parto e uma das vítimas

nos três relacionamentos que teve verificou-se que sofreu violência doméstica antes de estar grávida no primeiro relacionamento, no segundo relacionamento não houve filhos na relação entre ambos existindo violência doméstica e no terceiro relacionamento sofreu violência durante e depois da gravidez.

Nos relacionamentos em que houve violência antes, durante e depois da gravidez, no caso da Inês a violência piorou durante a fase da gestação e à medida que a relação ia avançando, ele era cada vez mais violento. Após a gravidez piorou ainda mais, sendo que ele não estava sob qualquer efeito de álcool, sendo agressão gratuita, ciúmes ou apenas por o dia não lhe ter corrido bem. No caso da Matilde a violência, ocorreu também nestas três fases, mas esta foi constante ao longo da relação, existindo diferentes agressões durante as duas gestações, na primeira era de uma forma mais física e da segunda mais psicológica. Com Sofia, houve três diferentes relacionamentos, no primeiro relacionamento sofreu de violência antes de estar grávida e ele abandonou-a antes do nascimento do filho e Sofia terminou assim com o relacionamento, no segundo relacionamento não houve filhos na relação entre ambos existindo violência doméstica e no terceiro relacionamento sofreu violência durante e depois da gravidez. A relação piorou aí com as exigências que ele lhe exigia a nível de esforço físico e ele não querer assumir o enteado. Quando nasceu a filha de ambos e o filho mais velho de Sofia voltou para casa, a situação piorou e ele reagia com agressões sob efeito de álcool, fazendo com que Sofia abandonasse a casa. No caso da Rita, não sofreu violência antes nem durante a gravidez, foi tudo no pós-parto. Quando tiveram a bebé e foram viver juntos começaram as agressões, desde físicas, verbais, psicológicas.

Podemos verificar no capítulo I na parte teórica que Ribeiro et al. (2020, p. 506), defendem isso mesmo, que a violência acontece com mais frequência durante a gravidez do que antes da mesma. Contudo, provocações, ofensas, insultos, humilhações, injúrias, afrontas e intimidações, têm mais frequência durante a gestação. Sendo, a violência psicológica a mais usada pelos agressores durante a gravidez. Os autores constataram que a violência psicológica para a grande parte das vítimas foi um prosseguimento das agressões começadas antes da gravidez. No que concerne, à violência física são idênticas as recorrências e prevalências antes e durante a gravidez, sendo que para algumas das vítimas a primeira ocorrência de violência física aconteceu durante a gravidez. Além de Ribeiro et al, (2020, p: 504), ir ao encontro do estudo em que a violência doméstica durante a gravidez é o prosseguimento dos maus-tratos sucedidos antes da gravidez.

Ao verificar certas investigações constatou-se, que a gravidez funciona como um incitamento para a violência, podendo ser um fator de risco para a violência doméstica, esta pode começar na gravidez ou haver modificações de acordo com a gravidade e frequência da mesma durante a gestação. E conseqüentemente a gravidez não se emerge como um fator protetor, porém existem outros fatores que cooperam para a incitação e para a proteção das agressões (Moreira, 2017; Puccia & Mamede, 2012; Okada et al., 2015). Assim sendo, há várias investigações que mostram indício de que a frequência e magnitude do começo da violência doméstica são mais altas no decorrer das gestações, além de haver deterioração da confraternização com o parceiro durante este período (Burch & Gallup (2004). Segundo, Oliveira et al. (2015), as mulheres que vivenciaram violência doméstica na gravidez 81% referiram que a relação com o parceiro era boa na maioria das vezes, contudo a conveniência com os parceiros na gravidez piorou 41,3% e 30,2%, dizem que não existiu alterações, por fim 28,6% referem que a relação melhorou. Contudo, Idoko et al., (2015) menciona que 20% das mulheres referem que a violência diminuiu na gravidez, 11% aumentou a violência e 69% não teve alterações nas agressões e Silva et al., (2011) referiu que a violência física na gravidez desceu em metade relativamente com a anterior à gravidez e a violência psicológica foi a de maior predomínio no decorrer da gravidez (Moreira, 2017). Através de visitas domiciliárias a grávidas constatou-se que a violência doméstica durante a gravidez é mais baixa em relação ao antes e ao depois da gestação de acordo com o estudo de Scribano et al., (2013), mencionando por Moreira (2017). Assim sendo, pode-se afirmar que a violência doméstica na gestação é bastante comum e a sua magnitude e gravidade muda de investigação para investigação e as mulheres lesadas durante na gestação têm mais risco de violência e complicações na gravidez, prejudicando a saúde das mesmas e do bebé (Bianchi et al., 2014).

Pode-se verificar que a maioria das vítimas antes da gravidez tinham a percepção que o agressor iria mudar e que era só uma má fase, depois dos atos de violência os agressores desculpavam-se e elas perdoavam-nos pensando que estavam arrependidos, o que não se verificava voltando a existir novamente violência, sendo um ciclo vicioso como se verificou no capítulo I o funcionamento do ciclo da violência doméstica, segundo Manita et al, (2009) e APAV (2010). Verifica-se que em todas as vítimas que o início da relação era equilibrado e saudável, com o passar do tempo a relação ia-se deteriorando, onde a harmonia entre o casal era cada vez menor e começavam os primeiros sinais de violência. A violência era primeiramente psicológica e só depois passava para a violência física, as vítimas ao serem

confrontadas com aquela realidade não sabiam como reagir perante as agressões. Outro ponto em comum é que os agressores antes da gravidez eram muito possessivos, ciumentos, intimidadores, controladores e o consumo de álcool estava presente em algumas das agressões. um fator comum em todos os casos de violência era a inibição das vítimas de terem vida social, quer com família, amigos e vida laboral, o que originava ao seu isolamento e falta de oportunidades de desabafar e procurar ajuda para saírem da situação. Como refere Martins (2021, p: 15), uma das causas que colabora para a continuidade das vítimas nos relacionamentos violentos, é o agressor prometer que vai mudar o comportamento violento, mesmo que continuem a ser ciumentos, possessivos, violentos, sendo estas as principais características dos agressores. Assim sendo, pode-se verificar que a perceção das vítimas de como foi a violência doméstica durante a gravidez, em duas delas na segunda gravidez sofreram de violência sexual e conseqüentemente engravidaram sem quererem, dado que não queriam ter mais filhos, não querendo sujeitar mais ninguém aquela violência, queriam sair de casa o mais rápido possível e as gestações iam prolongar o sofrimento delas e dos próprios filhos, tentando inclusive num ato de desespero abortar. Uma das vitimas só não abortou, porque já tinha passado do tempo para fazer a interrupção voluntária da gravidez, sendo que uma delas tentou pelas próprias mãos.

Assim sendo, segundo Moreira (2017) constatou-se que as mulheres que sofrem de violência doméstica têm mais probabilidade de terem gestações indesejadas, estando mais sujeitas a agressões psicológicas e coerção sexual. Contudo, se ambos tiverem de acordo com a gestação o abuso físico diminui. Verifica-se que as gestações foram uma das causas para estas não saírem da relação mais cedo, sujeitando-se à violência pelos filhos. Tal facto se pode comprovar de acordo com Silva e Leite, (2020, p:9) que referem que as mulheres vitimas de violência sexual e psicológica têm uma predisposição para quererem interromper a gravidez. Estes autores ressaltam também nos estudos de Diniz et al, (2011) e Pilecco et al, (2011) que 88% das mulheres que tentaram abortar tinham sofrido de violência durante as suas vidas e cerca de 47% sofreram algum ato de violência durante a gravidez.

Pode-se verificar também, que na maioria das mulheres estas requereram um diagnóstico médico de gravidez de risco, uma delas as agressões eram constantes na gravidez, sendo ainda mais acentuadas, nesta fase. E na outra devido a todo o esforço que fazia nas lides domésticas, dado que o agressor a obrigava a realizar mesmo estando grávida, tendo um descolamento de placenta e o facto de o agressor não aceitar o enteado, também dificultou a fase da gestação. Segundo, (Silva e Leite, 2020, p:9), confirmam que as mulheres que sofreram

problemas ou lesões durante a gravidez sofreram com maior regularidade de violência física e psicológica pelo companheiro. Os mesmos autores mencionam no estudo de (Audi et al, 2011, as cited in Silva e Leite, 2020, p:9), que podem existir problemas relacionados à violência na gestação, como sangramento, morbididades maternas, rutura precoce da membrana e infeções urinárias. Estes autores mencionam também que um tipo de lesão física pode ser o deslocamento de placenta. Também o stresse durante a gestação pode fazer com que as mulheres vítimas de violência sofram de condições crônicas e agudas. Fazendo com que estas tenham um estilo de vida pouco saudável, prejudicando o bebé também. Constatou-se também que na segunda gravidez que não foi planeada de uma das vítimas, verificou-se que o casal não tinha qualquer tipo de relação, simplesmente residiam na mesma casa o que originou o termo da relação ainda durante a gravidez. As vítimas viviam a gravidez com medos constantes, devido aos agressores lhes fazerem múltiplas ameaças inclusive algumas de morte.

De acordo, com a perceção das vítimas no pós-parto constatou-se que em duas delas havia uma má relação entre os enteados e o agressor em que a violência piorou em um dos casos quando o enteado foi viver com o padrasto, a mãe e a irmã já depois da gravidez. Em outra vítima o agressor no pós-parto também ficou violento com a enteada, tendo ciúmes da mesma, tendo de ir viver com os avós. Segundo, Gonçalves (2020, p:47), refere isso mesmo que a presença dos enteados é um fator de risco para que exista violência doméstica contra a mulher.

Constatou-se também que estas tinham o dobro da preocupação e medo com os filhos, tendo receio que o agressor fizesse mal às crianças e a elas, não queriam que as crianças sofressem ou se apercebessem do que estava a acontecer e tentavam-se proteger mais, pois pensavam que depois os filhos não tinham qualquer proteção e não os podiam deixar sozinhos com o agressor. As vítimas mantiveram-se na relação violenta pelos filhos sempre a pensar na proteção e bem-estar deles. Algumas das vítimas tiveram depressão pós-parto devido a todo o historial de violência vivenciada ao longo dos anos e agravando com o nascimento dos filhos. Estas tiveram diversas dificuldades na gravidez e pós-parto, como iremos ver de seguida. Estes resultados vão ao encontro de outros autores como Vieira (2019, p:31), que menciona que muitos dos episódios de violência ocorriam com bastante frequência e com os filhos a assistirem, estes não se preocupavam com as crianças, o que era uma das maiores dificuldades das vítimas, esconder e proteger as suas crianças.

Em suma, verifica-se que a maior preocupação e dificuldade que as vítimas tiveram/sentiram foi o facto de estas durante a gravidez tentarem conseguir proteger a barriga

e o bebé e no pós-parto era o facto de protegerem os filhos e a elas próprias, dado que tinham receio que algo de mal acontecesse às crianças e o que seria delas sozinhas com os agressores e sem a sua proteção.

Verificou-se também que duas das vítimas ganharam depressão na gravidez e pós-parto, tendo de tomar medicação para isso. Também em duas mulheres estas não conseguiram amamentar os filhos, devido ao leite ter secado em consequência da alteração do sistema nervoso derivado das agressões.

Estas dificuldades vão ao encontro de Baquião et al., (2022) e de Normann et al., (2020), que referem que vitimas que sofreram ou sofrem de violência doméstica, têm mais predisposição de depressão do que as que não vivenciaram violência, além que as vítimas que sofreram de violência amamentam em menor percentagem que as mulheres que nunca passaram pela violência e que não têm doenças psicológicas. Consequentemente, a violência doméstica faz com que existam mais chances de problemas de saúde na gestação e depressão durante a gravidez (Moreira, 2017, as cited in Audi et al., 2008; Puccia & Mamede, 2012; Barrios et al., 2015). Assim sendo, a violência doméstica pode se envolver diretamente na amamentação, como na dificuldade em relaxar para descer leite suficiente e muitas dores na zona. E consequentemente, a falta de produção de leite acontece também devido à depressão, falta de apoio emocional e ansiedade.

Outra das dificuldades foi a angústia que as crianças ouvissem os gritos e ficassem com traumas e/ou recordações dessas situações de violência. As ameaças constantes durante a gravidez e após o parto também se tornaram muito difíceis de gerir, consequente em uma das vítimas as ameaças eram realizadas como foi o caso de o agressor raptar a própria filha para atormentar a mulher. Uma das dificuldades era o agressor se afastar no que dizia respeito às questões da gravidez, em que nem às consultas comparecia, era como se não importasse. Verificou-se que um dos agressores não aceitou bem a gravidez quando percebeu que era um rapaz o que originou alguns atritos que levaram à agressão e segundo, (Silva e Leite, 2020, p:9), a gravidez quando não está prevista como desejam está relacionada à violência da mulher grávida, dado que tem influência na violência o desejo ou não da gravidez por parte do agressor. Levando a discórdias desde verbais a psicológicas levando à violência na gravidez.

Constatou-se incompreensão da família fazendo que as vítimas sentissem isolamento, a família não compreendia o porquê de não saírem daquele relacionamento violento. Não entendendo que estas não tinham força nem coragem para tal sentindo um bloqueio emocional

e o medo de prejudicarem os filhos. Além disso verifica-se em um dos casos que a vítima foi mãe solteira na primeira gestação, tendo sido uma enorme dificuldade, na segunda gravidez uma das dificuldades foi uma grande instabilidade ao nível de mudanças de residências com os filhos.

Constatou-se que durante a gravidez e depois de serem mães a perceção sobre a violência doméstica foi alterada, verificando que o principal fator para esta mudança foi a maternidade devido à preocupação constante em proteger os filhos, para além da violência física também da violência psicológica para que estes futuramente não tenham sequelas da violência na relação. O facto de quererem evitar que a violência esteja presente na vida dos filhos é determinante para a continuidade da relação, quando as situações de violência de alguma forma começam a afetar os filhos e sejam incapazes de encobrir os episódios de violência, estas situações tornam-se uma motivação para lutar e por termo à relação.

Portanto, verifica-se que em grande parte das vítimas o início da relação foi positivo, com o passar de alguns meses as relações foram-se deteriorando com o aparecimento dos primeiros sinais de violência. Estas começavam essencialmente por violência psicológica à qual as vítimas reagiam de forma a arranjar justificação para tais atos, mas com o agravamento da situação passando para a violência física com a qual elas ficavam em choque não sabendo como lidar com as agressões. Verifica-se que os agressores geram uma dependência às vítimas de forma a que estas não possam ter vida social, autonomia ou inclusive não consigam procurar ajuda. A dependência das vítimas ao agressor, tem uma ligação direta aos abusos psicológicos, influenciada também pela autoestima, ou seja, quanto maior for a dependência das vítimas, maior é impacto negativo na autoestima, ficando mais frágeis aos abusos psicológicos. Verificando uma espiral em que a vítima sofre de violência, perdendo a autoestima, e consequentemente começa a depender emocionalmente do agressor e nessa fase a vítima continua na relação sem conseguir sair dado que aceita o seu sofrimento, originado pela dependência, como referem Tomaz et al (2022, p: 11).

Nos agressores com medo da exposição pública tinham a preocupação de agir de forma a não deixar marcas visíveis no corpo da vítima, nem tinha atitudes agressivas perante outras pessoas que pudessem testemunhar a situação e os incriminarem perante a sociedade. Em uma das vítimas nunca tinha sofrido de violência antes da gravidez, verificando-se que houve situações que perturbavam a nível emocional, pelo facto de o companheiro a trair várias vezes com a ex-companheira. No que concerne, à caracterização da relação com o agressor, antes,

durante e depois da gravidez, constatou-se que durante a gravidez todas as vítimas tinham a certeza que os agressores não tinham sido uma boa escolha para pais dos seus filhos, todas elas tinham medo do que a violência poderia influenciar na criação dos filhos. As vítimas consideram que as suas relações foram violentas, tóxicas e doentias, recebendo sempre promessas que tudo ia mudar, mas que nunca acabaram por ser cumpridas. Uma delas ao fim de 24 anos em desespero tentou-se suicidar, pedindo ao agressor que a matasse devido a não aguentar mais aquela vida de sofrimento, preferindo morrer.

Assim sendo, o que alterou na relação com a gravidez e pós-parto foi o facto de as agressões serem diariamente e mais intensas. O sentimento de medo sobrepôs-se ao amor devido à violência e elas deixaram de os amar. Mesmo que eles quisessem ser pais não tinham cuidado com a barriga, nem pensavam no bem-estar e vida dos próprios filhos. As vítimas quando souberam que estavam grávidas pela segunda vez e sabendo de tudo o que já tinham passado decidiram abandonar a relação e os agressores não aceitaram as separações, tendo sido sempre elas a quererem dar esse passo abandonando a casa que compartilhavam. Uma das vítimas referiu o seu desagrado em ter de ser ela e a filha a abandonarem a casa e não o agressor. Atualmente, todas as vítimas se sentem à vontade para contar a sua história e ajudar quem está a passar pela situação de violência doméstica e graças à superação sentem-se com o dever de ajudar quem está a passar por isto, aceitando fazer parte deste estudo.

De acordo com as consequências da violência doméstica nas vidas das vítimas de violência doméstica, verifica-se todas elas perderam a sua autoestima, confiança, autonomia, tinham falta de iniciativa, pelo o facto de eles ofenderem a integridade delas, impedindo-as de poderem vestir o que gostavam, não se poderem maquilhar, nem irem ao cabeleireiro. Estas não eram mulheres valorizadas e felizes, durante muitos anos sentiram-se sem valor e hoje em dia já se valorizam como mulheres, tendo orgulho nelas próprias, só recuperaram a autoestima na separação, contudo ainda existem diversas sequelas a nível psicológico, estas ainda demoraram algum tempo até se conseguirem encontrar novamente. Referem que o passar do tempo ajuda, mas há marcas que ficam para sempre em relação à autoestima e na relação com os outros interferindo no dia-a-dia. Uma parte das mulheres ficaram com receio das pessoas do género masculino se aproximarem delas, tendo dificuldade em se deixarem dar a conhecer aos homens e dificuldades em fazerem novos amigos. Assim, as vítimas afastavam-se dos amigos e da família deixando de terem contacto, devido a serem proibidas por eles, dado ao excesso de ciúmes e medo que elas os deixassem e caso que aproximassem de alguém havia logo agressões,

também se afastaram para protegerem a família e os amigos, para não verem o sofrimento delas dos quais sentiam vergonha. Como referem, Frazão et al, (2020) e Oliveira et al, (2021) existem diversas consequências da vivência de violência doméstica, causam danos emocionais como perda de autoestima, isolamento social, insegurança, crises nervosas, desagrado com a vida e até tentativas de suicídio. Sentindo-se inferiores aos outros e ao agressor, dificuldade de autonomia, sentindo-se incapazes e depreciadas. De acordo com Silva (2022) a nível laboral pode-se constatar que as vítimas de violência doméstica se sentem constantemente envergonhadas pela situação que estão a vivenciar e tendo medo que percam o emprego, escondendo a situação e este sentimento contribui também para o isolamento social e o distanciamento dos colegas. Os colegas mesmo que desconfiem, por respeito e/ou medo de se intrometerem nas suas vidas particulares, podendo lhes causar mais vulnerabilidade, não diziam nada criando um distanciamento ainda maior. Sendo este um comportamento muito comum nos agressores no que concerne ao afastar as vítimas da família e amigos, como refere Cândido (2019, p: 28), que a maioria das vezes as famílias e amigos das vítimas estimulam as vítimas a denunciar o agressor e a saírem da relação tóxica, dando a coragem em falta para darem esse passo. Depois da gravidez de uma das vítimas o agressor deixou de trabalhar, sendo a vítima que o sustentava. Algumas das vítimas tinham de esconder as marcas de agressão no seu corpo com roupa ou maquilhagem para as pessoas não desconfiarem o que lhes causava algum constrangimento. A maioria das vítimas não podiam ter um emprego por conta de outrem tinham de trabalhar ou com o agressor ou então o agressor tinha de estar sempre presente no local de trabalho nas horas vagas para as controlar, não conseguindo ter um emprego estável, sendo despedidas com regularidade. Grande parte das vítimas dependia economicamente dos agressores, estes controlavam todo o dinheiro impedindo-as de realizar qualquer tipo de compras. A violência económica também contribuiu para o isolamento da vítima, de maneira que o agressor consiga dominar melhor a vítima, este impede o acesso ao dinheiro, fazendo ele a gestão económica. Sendo usual que a maioria das vítimas não consiga ter um emprego estável e por isso depender financeiramente do agressor, dado que ele é o único com rendimentos, sendo esta uma maneira de controlar a vítima e tendo a certeza que esta não termina com a relação. Caso a vítima tenha algum rendimento do seu emprego é o agressor que gere o dinheiro da vítima impedindo-a de ser independente (Silva e Marques, 2021). De acordo, com Moreira (2017), o desemprego também faz com que aconteça episódios de violência durante a gravidez por parte dos seus companheiros. Quando um deles (agressor e/ou vítima) está desempregado

é mais comum agressões psicológicas, contudo se os dois estiverem no desemprego acontecem mais agressões físicas. Assim sendo, as grávidas com baixas capacidades económicas e no desemprego há pouco tempo sofrem mais de agressões sexuais. Sendo que as mulheres com uma melhor capacidade económica e desempregadas há mais tempo têm mais possibilidade de terem atitudes e comportamentos de negociação no relacionamento. Portanto, as mulheres que estão desempregadas relativamente há pouco tempo e que têm poucos rendimentos têm mais probabilidade de desencadear conflitos na resolução da discussão do casal.

Consta-se que as vítimas se ressentem muito na questão de terem que ser elas a mudar/saírem de casa em consequência da separação causada pela violência doméstica. Segundo Moreira (2020), vai ao encontro das vítimas em que as casas abrigo deveriam ser para os agressores e não para as vítimas e assim os agressores eram submetidos a planos de prevenção da violência e as vítimas poderiam continuar com os seus filhos na sua residência, perto dos seus familiares e amigos sendo este um apoio fundamental para ultrapassarem os traumas.

Verificou-se a nível das consequências da violência doméstica nas crianças que grande parte das filhas das vítimas ficavam perturbadas com a presença de pessoas do género masculino, sentindo medo, agitação, insegurança e desconfiança. As crianças tinham receio que algum homem entrasse novamente nas suas vidas, afastando os conhecidos, familiares e amigos do género oposto.

Em alguns casos não existiu consequências da violência doméstica na relação que a vítima estabelece com a criança, inclusive fortalecendo a mesma para se apoiarem e protegerem mutuamente, contudo o oposto também se verificou na relação, onde os filhos ficaram revoltados inclusive com a vítima. Num dos casos a filha da vítima ao ir viver com os avós perdeu a ligação que tinha com a mãe.

As consequências da violência doméstica ao nível do desenvolvimento das crianças foi o facto de em todas ter afetado psicologicamente, crescerem mais rápido psicologicamente, com mais maturidade que as outras crianças e um grande sentido de proteção perante pessoas do género feminino.

Com a presença dos agressores as crianças viviam constantemente amedrontadas, ao tentarem defender as mães eram ameaçadas e agredidas também.

Em alguns dos casos verifica-se que os filhos ficaram muito revoltados e enervam-se com muita facilidade, tendo esporadicamente comportamentos e modos como os do agressor.

As crianças iam sempre tristes para a escola e as notas não eram as melhores, dado que o ambiente em casa também não era o melhor para estudar. Uma das crianças teve de ser acompanhada por psicólogos e outra foi para uma casa de acolhimento devido ao mau comportamento causado pela violência doméstica. Em todos os casos a relação entre pai/filho e padrasto/enteado é inexistente e sem ligação entre eles.

Consoante Guimarães e Melo (2020) e Pinheiro e Costa (2022), as crianças que sofreram de violência doméstica, ou viram as suas mães serem agredidas, sofrem mais com problemas psicológicos. Verificando, que antes da violência admiram os seus pais e depois sentem sentimentos de culpa e raiva pelos próprios pais e como consequência disso a ligação entre pai/filho é quebrada, ou seja ao ver a mãe ser agredida as crianças ganham ódio do agressor, podendo sofrer em conjunto com as mães, passando a ter medo do agressor, ficando traumatizadas, fragilizadas e desconfiadas das pessoas. As crianças são frágeis e não têm meios de defesa e mesmo que não sofram de violência só o facto de assistirem já causa traumas a nível psicológico. Supostamente, para as crianças as suas casas são um sítio acolhedor onde se sentem protegidas e caso assistam à violência nas próprias casas sentem-se desamparadas. A violência influencia a criança na sua maneira de pensar e agir, devido a estar em formação da mente e do carácter como vítima. Verificando diversas consequências a nível emocional, intelectual, baixa autoestima, alguma dificuldade em conviver com outros, depressão, ansiedade e distúrbios alimentares. Estas crianças por vezes podem ter alguns comportamentos agressivo, mau comportamento, dificuldade na aprendizagem, tendo más notas e isolamento. Consequentemente também podem sentir medo das pessoas do género igual ao do agressor. Estas crianças são mais desconfiadas a nível da relação com outras pessoas e até com a própria família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve como finalidade cooperar para o conhecimento, compreensão e discussão sobre o percurso de vida das mulheres vítimas de violência doméstica e a perceção das mulheres sobre a violência doméstica e suas consequências, antes, durante e após a gravidez. Analisámos a vida de quatro mulheres, cada fase, cada vivência, cada realidade e cada dificuldade que passaram, descritas exclusivamente pelas próprias.

Cumprindo assim, com os objetivos do estudo, ficando a conhecer a perceção das mulheres sobre a violência doméstica e a relação que estabelecem com o agressor antes e durante a gravidez e no pós-parto, compreendendo as consequências e analisando o percurso de vida das vítimas de violência doméstica com a elaboração de um biograma.

Assim sendo, com o percurso de vida das vítimas de violência doméstica constatou-se que com a violência doméstica as mulheres experienciaram acontecimentos negativos sucessivos e sentimentos negativos associados aos mesmo, após o fim da relação foi possível verificar que as mesmas identificavam acontecimentos e sentimentos positivos na sua vida. Constatando que os momentos mais marcantes nas suas vidas foram a violência doméstica, o nascimento dos filhos e o término das relações violentas. Verificou-se que presentemente todas as vítimas tem a perceção do que é a violência doméstica, e de como se manifesta tendo a noção que se trata de uma relação abusiva. No que concerne, à perceção das mulheres de como foi a violência doméstica antes da gravidez, constatou-se que a maioria das vítimas tinha a perceção que o agressor iria mudar os comportamentos e atitudes, sendo só uma má fase. Os começos das relações eram equilibrados, mas com o passar do tempo a relação ia-se deteriorando, começando os primeiros sinais de violência. A violência era primeiramente psicológica e só depois passava para a violência física. As vítimas ao serem confrontadas com aquela realidade não sabiam como reagir perante as agressões. Os agressores antes da gravidez eram muito possessivos, ciumentos, intimidadores, controladores e o consumo de álcool estava presente em algumas das agressões, as vítimas estavam proibidas de terem vida social, quer com família, amigos e vida laboral, o que originava o seu isolamento e falta de oportunidades de desabafar e procurar ajuda para saírem da situação. Durante a gravidez foi possível verificar o aumento das situações de violência. Existiu diagnósticos de gravidez de risco, as vítimas viviam a gravidez com medos constantes, devido aos agressores lhes fazerem múltiplas ameaças inclusive algumas de morte. No pós-parto constatou-se um mau ambiente familiar devido à má relação entre os enteados e o agressor e as mulheres tinham o dobro da preocupação e medo com os filhos, tendo receio que o agressor fizesse mal às crianças e a elas. As vítimas mantiveram-se na relação violenta pelos filhos sempre a pensar na proteção e bem-estar deles. Portanto, verificaram-se muitas dificuldades durante a gravidez e pós-parto em que a maior preocupação e dificuldade que as vítimas tiveram/sentiram foi o facto de estas durante a gravidez tentarem conseguir proteger a barriga e o bebé e no pós-parto era o facto de protegerem os filhos e a elas próprias, dado que tinham receio que algo de mal acontecesse às crianças

quando estas estavam sozinhas com os agressores, sem a sua proteção. Como consequência verificou-se a depressão na gravidez e pós-parto e também não conseguiram amamentar os filhos, devido ao leite ter secado em consequência da alteração do sistema nervoso. A angústia que as crianças ouvissem os gritos e ficassem com traumas e/ou recordações dessas situações de violência. As ameaças constantes durante a gravidez e após o parto também se tornaram muito difíceis de gerir. Os agressores afastavam no que dizia respeito às questões da gravidez, em que nem às consultas compareciam. Constatando também, incompreensão da família fazendo com que as vítimas sentissem isolamento. Assim sendo, verificou-se que durante a gravidez e depois de serem mães a perceção sobre a violência doméstica foi alterada nas quatro mulheres, verificando que o principal fator para esta mudança foi a maternidade devido à preocupação constante em proteger os filhos para que estes futuramente não tenham sequelas da violência. O facto de quererem evitar que a violência esteja presente na vida dos filhos é determinante para a continuidade da relação, quando as situações de violência de alguma forma começam a afetar os filhos e elas sejam incapazes de encobrir os episódios de violência, estas situações tornam-se uma motivação para lutar e por termo à relação. As alterações na relação com a gravidez e pós-parto foi o facto de as agressões serem diariamente e mais intensas. O sentimento de medo sobrepôs-se ao amor. As vítimas quando souberam que estavam grávidas pela segunda vez e sabendo de tudo o que já tinham passado decidiram abandonar a relação e os agressores não aceitaram as separações, tendo sido sempre elas a abandonarem a casa que compartilhavam. Além de referirem desagrado em terem de ser as vítimas e filhos a abandonarem as suas casas e não os agressores.

Referente às consequências da violência doméstica, foram a perda da autoestima, confiança, autonomia, falta de iniciativa, pelo o facto de eles ofenderem a integridade delas, impedindo-as de tudo. Existência de receio das pessoas do género masculino, tendo dificuldade em se deixarem dar a conhecer aos homens e dificuldades em fazerem novos amigos. Assim, as vítimas afastavam-se dos amigos e da família deixando de terem contacto, devido a estarem proibidas por eles, dado ao excesso de ciúmes e medo que elas os deixassem e caso que aproximassem de alguém havia logo agressões, também se afastaram para protegerem a família e os amigos, para não verem o sofrimento delas dos quais sentiam vergonha. Algumas das vítimas tinham de esconder as marcas de agressão no seu corpo com roupa ou maquilhagem para as pessoas não desconfiarem o que lhes causava algum constrangimento. A maioria das vítimas não podiam ter um emprego por conta de outrem tinham de trabalhar ou com o agressor

ou então o agressor tinha de estar sempre presente no local de trabalho nas horas vagas para as controlar, não conseguindo ter um emprego estável, sendo despedidas com regularidade. Grande dependência económica dos agressores. Consta-se que as vítimas se ressentem muito na questão de terem que ser elas a mudar/saírem de casa em consequência da separação causada pela violência doméstica. Além disso, as vítimas consideram certas consequências nas crianças ao presenciarem a violência doméstica, verificando que grande parte das filhas das vítimas ficavam perturbadas com a presença de pessoas do género masculino sentindo medo, agitação, insegurança e desconfiança. As crianças tinham receio que algum homem entrasse novamente nas suas vidas, afastando os conhecidos, familiares e amigos do género oposto. Em alguns casos não existiu consequências da violência doméstica na relação que a vítima estabelece com a criança, inclusive fortaleceu a mesma de maneira a se apoiarem e protegerem mutuamente, contudo o oposto também se verificou em que os filhos também se revoltaram com as mães. Com a presença dos agressores as crianças viviam constantemente amedrontadas e ao tentarem defender as mães eram ameaçadas e agredidas também. Em alguns dos casos verifica-se que os filhos ficaram muito revoltados e enervam-se com muita facilidade, tendo esporadicamente comportamentos e modos como os do agressor. Comprovou-se a existência do sentimento de tristeza e maus resultados escolares. Em todos os casos a relação entre pai/filho e padrasto/enteado é inexistente.

Desejamos que os resultados desta investigação tenham colaborado de alguma maneira, para compreenderem melhor como é a vida das vítimas de violência doméstica, o que sofrem inclusive quando estão grávidas e como têm de adaptar as suas vidas em prol das crianças de maneira a protegerem-nas. Que com este estudo se perceba que ainda existem muitos casos de violência doméstica em Portugal e no mundo, onde estão incluídas mulheres grávidas e que estas agressões podem trazer consequências irreversíveis para a mulher e para os bebés para toda a vida.

Na presente dissertação a mestranda deparou-se com certas limitações, como a grande dificuldade em conseguir participantes para o estudo, dado que só uma instituição aceitou participar e só ter disponibilizado duas pessoas, sendo uma amostra reduzida. Outra limitação foi as burocracias em volta da instituição que fizeram atrasar o processo. Além de, ter sido complicado encontrar mais pessoas para a amostra, tendo sido difícil de contactar com as pessoas pretendidas para o estudo. A mestranda considera que devem continuar a haver mais investigações neste âmbito da violência doméstica, investindo na questão de ser o agressor a

abandonar a habitação indo para casas abrigo tendo os devidos tratamentos e as vítimas e os filhos poderem continuar nas suas casas, sem medos. Também considera que se devem realizar mais estudos em diversas regiões do país, inclusive as ilhas sobre as consequências da violência doméstica na gravidez; E sobre as consequências perinatais relacionadas com a violência doméstica; E fazer mais investigações sobre as alterações nas relações e nas próprias vítimas antes, durante e após a gravidez.

Referências Bibliográficas

- Acosta, D. F., Gomes, V. L. D. O., & Barlem, E. L. D. (2013). *Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher*. Acta Paulista de Enfermagem, 26, 547-553.
- Aguiar, E. P., & Tourinho, M. A. de C. (2011). *Discussões Metodológicas: a Perspectiva Qualitativa Na Pesquisa Sobre Ensino/Aprendizagem Em História*. Anais Do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 8. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300932800_ARQUIVO_SIMPOSIONACIONALDEHISTORIA.pdf
- Aguiar, M. A. F. P. (1999). *A grávida vítima de violência : Uma perspectiva de saúde mental sobre a violência doméstica*. Universidade de Porto, Faculdade de Medicina.
- Alhusen, J.L., Bullock, L., Sharps, P., Schminkey, D., Comstock, E., & Campbell, J. (2014). *Intimate Partner Violence During Pregnancy and Adverse Neonatal Outcomes in Low-Income Women*. Journal of Women`s Health, 23(11), 920-926.
- Almeida, C. (2014). *Violência doméstica na gravidez : consequências para o desenvolvimento do bebé no primeiro ano de vida* [Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/24299>
- Almeida, C. P. (2014) – *Violência doméstica na gravidez: consequências para o desenvolvimento do bebé no primeiro ano de vida*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Coimbra, Portugal.
- Almeida, F.S.J. (2014) – *Violência na Gravidez? Prevalência e Alguns Fatores Associados*.

Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Saúde de Viseu – Instituto Superior Politécnico de Viseu, Portugal.

Almeida, J. F. (2013). *Ética da investigação em ciências sociais*.

Almeida, S. S. (2007). “*Essa Violência mal-dita*”. In *Suely de S. Almeida (Org.). Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Alves, C. P. P. (2014). *Assistência de enfermagem no puerpério: um olhar ampliado para a mulher, recém-nascido e a família*. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem.

Amendoeira, J. (2008). *A Ética das profissões. Ética e Deontologia profissional: a partir do debate em torno dos conceitos de ética e de profissão*.

APAV. (2010). *Manual Alcipe : Para atendimento de mulheres vítimas de violência* (2.a Ed. Re). www.apav.pt

APAV. (2018). *Estatísticas APAV : Vítimas de Violência Doméstica 2013-2017*.

APAV. (2021). *Estatísticas APAV : Relatório Anual 2020*.

APAV. (2022). *Estatísticas APAV : Relatório Anual 2021*.

APAV. (2022). *Estatísticas APAV 2021 vítimas no Feminino*. Lisboa.

APAV. (2022). *Estatísticas APAV Homens Adultos Vítimas de Violência Doméstica 2021*. Lisboa.

APAV. (2023). *Estatísticas APAV Relatório Anual 2022*. Lisboa.

APSS. (2018). *Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal*.

Araújo, D. L., Barbosa, I. A., Coimbra, N. X., & Costa, C. S. C. (2020). *Violência doméstica na gestação: aspectos e complicações para mulher e o feto*. Revista científica da escola estadual de saúde pública de goiás" cândido santiago", 6(1), 64-76.

Assembleia da República (2013). *Resolução nº 4/2013 da Assembleia da República*. Diário da República, 1.^a série, N.º 14 de 21/01/2013. <https://files.dre.pt/1s/2013/01/01400/0038500427.pdf>

Audi CAF, Segall-Corrêa AM, Santiago SM, Pérez-Escamilla R. (2012). *Adverse health events associated with domestic violence during pregnancy among Brazilian women*. Midwifery. 2012;28(4):356-61. <https://doi.org/10.1016/j.midw.2011.05.010>

Audi, C. A. F., Segall-Corrêa, A. M., Andrade, M. da G. G., & Pérez-Escamilla, R. (2008). *Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados*. Revista Saúde Pública, 42(5), 877–885.

- Audi, C.A.F., Segall-Corrêa, A.M., Santiago, S.M., Andrade, M.G.G., & Pérez-Escamilla, R. (2008). *Violência doméstica na gravidez: prevalência e fatores associados*. Revista de Saúde Pública, 42(5),877-885.
- Azevedo, N. (2012). *Histórias de vida: a técnica do biograma*. III Jornadas das Histórias de Vida e da Educação. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Disponível em: http://www.fpce.up.pt/iiijornadashistoriasvida/pdf/2_Historias_de_vida_a_tecnica.pdf. Acesso em, 2, 2018.
- Bailey, B.A., & Daugherty, R.A. (2007). *Intimate Partner Violence During Pregnancy: Incidence and Associated Health Behaviors in a Rural Population*. Matern Child Health Journal, 2007, 11, 495-503.
- Baquião, LSM, Martins, CP, Lopes, WP, de Moraes, LL, do Amaral, VM, dos Santos, SVM, & Morceli, G. (2022). *Influência da violência perpetrada por parceiro íntimo na prática do aleitamento materno*. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, 11 (1), e18111124493-e18111124493.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barrios, Y.V., Gelaye, B., Zhong, Q., Nicolaidis, C., Rondon, M.B., Garcia, P.J.& Williams, M.A. (2015). Association of Childhood Physical and Sexual Abuse with Intimate Partner Violence, Poor General Health and Depressive Symptoms among Pregnant Women.
- Barroco, M. L. S. (2009). *Fundamentos éticos do serviço social*. Serviço Social, 165- 184.
- Bianchi, A.L., McFarlane, J., Nava, A., Gilroy, H., Maddoux, J., & Cesario, S. (2014). *Rapid Assessment to Identify and Quantify the Risk of Intimate Partner Violence During Pregnancy*. BIRTH, 41(1), March, 88-92.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Bowen, E., Heron, J., Waylen, A., Wolke, D., & ALPAC (2005). *Domestic violence risk during and after pregnancy: findings from a British longitudinal study*. BJOG, 112, 1083–1089.
- Brandão, S. I. V. (2019). *(Sobre) viventes das dependências- A perspectiva das forças no Serviço*

Social (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra).

- Bullock, L., Bloom, T., Davis, J., Kilburn, E., & Curry, M.A. (2006). *Abuse Disclosure in Privately and Medicaid-Funded Pregnant Women*. *Journal Midwifery Womens Health*, 51(5), 361-369.
- Burch, R.L., & Gallup, G.G.J. (2004). *Pregnancy as a Stimulus for Domestic Violence*. *Journal of Family Violence*, 19(4), August, 243-247.
- Campos, L. M., Gomes, N. P., Santana, J. D. D., Cruz, M. A. D., Gomes, N. P., & Pedreira, L. C. (2019). *A violência conjugal expressa durante a gestação e puerpério: o discurso de mulheres*. *Revista mineira de enfermagem*, 23, 1-7.
- Campos, R. C. (2000). *Processo gravídico, parto e prematuridade: Uma discussão teórica do ponto de vista do psicólogo*. *Análise Psicológica*, 18(1), 15–35.
- Cândido, J. M. M. (2019). *Mulheres vítimas de violência doméstica, os processos de resiliência e o acompanhamento social em contexto de Casa Abrigo* (Doctoral dissertation).
- Carmo, Rui. (2018). *Violência Doméstica: Panorama do regime jurídico*. In *Violência Doméstica e de Género: Uma Abordagem Multidisciplinar*, editado por Dias, Isabel, p. 29-62. Lisboa, Portugal: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Castro, R., Peek-Asa, C., & Ruiz, A. (2003). *Violence Against Women in Mexico: A Study of Abuse Before and During Pregnancy*. *American Journal of Public Health*, July, 93(7), 1110-1116.
- Cavaco, C. (2009). *Adultos pouco escolarizados. Políticas e práticas de formação*. EDUCA.
- CIG. (2009). *Violência doméstica: Compreender para intervir, guia de boas práticas para profissionais de instituições de apoio a vítimas*. CIG. https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-VD2_GBP_Profissionais_apoio_vitimas.pdf
- CIG. (2013). *Estratégias Internacionais para a Igualdade de Género: a Plataforma de Ação de Pequim (1995-2005) Tradução (2.a Ed.)*.
- CIG. (s.d). *CIG – Enquadramento – Portal da violência doméstica*. <https://www.cig.gov.pt/area-portal-da-violencia/portal-violencia-domestica/rnavvd/enquadramento/>
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2020). *Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno – Manual pluridisciplinar*, 2ª ed. Centro de Estudos Judiciários/ CIG.

- <https://cej.justica.gov.pt/LinkClick.aspx?fileticket=jQXSesE72kk%3D&portalid=30>
- Conselho da Europa. (2017). *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica - Convenção de Istambul*. Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. https://plataformamulheres.org.pt/site/wpcontent/ficheiros/2018/01/Convencao_de_Istambul.pdf
- Conselho de Ministros (1997). *Plano Global para a Igualdade de Oportunidades (1997)*. Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97 de 24 de março (publicada no Diário da República n.º 70, I Série-B, de 24/3/1997).
- Conselho de Ministros (2007). *III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010)*. Aprovado pela Resolução n.º83/2007, de 22 de junho 2007 (publicada no Diário da República n.º 119, 1.ª série, de 22/06/2007). https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/III_Plano_Nacional_Contra_Violencia_Domestica.pdf
- Conselho de Ministros (2013). *V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017*. Aprovado pela Resolução n.º102/2013, de 31 de dezembro (publicada no Diário da República n.º 253, Série I, de 31/12/2013). https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/V_PL_PREV_COMBATE.pdf
- Conselho de Ministros (2018). *Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 (ENIND)- Portugal + Igual*. Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018 de 21 de maio (publicada no Diário da República n.º 97, 1ª série, de 21/05/2018). https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/12/Resol_Cons_Ministros_61_2018.pdf
- Correia, M. D. C. B. (2009). *A observação participante enquanto técnica de investigação*. *Pensar enfermagem*, 13(2), 30-36.
- Costa, Dália. 2018. *A Evolução de Políticas Públicas em Portugal na área da Violência Doméstica*. In *Violência Doméstica e de Género: Uma Abordagem Multidisciplinar*, editado por Dias, Isabel, p. 123-156. Lisboa, Portugal: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Coutinho, C.P. (2020). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. 2ª ed. Almedina
- Coutinho, E. de C., Silva, C. B. da, Chaves, C. M. B., Nelas, P. A. B., Parreira, V. B. C., Amaral, M. O., & Duarte, J. C. (2014). *Gravidez e parto: O que muda no estilo de vida das*

- mulheres que se tornam mães?* Revista Da Escola de Enfermagem Da USP, 48, 17–24.
<https://doi.org/10.1590/s0080-623420140000800004>
- Creedy, D., Cooke, M., Saito, A., & Chaboyer, W. (2013). *Effect of Intimate Partner Violence on Antenatal Functional Health Status of Childbearing Women in Northeastern Thailand*. Health Care for Women International, 34, 757–774.
- Cruz, M. O., & dos Santos Filho, M. F. (2021). *As faces das marias: perfil das mulheres vítimas de violência doméstica, na cidade de itabaiana/se*. Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE, 7(1), 160-172.
- D'Oliveira, A. F. P. L., Schraiber, L. B., França-Junior, I., Ludermir, A. B., Portella, A. P., Diniz, C. S., Couto, M. T. & Valença, O. (2009). *Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras*. Rev. Saúde Pública, 43(2), 299-310
- DGS. (2015). *Programa nacional para a vigilância da gravidez de baixo risco*.
- Diário da República (2021). *Lei n.º 57/2021 de 16 de agosto*. Diário da República, 1.ª série, N.º 158. Lei n.º 57/2021 - DRE. <https://files.dre.pt/1s/2021/08/15800/0000600013.pdf>
- Dias, Isabel. (2018). *Violência doméstica e de género: uma abordagem multidisciplinar*. Lisboa: PACTOR - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Diniz NMF, Gesteira SMA, Lopes RLM, Mota RS, Pérez BAG, Gomes NP (2011). *Aborto provocado e violência doméstica entre mulheres atendidas em uma maternidade pública de Salvador-BA*. Rev Bras Enferm.;64(6):1010-5.
<https://doi.org/10.1590/S0034-71672011000600004>
- Doubova, S.V., Pámanes-González, V., Billings, D.L., & Torres-Arreola, L.P. (2007). *Violencia de pareja en mujeres embarazadas en la Ciudad de México*. Revista de Saúde Pública, 41(4), 582-590.
- Duarte, M. (coord), Oliveira, A., Coelho, L., Fernando, P., Monteiro, R., & Ferreira, V. (2019). *Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica nas Entidade Empregadoras: Guião de Boas Práticas*. CIG. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2019/11/Pdf-1.pdf>
- Farias, R. S. C. (2015). *Violência conjugal: o silêncio das vítimas* (Doctoral dissertation).
- Ferrão, M. (2022). *Crime público: violência doméstica*. RevSALUS-Revista Científica Internacional da Rede Académica das Ciências da Saúde da Lusofonia, 4(Sup), 88-89.
- Ferreira, C. G. (2020). *Algumas considerações sobre a violência doméstica associada ao álcool: o papel do criminólogo* (Bachelor's thesis, [sn]).

- Finnbogadóttir, H., Dykes, A., & Wann-Hanson, C. (2014). *Prevalence of domestic violence during pregnancy and related risk factors: a cross-sectional study in southern Sweden*. *BMC Women's Health*, 14-63.
- Fonseca-Machado, M.O., Oliveira, L.C.Q., Stefanello, J., & Gomes-Sponholz, F. (2015). *Violência por parceiro íntimo na gestação: identificação de mulheres vítimas de seus parceiros*. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 36, 233-238.
- Fortin, M.-F. (2009). *O processo de investigação: da concepção à realização* (5.a Ed.). Lusociência.
- Frazão, M. C. L. O., Viana, L. R. D. C., Pimenta, C. J. L., Silva, C. R. R. D., Bezerra, T. A., Ferreira, G. R. S., ... & Costa, K. N. D. F. M. (2020). *Violência praticada por parceiros íntimos a mulheres com depressão*. *Reme: Revista Mineira de Enfermagem*, 24. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/remeg.org.br/pdf/en_1174.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.
- Góes, E. D. A. (2019). *A vergonha social e o medo: obstáculos para a superação da violência doméstica contra a mulher/Social shame and fear: obstacles to overcome domestic violence against women*. *Brazilian Journal of Development*, 5(11), 23627-23645.
- Gomes, C., Fernando, P., Ribeiro, T., Oliveira, A., & Duarte, M. (2016). *Violência doméstica: estudo avaliativo das decisões judiciais*. https://popdesenvolvimento.org/images/noticias/ViolenciaDomestica_EstudoAvaliativoDecisoesJudiciais.pdf
- Gomides, J. E. (2002). *A Definição Do Problema De Pesquisa a Chave Para O Sucesso Do Projeto De Pesquisa*. *Revista Do Centro de Ensino Superior de Catalão*, Ano IV(6), 11.
- Gonçalves, D. S. M. (2020). *Fatores de risco preditores de episódios de Violência Doméstica repetida: Avaliação de risco focalizada nas vítimas* (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra). <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/94875/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Fatores%20de%20Risco%20Preditores%20de%20Epis%C3%B3dios%20de%20Viol%C3%Aancia%20Dom%C3%A9stica%20Repetida%20-%20FINAL.pdf>
- Guimarães, c. D. S. D. M., & melo, m. C. B. D. (2020). *Cartilha sobre os impactos da violência infantil na criança e na família*.
- Heise, L., Ellsberg, M., & Gottemoeller, M. (1999). *Population Reports: Ending violence against women*. *Issues in World Health*.

- Horn, C. I. (2013). *Pesquisa etnográfica com crianças: algumas possibilidades de investigação*. Enfoques, 12(2).
- Idoko, P., Ogbe, E., Jallow, O., & Ocheke, A. (2015). *Burden of intimate partner violence in The Gambia - a cross sectional study of pregnant women*. Reproductive Health, 12- 34.
- Jong, L. C., Sadala, M. L. A., & Tanaka, A. C. D. A. (2008). Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 42, 744-751.P: 750
- Karaoglu, L., Celbis, O., Ercan, C., Ilgar, M., Pehlivan, E.,..., Egri, M. (2005). *Physical, emotional and sexual violence during pregnancy in Malatya, Turkey*. European Journal of Public Health, 16(2), 149–156.
- Kita, S., Yaeko, K, & Porter, S.E. (2014). Prevalence and Risk Factors of Intimate Partner Violence Among Pregnant Women in Japan. *Health Care for Women International*, 35,442–457.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. a, Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. In Organização Mundial da Saúde.
- Laanpere, M., Ringmets, I., Part, K., & Karro, H. (2012). *Intimate partner violence and sexual health outcomes: a population-based study among 16–44-year-old women in Estonia*. European Journal of Public Health, 23(4), 688-693.
- Labronici, L. M., Ferraz, M. I. R., Trigueiro, T. H., & Fegadoli, D. (2010). *Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria*. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 44, 126-133.
- Lobão, F. M. (2017). *A esperança numa gravidez com complicações*. [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18942/1/Relatório Estágio_ Francisca Lobão.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18942/1/Relatório_Estágio_Francisca_Lobão.pdf)
- Manita, C. (2001). “*Evolução das significações em trajetórias de droga-crime (II): novos sentidos para a intervenção psicológica com toxicodependentes?*”. *Toxicodependências*, 7, pp. 59-72
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir: Guia de boas práticas para profissionais de saúde*. https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13450/1/VD4_GBP_PROFSSIONAIS_SAUDE.pdf

- Marques, M. (2016). *Análise do discurso jurisdicional do Tribunal da Relação de Évora nos casos de violência doméstica. Serão as decisões influenciadas pelo sexo do relator?* Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Direito.
- Martin, S. L., Harris-Britt, A., Li, Y., Moracco, K. E., Kupper, L. L., & Campbell, J. C. (2004). *Changes in Intimate Partner Violence During Pregnancy*. *Journal of Family Violence*, 19(4), 201–210. <https://doi.org/10.1023/B:JOFV.0000032630.50593.93>
- Martins, G. B., da Silva Nobre, N. K., & Martins, M. D. G. T. (2021). *A Violência Doméstica Contra Mulheres: Contribuição da Terapia Cognitivo-Comportamental na Intervenção/Domestic Violence Against Women: Contribution of Cognitive-Behavioral Therapy to Intervention*. *ID on line. Revista de psicologia*, 15(54), 104-115.
- Martins, H. H. T. de S. (2004). *Metodologia qualitativa de pesquisa*. *Educação e Pesquisa*, 30(2), 289–300. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022004000200007>
- Martins, L. N. D. S. (2021). *Como a terapia cognitivo comportamental pode auxiliar em casos de mulheres com consequências psicológicas negativas após vivenciarem um relacionamento abusivo*.
- Mattar, R., Silva, E. Y. K., Camano, L., Abrahão, A. R., Colás, O. R., Andalaft Neto, J., & Lippi, U. G. (2007). *A violência doméstica como indicador de risco no rastreamento da depressão pós-parto*. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 29(9), 470–477. <https://doi.org/10.1590/s0100-72032007000900006>
- Mattar, R., Silva, E.Y.K., Camano, L., Abrahão, A.R., Colás, O.R., Neto, A., & Lippi, U.G. (2007). *A violência doméstica como indicador de risco no rastreamento da depressão pós-parto*. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 29 (9), 470- 477.
- Mendes, I. (2007). *Ajustamento materno e paterno: experiências vivenciadas pelos pais no pós-parto*. Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.
- Menezes, T. C., Amorim, M. M. R. de, Santos, L. C., & Faúndes, A. (2003). *Violência física doméstica e gestação: resultados de um inquérito no puerpério*. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 25(5), 309–316. <https://doi.org/10.1590/s0100-72032003000500002>
- Minayo, M. C. de S., & Costa, A. P. (2018). *Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa*. *Revista Lusófona de Educação*, 40(40), 139–153.
- Ministério Da Saúde. (2002). *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. *Cadernos de Atenção Básica*, Brasília, n. 8.

- Ministério Público. (1993). Declaração e Programa de Ação de Viena adotados a 25 de junho de 1993 pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, que se realizou em Viena, Áustria, de 14 a 25 de junho de 1993. Ministério Público - Portugal. https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracao_e_programa_acao_vien_a.pdf
- Miranda, R. J. P. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental? :um estudo no 1º Ciclo* (Doctoral dissertation).
- Moraes, C.L., Arana, F.D.N., & Reichenheim, M.E. (2010). *Violência física entre parceiros íntimos na gestação como fator de risco para a má qualidade do pré-natal*. Revista de Saúde Pública, 44(4), 667-676.
- Moreira, A. F. (2020). *Direitos da vítima e serviços de apoio: perspetivas dos profissionais de apoio à vítima* (Doctoral dissertation).
- Moreira, R. M. S. (2017). *Violência Por Parceiro íntimo Na Gravidez e consequências Perinatais* (Doctoral dissertation, Universidade Católica Portuguesa (Portugal)).
- Nascimento, D. L. A., Menezes, L. de J., Andrade, L. dos S. A., Andrade, A. F. S. M. de, Teles, M. C. da, Torres, R. C., Azevedo, arcel V. C., Barros, Â. M. M. S., Santos Junior, P. C. C., Debbo, A., Silva, M. H. S., Calasans, T. A. S., & Morais, A. L. de J. (2021). *Análise multifatorial da violência doméstica na gestação*. Research, Society and Developpment, 10(10), 1–11. <https://doi.org/doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18856> Resumo
- Neves, J. L. (1996). *Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades*. Caderno de Pesquisas Em Administração São Paulo, 1(3), 1–5. <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>
- Neves, P., & Ramalho, N. (2022). *Violência Conjugal em Portugal: Um Olhar Sobre a Última Década (2010-2020)*. Revista Temas Sociais, n.º 2, 2022, pp.117-134.
- Normann, A. K., Bakiewicz, A., Kjerulff Madsen, F., Khan, K. S., Rasch, V., & Linde, D. S. (2020). *Intimate partner violence and breastfeeding: A systematic review*. BMJ Open, 10(10), e034153. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2019-034153>
- Okada, M.M., Hoga, L.A.K., Borges, A.L.V., Albuquerque, R.S., & Belli, M.A. (2015). *Violência doméstica na gravidez*. Acta Paulista de Enfermagem, 28(3), 270-4.
- Oliveira, L.C.Q., Fonseca-Machado, M.O., Stefanello, J., & Gomes-Sponholz, F. (2015). *Violência por parceiro íntimo na gestação: identificação de mulheres vítimas de seus*

parceiros. Revista Gaúcha de Enfermagem,36, 233-238.

Oliveira, L.C.Q., Fonseca-Machado, M.O., Stefanello, J., & Gomes-Sponholz, F. (2015). *Violência por parceiro íntimo na gestação: identificação de mulheres vítimas de seus parceiros*. Revista Gaúcha de Enfermagem,36, 233-238.

Oliveira, R. R. D. R. e Rosso, M.L. (2021). *Violência doméstica contra as mulheres e as consequências psicológicas: uma revisão da literatura*.

OMA-UMAR (2022). *Dados preliminares sobre as Mulheres Assassinadas em Portugal: dados 1 janeiro a 15 de novembro de 2022*. UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta: Disponível em www.umarfeminismos.org/.

OMS (2015). *Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014*. file:///C:/Users/Estudante/Downloads/9789241564793_por(6).pdf%0Ahttp://www.who.int/iris/handle/10665/145086

OMS. (2021a). *Violence Against Women Prevalence Estimates*. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256>

OMS. (2021b). *Violência contra mulheres*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2012). *Diretiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho*. Jornal Oficial da União Europeia L 315/57, de 14/11/2012. <https://eurlex.europa.eu/legalcontent/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32012L0029&from=en>

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia. (2011). *Diretiva 2011/99/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de dezembro de 2011 - sobre a ordem de proteção europeia*. Jornal Oficial da União Europeia. L 338/2.

Paulos, C. (2020). *Dimensões relacionais na investigação biográfica: Reflexões em torno da prática*. Revista Portuguesa de Educação, 33(2), 329-344.

Pena, M. J. (2012). *Relação Profissional: Utopia ou Realidade?* ISCTE-IUL.

Petersen, M. G. F., Zamora, J. C., Fermann, I. L., Crestani, P. L., & Habigzang, L. F. (2019). *Psicoterapia cognitivo-comportamental para mulheres em situação de violência doméstica: revisão sistemática*. Psicologia Clínica, 31(1), 145-165.

- Piedade, M. L. N. (2014). *Representações sobre a gravidez : O que muda em cada trimestre* [Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/3670>
- Pilecco FB, Knauth DR, Vigo A. (2011). *Aborto e coerção sexual: o contexto de vulnerabilidade entre mulheres jovens*. *Cad Saude Publica*.27(3):427-39. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000300004>
- Pinheiro, M.P e Costa, M.J.N (2022). *Violência Doméstica: As Consequências Psicológicas Geradas em Crianças na Primeira Infância*. Editora Conhecimento livre, 1ªed.
- Pinto, M. J. L. (2015). *Impacto da medida de institucionalização sobre o risco de consumo de substâncias psicoativas em jovens* (Doctoral dissertation).
- Pires, A. C. P., & Simões, S. O. (2019). *Sintomas Psicopatológicos, Autocompaixão, Autocriticismo e Vinculação em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal* (Master's thesis, ISMT).
- Presidência do Conselho de Ministros. (2010). *IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica 2011-2013*. Aprovado pela Resolução n.º 100/2010, de 17 de dezembro de 2010 (publicada no Diário da República n.º 243, 1.ª série de 17/12/2010). https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/IV_PNVD_2011_2013.pdf
- Puccia, M.I.R., & Mamede, M.V. (2012). Revisão integrativa sobre a violência por parceiro íntimo na gestação. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, out/dez, 14(4), 944- 956.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. Van. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2.a Ed.). Gradiva. <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>
- Razera, J., & Falcke, D. (2017). *Por que eles permanecem juntos? Contribuições para a permanência em relacionamentos íntimos com violência*. *Psicologia Clínica*, 29(3), 543-562.
- Reis, D. M., Prata, L. C. G., & Parra, C. R. (2018). *O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil*. *Psicologia*. pt, 1(1), 1-20.
- Ribeiro, M. R. C., Queiroz, R. C. de S., Pessoa, B. P. T., Batista, R. F. L., Sauaia, G. A., Cruz, J. A. da S., Schraiber, L. B., & da Silva, A. A. M. (2020). *Violência contra mulheres antes e durante o período gestacional: diferenças em taxas e perpetradores*. *Revista Brasileira de Saude Materno Infantil*, 20(2), 491–501. <https://doi.org/10.1590/1806-93042020000200010>

- Robbins, H.A., Hurley, E.A., Liu, L; & Chao, S.M. (2015). *Multilevel Correlates of Broadly- and Narrowly-Defined Intimate Partner Violence Among Pregnant Women in Los Angeles*. *Maternal and Child Health Journal*, 19, 1643-1651.
- Rodrigues, D.P., Gomes-Sponholz, F.A., Stefanelo, J., Nakano, A.M.S., & Monteiro, J.C.S. (2014). *Violência do parceiro íntimo contra a gestante: estudo sobre as repercussões nos resultados obstétricos e neonatais*. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(2), 206-213.
- Rodrigues, T., Rocha, L. & Barros H.(2008). *Physical abuse during pregnancy and preterm delivery*. *American Journal of Obstetrics & Gynecology*, February, 171-176.
- Russo, R. D. F. S. M., & da Silva, L. F. (2019). *Aplicação de entrevistas em pesquisa qualitativa*. *Gestão e Projetos: GeP*, 10(1), 1-6.
- Santos, J. S., Santos, T., Souza, C. R. V., & Souza, F. O. (2020). *Relações abusivas: um estudo contemporâneo sobre a violência doméstica em nossa senhora das dores/sergipe*. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE*, 6(2), 277-277.
- Scribano, PV, Stevens, J., Kaizar, E. (2013). *Os efeitos da violência por parceiro íntimo antes, durante e após a gravidez em mães primíparas visitadas por enfermeiras*. *Revista de saúde materna e infantil*, 17, 307-318.
- Sgobero, J.K.G.S., Monteschio, L.V.C., Zurita, R.C.M., Oliveira, R.R., Mathias, T.A.F. (2015). *Violência física por parceiro íntimo na gestação: prevalência e alguns fatores associados*. *Aquichan*. 15(3), 339-350.
- Silva Mendes, N. C., da Silva Gonçalves, M. C., & Vinha, E. D. C. M. (2020). *Assistência de enfermagem frente as vítimas de violência doméstica na cidade de João Pinheiro–mg: estudo de caso em um hospital público*. *Scientia Generalis*, 1(3), 20-36.
- Silva, C., & Marques, J. (2021). *The Impact of the Economic Situation of Women Victims of Domestic Violence on Their Process of Empowerment* (No. 7126). EasyChair.
- Silva, E., Ludermir, A. B., Araújo, T. V. B. de, & Valongueiro, S. A. (2011). *Frequência e padrão da violência por parceiro íntimo antes, durante e depois da gravidez*. *Revista de Saúde Pública*, 45(6), 1044–1053. <https://doi.org/10.1590/s0034-89102011005000074>

- Silva, E.P., Ludermir, A.B., Araújo, T.V.B., & Valongueiro, S.A. (2011). *Frequência e padrão da violência por parceiro íntimo antes, durante e depois da gravidez*. Revista Saúde Pública, 45(6),1044-53.
- Silva, M. A., Neto, G. H. F. & Filho, J. E. C. (2009). *Maus tratos na infância de mulheres vítimas de violência*. Psicologia em Estudo, 14(1), 121-127.
- Silva, R. de P., & Leite, F. M. C. (2020). *Violências por parceiro íntimo na gestação : prevalências e fatores associados*. Revista de Saúde Pública, 54(97), 1–12. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002103>
- Silvestre, M. J., Fialho, I., & Saragoça, J. (2014). *Da palavra à construção de conhecimento científico : um olhar reflexivo e meta-avaliativo sobre o guião de entrevista*. Comunicação & Informação, 17(2), 119–138.
- Siqueira, C. A., & Rocha, E. S. S. (2019). *Violência psicológica contra a mulher: Uma análise bibliográfica sobre causa e consequência desse fenômeno*. Revista Arquivos Científicos (IMMES), 2(1), 12-23.
- Sistema de Segurança Interna (2022). *Relatório Anual de Segurança Interna - 2021*. SSI.
- Soares, J. E. B. (2017). *Assimetrias nas relações de intimidade : percepção de jovens do ensino superior* [Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior de Educação]. [https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/14823/1/Jéssica Elvira Brito Soares.pdf](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/14823/1/Jéssica%20Elvira%20Brito%20Soares.pdf)
- Sousa, A. S., Oliveira, G. S., & Alves, L. H. (2021). *A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos*. Cadernos da FUCAMP, 20(43).
- Tinoco, Pinto e Pinto, Severiano (2001). *Abordagem biográfica das toxicodependências – o biograma como instrumento de intervenção clínica*. Revista Toxicodependências, Edição SPIT, V7, Nº1, pp.17-22.
- Tomaz Paiva, T., da Silva Lima, K., & Gomes Cavalcanti, J. (2022). *Abuso psicológico, autoestima e dependência emocional de mulheres durante a pandemia de COVID-19*. Ciências Psicológicas, 16(2).
- Topbas, M., Ünsal, M, Çan, G., Bacak, A., & Özgün, S (2008). *The Effect of Pregnancy on the Physical and Sexual Abuse of Women That Presented to a State Hospital in Trabzon, Turkey*. Turkish Journal of Medical Sciences, 38 (4), 335-342.
- United Nations. (1948). *Universal declaration of human rights*. United Nations Declaration of Human Rights.
- Valls, Á. L. (2017). *O que é ética. Brasiliense*. 1ª ed eBook, 2017.

- Van Parys, A., Deschepper, E., Michielsen, K., Kristien, R., Temmerman, M., & Verstraelen, H. (2015). *Intimate partner violence and psychosocial health, a cross sectional study in a pregnant population*. BMC Pregnancy and Childbirth, 15-278.
- Vicente, A. F. A. (2009). *Vivências vitimárias: seus significados e sentidos*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação Universidade do Porto]. Repositório Aberto Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/80567/2/30246.pdf>
- Vieira, A. C. F. (2019). *Vivências da maternidade de mulheres vítimas de violência conjugal* (Doctoral dissertation).
- Vieira, E.M., Perdoná, G.S.C., & Santos, M.A. (2011). *Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde*. Rev Saúde Pública, 45(4), 730-7.
- Viellas, E.F., Gama, S.G.N., Carvalho, M.L., & Pinto, L.W. (2013). *Factors associated with physical aggression in pregnant women and adverse outcomes for the newborn*. Jornal de Pediatria, 89, 83-90.
- WHO Global Consultation on Violence and Health (1996). *Violence: a public health priority*. Geneva, World Health Organization, (document WHO/EHA/ SPI.POA.2).
- World Health Organization (1996). *Global consultation on violence and health. Violence: a public health priority*. Geneva: WHO; (document WHO/EHA/ SPI.POA.2).
- World Health Organization (1997). *Violence against women: a priority health issue*. Available from: URL: http://www.who.int/violence_injury_prevention/vaw/infopack.htm
- XXII Governo Constitucional. (2020). *Guia de intervenção integrada junto de crianças ou jovens vítimas de violência doméstica*. <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/06/Guia-de-Intervencao-integrada-junto-de-criancas-ou-jovens-vitimas-de-violencia-domestica.pdf>.
- Zancan, N., Wassermann, V., & Lima, G. Q. D. (2013). *A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas*. Pensando famílias, 17(1), 63-76.

Apêndices

Apêndices

Apêndice I – Guião da Entrevista Semiestruturada às mulheres vítimas de violência doméstica

Caracterização

Entrevista:

Caracterização

Idade;

Localidade;

Estado Civil;

Agregado Familiar;

Escolaridade;

Profissão;

Número de filhos;

Idade dos filhos;

Mantem-se com o parceiro? Se sim, há quanto tempo se encontra nesse relacionamento?

E quais as principais razões que a fazem manter-se na relação?

Se não, quanto tempo teve na relação?

Há quanto tempo sofre de violência doméstica?

Qual é o tipo de violência que é exercida sobre si?

Já fez alguma vez queixa da situação de agressão? Se sim quantas?

Tem histórico de violência na sua família? E na do seu marido/companheiro/pai do seu filho? Consumos?

Guião da entrevista:

- O que entende por violência doméstica? Ou Qual é a sua perceção sobre a

violência doméstica? Qual a sua Perceção sobre a violência doméstica antes e depois da gravidez e pós-parto?


- Durante a gravidez e depois de ser mãe a sua perceção sobre a violência doméstica foi alterada? O que mudou?
 - Já existia violência doméstica antes de estar grávida? Se sim, a violência melhorou ou piorou com a gravidez e ou pós-parto? Se não, surgiu a partir da gravidez e ou pós-parto?
 - Quais foram as dificuldades que teve/sentiu durante a sua gravidez e após o parto?
 - Que tipo de relação afetiva tinha com o agressor antes da gravidez?
 - Como caracteriza a sua relação com o agressor?
 - O que alterou na relação com a gravidez e pós-parto e porquê?
 - Quais as consequências da violência doméstica na sua vida? O que mudou?
 - Quais as foram as consequências da violência doméstica na sua vida profissional, situação económica e situação habitacional?
 - Quais as foram as consequências da violência doméstica na sua relação com familiares e amigos?
 - Quais as foram as consequências da violência doméstica na sua auto-imagem/auto-estima?
 - Considera alguma consequência na criança ao assistir à violência doméstica?
 - Quais as foram as consequências da violência doméstica na relação que estabelece com a criança?
 - Quais as consequências que a violência doméstica teve no comportamento da criança?
- Quais as consequências que a violência doméstica teve a relação da criança com os outros?
- Quais as consequências que a violência doméstica teve a relação da criança com os seus familiares (avós, tios, primos)?

- Quais as consequências que a violência doméstica teve na relação da criança com outras crianças?
- Quais as consequências da violência doméstica ao nível do desenvolvimento do seu filho/filha?
- Quais as consequências que a violência doméstica teve na relação entre pai e filho/a?
- Como caracteriza a relação deles?
- Quais os momentos mais marcantes em termos positivos e negativos na sua vida (desde o nascimento ao presente e perspectiva de futuro. E os sentimentos de cada momento da linha da vida. E o impacto que a violência doméstica teve na linha da vida.

Apêndice II – Registo de dissertação

Registo de Dissertação/Trabalho de Projeto/Relatório de Estágio

ANO LETIVO **20 21/20 22**

 **UNIVERSIDADE LUSÓFONA**

2º CICLO/MESTRADO **Resorts e Violências nas Sociedades Actuais; Análise e Intervenção Social.**

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS
Aluno/a nº _____
Data: **1 / 1**
Faltas: _____

Aluno/a (nome completo) **Maria Beatriz Lopes Pernes Samarro**
Nº: **22.003937**, com o Documento de Identificação Nº **4378 1625**, válido **16 05 101 12016**

Orientador(a)
Nome: **Jacqueline FERREIRA MARQUES**
Doc. de identificação n.º: **1022 7262** Identificador ORCID: **0000-0002-00088-2260**
Instituição: **VUPERS: Centro Lusófona de Psicomédica e Técnicas**

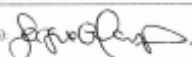
Co - Orientador(a) (Quando existir)
Nome: _____
Doc. de identificação n.º: _____ Identificador ORCID: _____
Instituição: _____

Identificação da Dissertação/Trabalho de Projeto/Relatório de Estágio (insira o que não interessa)
Título Proposto: **Impacto da Violência Doméstica na Gravidez e/ou Pós-parto; estudo de caso.**

Área Científica: **Serviço Social**
Unidade de Estudo: **Resorts e Violências**
Linha de Investigação: **Violência Doméstica**

Palavras-chaves: **Violência; violência doméstica; Violência Doméstica na Gravidez e/ou Pós-parto; Gravidez; Pós-parto.**

Autor do Trabalho de Dissertação/Trabalho de Projeto/Relatório de Estágio (insira o que não interessa do formulário)

Validado e Aceite por:
O(A) Aluno/a: **Maria Beatriz Samarro**
Lisboa, **07** de **Outubro** de **2021**
O(A) Orientador(a): 
A Direção do Curso:
Lisboa, de de 20

O presente formulário, no âmbito da instituição em suporte digital, constitui um meio seguro, de elevada fiabilidade, concebido para a comunicação de dados e a validação de documentos. O utilizador deve assegurar-se de que os dados introduzidos são corretos e válidos. O sistema não garante a segurança dos dados introduzidos e não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes do uso do sistema. O utilizador deve assegurar-se de que os dados introduzidos são corretos e válidos. O sistema não garante a segurança dos dados introduzidos e não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes do uso do sistema.

Apêndice III- Pedido de colaboração para a Investigação



Exmo. Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Assunto: **PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO**

Para os devidos efeitos, solicito a V/Exa. que seja concedido apoio à elaboração da pesquisa conducente à dissertação de Mestrado da aluna desta Universidade Maria Beatriz Lopes Pernes Samarro subordinada ao título provisório "Impacto da Violência Doméstica na Gravidez e/ou Pós-parto: Estudo de Caso".

A investigação é orientada pela Professora Doutora Jacqueline Marques que poderá ser contactado para qualquer esclarecimento adicional pelo e-mail: jacqueline.marques@ulusofona.pt ou para a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias- Instituto de Serviço Social, através do e-mail: servico.social@ulusofona.pt.

Lisboa, 08 de novembro de 2021



Professor Doutor Carlos Diogo Moreira
Director do Instituto do Serviço Social

Apêndice IV- Pedido de autorização da investigação da mestranda para a APAV



13 de outubro de 2021

Exmo.(a) Sr.(a).

Eu Maria Beatriz Lopes Pernes Samarro, aluna do 2.º ano de Mestrado em Riscos e Violências nas Sociedades Atuais: Análise e Intervenção Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, venho por este meio solicitar autorização para realizar na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, um estudo para a minha dissertação de Mestrado.

A dissertação irá abordar, analisar e refletir sobre a temática/problemática da violência doméstica na gravidez e ou pós-parto. Nesse sentido, surgiu, como fio condutor para este trabalho, a seguinte questão de investigação: "Qual a perceção do impacto da violência doméstica nas mulheres que sofreram de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos"? Portanto, determinou-se os objetivos da investigação, de maneira a perceber a perceção do impacto da violência doméstica das mulheres que sofreram de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos. Ficando a conhecer perceção das mesmas, sobre a violência doméstica e a relação que estabelecem com o agressor, bem como, a perceção das consequências da violência doméstica nas suas próprias vidas e das suas crianças antes, durante e após a gravidez. Os objetivos são os seguintes: Objetivo Geral 1: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica sobre a Violência Doméstica e a relação que estabelecem com o agressor antes e durante a gravidez e no pós-parto; Objetivo Geral 2: Conhecer a perceção das consequências da violência doméstica na vida das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos; Objetivo Geral 3: Conhecer a perceção das vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos, sobre as consequências da Violência Doméstica na criança; Objetivos Específicos do Objetivo Geral 1: 1.1: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica relativamente à Violência Doméstica e a relação com o agressor antes da gravidez; 1.2: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica relativamente à Violência Doméstica e a relação com o agressor durante a gravidez; 1.3: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica relativamente à Violência Doméstica e a relação com o agressor durante o pós-parto; Objetivos Específicos do Objetivo Geral 2: 2.1: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos, sobre as consequências na sua vida profissional; 2.2: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos, sobre as consequências na sua relação com familiares e amigos; 2.3: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos, sobre as consequências na sua ~~auto-imagem/auto-estima~~; 2.4: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez

e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos, sobre as consequências na sua situação económica; 2.5: Conhecer a perceção das mulheres vítimas de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos, sobre as consequências na relação que elas estabelecem com a criança; Objetivos Específicos do Objetivo Geral 3: 3.1: Perceber a perceção que a mulher vítima de Violência Doméstica tem sobre as consequências do impacto da violência doméstica na relação entre o pai e o filho/a; 3.2: Perceber a perceção que a mulher vítima de violência doméstica tem sobre as consequências no comportamento da criança; 3.3: Perceber a perceção que a mulher vítima de violência doméstica tem sobre as consequências na relação da criança com os outros; 3.4: Perceber a perceção que a mulher vítima de violência doméstica tem sobre as consequências no nível do desenvolvimento da criança. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de cariz qualitativo. Tendo como instrumentos de recolha da informação a pesquisa bibliográfica e a entrevista semiestruturada que será analisada através da análise de conteúdo. As participantes deste estudo serão mulheres vítimas de violência doméstica que sofreram de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos no âmbito de um Gabinete de Apoio à Vítima da APAV. A amostra será aleatória, por conveniência, sendo que iremos delimitar um período de tempo no qual serão entrevistadas todas as mulheres que se dirijam ao Gabinete de Apoio à Vítima e que sofreram de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos e aceitem fazer parte do nosso estudo. As entrevistas realizadas serão anónimas e confidenciais e as respostas serão usadas exclusivamente para fins científicos/académicos. As informações recolhidas na investigação serão estudadas com confidencialidade máxima e na publicação, não serão identificadas.

Atenciosamente,

Com os melhores cumprimentos,

A Mestranda Maria Beatriz Lopes Pernes Samarro.

Apêndice V – Pedido de colaboração da APAV em estudo científico

Sede | *Head Office* Rua José Estêvão 135-A | piso 1
1150 - 201 Lisboa | Portugal

T. + 351 21 358 79 00 | F. + 351 21 887 63 51 | apav.sede@apav.pt

ISO 9001
BUREAU VERITAS
Certification

APAV®
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

ANEXO I

PEDIDO DE COLABORAÇÃO DA APAV EM ESTUDO CIENTÍFICO

Eu, Maria Beatriz Lopes Pernes Samarro, portador do Cartão de Cidadão n. 13781625 1 ZX1, residente em Rua António José Agria Dos Santos, n. 7. 2150-271 Golegã, titular do número de telemóvel 916963443 e da conta de correio eletrónica beatrizsamarro_1997@hotmail.com, estudante de Mestrado em Riscos e Violência(s) nas Sociedades Actuais: Análise e Intervenção Social, no/na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, venho pedir a colaboração da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) no estudo, Perceção do Impacto da Violência Doméstica na Gravidez e/ou Pós-parto: Estudo de Caso, que estou a desenvolver sob orientação do(a) Senhor(a) Prof. (a) Doutor(a) Jacqueline Marques.

A colaboração da APAV que solicito consistiria em aceder às mulheres vítimas de violência doméstica que sofreram de violência doméstica antes, durante e após a gravidez e/ou que tenham sido mães nos últimos 6 anos, de modo a efetuar uma entrevista com as mesmas, mediante a sua autorização e vontade de participar no estudo. As entrevistas poderiam decorrer em datas a combinar, conforme disponibilidade das mulheres, no período de dezembro de 2021 a março de 2022.

Comprometo-me, por minha honra, e tendo em atenção o bom nome da entidade de Ensino Superior em que o referido estudo se enquadra, bem como o bom nome do(a) meu (minha) orientador(a), a desenvolver os meus trabalhos em total respeito pela missão da APAV, em especial pelas pessoas vítimas de crime e suas famílias e/ou amigos; e obrigo-me à confidencialidade sobre os dados a recolher ou analisar. Comprometo-me, igualmente, a fazer uma referência expressa à APAV na monografia, tese ou relatório que resultar da investigação, bem como na sua apresentação pública ou defesa diante do júri.

Comprometo-me também a enviar uma cópia em papel e encadernada dos resultados do meu estudo ao Centro de Documentação & Informação da APAV, na Rua José Estêvão, 135-A, 2º Piso, 1150-201 Lisboa, depois de os mesmos resultados terem sido arguidos e/ou apresentados publicamente.

Golegã, 30 de novembro de 2021

Maria Beatriz Lopes Pernes Samarro

Maria Beatriz Lopes Pernes Samarro

Sede Albufeira Alto Alentejo Oeste Braga Cascais Coimbra Faro Lisboa Loulé Oeiras Odéias Paços de Ferreira Ponta Delgada Portimão Porto Santarém Setúbal Vila Real Tavira WWW.APAV.PT

R.134.01 Este documento depois de impresso deixa de ser controlado

Apêndice VI – Declaração de Confidencialidade do Conselho Científico para a APAV



O Conselho Científico do Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias assegura que os trabalhos finais de mestrado apenas serão aceites se cumprirem todas as regras de confidencialidade e anonimato necessárias para estudos no âmbito das ciências sociais e humanas, conforme normas da ULHT.

Lisboa, 12 de Janeiro de 2022

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Diogo Moreira', is written over a horizontal line.

Professor Doutor Carlos Diogo Moreira
Presidente do Conselho Científico do Instituto de Serviço Social